



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
Instituto de Geociências  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**MESTRADO EM GEOGRAFIA**



**TAÍSE DOS SANTOS ALVES**

**A PESCA ARTESANAL EM BAIACU - VERA CRUZ (BA):  
IDENTIDADES, CONTRADIÇÕES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Salvador- BA  
2015

**TAÍSE DOS SANTOS ALVES**

**A PESCA ARTESANAL EM BAIACU - VERA CRUZ (BA):  
IDENTIDADES, CONTRADIÇÕES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia–UFBA, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani.

Salvador - BA  
2015

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

A474 Alves, Taíse dos Santos  
A pesca artesanal em Baiacu - Vera Cruz (BA): identidades,  
contradições e produção do espaço / Taíse dos Santos Alves.-  
Salvador, 2015.  
149 f. : il. Color.

Orientador: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.  
Instituto de Geociências, 2015.

1. Geografia humana - Pesca - Vera Cruz (BA). 2. Pesca  
artesanal - Vera Cruz (BA). 3. Territorialidade humana. I. Germani,  
Guiomar Inez. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

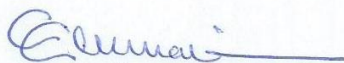
CDU: 911.3:639.2(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

**A PESCA ARTESANAL EM BAIACU – VERA CRUZ (BA): IDENTIDADES,  
CONTRADIÇÕES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO.**

**TAÍSE DOS SANTOS ALVES**

BANCA EXAMINADORA



**Dra. Guiomar Inez Germani**  
Doutora em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Dra. Catia Antonia da Silva**  
Doutora em Geografia  
Departamento de História Social, UFRJ, Brasil.



**Dr. Miguel da Costa Accioly**  
Doutor em Ciências Biológicas  
Departamento de Botânica, UFBA, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 27/04/2015.

[...] e o pai, com muita paciência de pai, ensina a ela a paciência do pescador em todos os seus segredos, que são muitos e um vai abrindo para outro, que vai abrindo para outro, que vai abrindo para outro, de maneira que o pescador nunca acaba de aprender, mas aprende mais do que quem não pesca. Muitas coisas sabe quem pesca, coisas que não se pode contar, só pescando [...]

João Ubaldo Ribeiro. Viva o povo brasileiro.

## AGRADECIMENTOS

Eu sou marujo e quando volto do mar  
Volto com a alma doce para amar  
E me entrego ao balanço da rede  
Bebo, mato a sede,  
Vou morrer de amar  
E me entrego ao balanço da rede  
Bebo, mato a sede,  
Vou morrer de amar [...]

Roberto Mendes; Nivaldo Costa. Marujo.

Entre idas e vindas, no balanço das canoas, da lancha e do *ferry*... Voltava com “a alma doce para amar” e me entreguei ao “balanço da rede” para (re)contar as histórias da comunidade do Baiacu. Esse encanto deixaram todas as dificuldades (e foram muitas) serenas. A medida que ia conhecendo as histórias, resistências, lendas, místicas fui criando um grande respeito pelos pescadores(as) artesanais da comunidade. Estes homens e mulheres que carregam a simplicidade da lida da vida, mas ao mesmo tempo, possuem complexidades inimagináveis obrigada pelos relatos pescadores(as).

Na caminhada deste trabalho, aprendi, reaprendi e me renovei. Graças ao carinho, compreensão, vontades, trabalho, persistências de “muitas mãos”. E só cheguei até aqui, graças a muitas pessoas que me ajudaram durante estes dois anos. Me acolheram, ouviram meus lamentos, desesperos, choros, agonias e alegrias (muitas alegrias!).

Agradeço a Deus, “essa força estranha” que fortalece a cada dia, dando coragem para enfrentar os obstáculos. A fé nos impulsionam força, sabedoria para lutar pelo que acreditamos, por isso, “andá com fé eu vou, que a fé não costuma faiá”.

À minha família, a Mainha (minha inspiração de ser humano e mulher), a Papai e meus irmãos. Obrigada pelo apoio, amor, confiança e compreensão nestes momentos. Vocês são minha base, meu alicerce e exemplos de perseverança e honestidade. Amo vocês!

Aos tios e tias, primos e primas. Minhas tias avós, exemplo de mulheres guerreiras e determinadas que sempre me inspiram e me orgulham. Obrigada pelo carinho e peço desculpas pelas ausências em alguns momentos.

A vovó Rita, vovó Genezia, Dinha e Vovô, que mesmo não estando fisicamente entre nós, estão presentes em nossos corações, nos fortalecendo. E acredito que seguem no outro plano e de alguma forma nos protege.

A minha orientadora profa. Guiomar Germani, pela amizade construída, as trocas de experiências tão ricas durante as orientações e carinho. Aprendi a lhe admirar não apenas pelo exemplo de profissional que é, mas também pela humanidade e humildade que lida com a pesquisa e a academia. Tenho um imenso carinho pela senhora.

Aos professores que compõem a banca examinadora, Prof. Miguel Accioly e Profa. Catia Antonia, agradeço pelos cuidados, considerações realizadas, a troca de conhecimentos tornaram momentos de grande aprendizado sobre a Ilha e os pescadores(as) artesanais.

Ao GeografAR pelos momentos de discussões vivenciadas, ao aprendizado, partilha de saberes e experiências que contribuíram com meu crescimento profissional, mas sobretudo, pessoal. Obrigada por cada palavra, carinho e broncas a Edite, Aline, Avelar, Tiago, Denilson, Diosmar, Adriano, Marcelo, Manuela, Hingryd, Paula, Erica, Pró Gilca, Maicon, Leonardo, Elen, Iara, Janeide, Marise, Heder e Briza. E em especial a Kássia, por acreditar que poderia chegar até aqui. Tenho um imenso carinho, respeito e admiração por você e não tenho palavras para descrever o quanto sou grata a você “nega”, obrigada de verdade!

A toda equipe da Escola Antônio Hemenegildo de Sena Pereira. Especialmente a profa Joseane (Jojoca), profa Jacira (Jacy), profa Aurea e aos pequenos pescadores(as). Vocês foram essenciais. Agradeço pela acolhida, gentileza e as constantes conversas da importância da pesca na comunidade. Sem vocês não seria possível o caminhar deste estudo.

A Colônia de Pescadores do Baiacu, em especial a Sr. Heliomar. A Associação de Pescadores e Mariscadeiras do Baiacu e a Cooperativa Repescar. Obrigada pela receptividade e atenção.

A Prefeitura Municipal de Vera Cruz na pessoa de José Filho.

A Junior, por estreitar os laços com os pescadores do Baiacu e atenção de sempre. Sou grata por tudo.

A todos os colegas do mestrado. Obrigada pelos sorrisos, abraços e encontros. Deixando os momentos de tensão com a pesquisa mais leve. Vocês são pessoas especiais e deixaram muitas saudades, especialmente os que tive a oportunidade de estreitar laços de amizade:

Maicon, Patrícia, Romilda, Adriana, Thalita e Ritinha. E também aos “amigos da turma” Flora, Aline, Leonardo e Alysson.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos conhecimentos transmitidos, pelas importantes considerações teóricas realizadas durante as disciplinas. Em especial a profa. Noeli Pertile pelas orientações no Tirocínio Docente.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa concedida que possibilitou a realização desta pesquisa.

A Dirce e Itanajara, pela paciência e dedicação sempre que necessitamos.

Ao Conselho Pastoral dos Pescadores em especial a Gilmar, Maria Jose (Zezé) e Marcos pela atenção e contribuição. O trabalho realizado junto aos pescadores(as) artesanais é admirável, e agradeço pela oportunidade compartilharem estes momentos.

Ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em especial a Marizelha (Nega), Eleonice (Leo), Eliete, Daiana, Thico, Carlos pelas discussões realizadas, encontros e mobilizações. Sou grata por vivenciar junto a vocês a luta deste grupo social esquecido pelos poderes públicos. O diálogo com o MPP proporcionou a me orgulhar do que sou, que apesar de todos as dificuldades que enfrentamos vale sim lutar pelas nossas raízes, nossa história e nossos ideais. O espírito de força que vigora em vocês é um exemplo. Desejo todo sucesso e espero que este trabalho de alguma forma fomente a luta em defesa das águas.

Aos amigos que vibram, torcem e me dão força sempre. Palavras são poucas para agradecer todo esse carinho. Este trabalho também é de vocês: Deise, Etiene, Josiana, Edla, Vanda e Michelle.

Aos colegas de trabalho, funcionários e meus alunos do C.E. Polivalente San Diego pela compreensão nas ausências em alguns momentos em prol da pesquisa.

A todos que caminharam comigo e acreditaram na construção desta pesquisa, meu muito obrigada!!!



## RESUMO

A atividade pesqueira no Brasil nos remete a entender a formação do território brasileiro, pois a mesma carrega as influências de cada momento histórico dessa formação. A atividade era predominantemente artesanal, através de funções que visavam à própria subsistência das famílias indígenas. Os instrumentos utilizados eram tradicionais e confeccionados pelos próprios índios, a exemplos de técnicas de pesca herdadas deste período, que são: as canoas, as jangadas e as redes tecidas com fibras vegetais, que, no decorrer dos anos, foram aperfeiçoadas e são utilizadas até os dias atuais. A partir destas transformações, percebe-se uma apropriação da natureza pelo trabalho realizado pelo(a) pescador(a). Nota-se que a atividade é, por sua essência, feita e praticada através dos usos e relações com a natureza. Dessa forma, entende-se aqui que este caráter é fundante para compreender essa atividade como um elemento de organização do espaço. O espaço geográfico é palco das lutas e emergências sociais que permitem ao Geógrafo construir diferentes conceitos que o cerca. Entretanto, o espaço enquanto conceito é abstrato. Torná-lo visível e revelador das práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem são aspectos de análise da ciência geográfica além de evidenciar as relações de contradições que se instalam sobre os diferentes espaços. Nesse contexto, o presente estudo objetiva a compreensão e análise do espaço geográfico organizado e produzido pelos(as) pescadores(as) artesanais. Ao se apropriarem da natureza, produzem espaço e, constituem suas espacialidades e territorialidades. Neste caso específico, pretende-se evidenciar o espaço pesqueiro da comunidade do Baiacu situado no município de Vera Cruz (BA), espaço que revela singularidades, graças à sua ocupação e construção histórica que expressa simbolismos, metáforas, ricos em histórias e culturas, dotados de práticas e relações sociais, as quais os(as) pescadores(as), marisqueiras, vendedoras(es), crianças, mulheres, homens, transformam esse espaço num lugar único, de um povo singular, que faz do seu cotidiano “simples” a complexidade de entender as formas de resistência e manutenção de prática da vida através da atividade pesqueira.

**PALAVRAS-CHAVES:** Espaço geográfico. Organização. Produção. Pescadores(as) artesanais.

## **ABSTRACT**

The fishing activity in Brazil leads us to understand the formation of the Brazilian territory because it carries the influences of each historical moment of this process. The activity was predominantly small-scale fishing, using functions aimed at the livelihood of indigenous communities. The instruments used in the activity were traditional and made by the Indians themselves; some examples of fishing techniques inherited from this period are canoes, rafts and fishnets made of plant fibres, which were developed over the years and are used until the present days. From these changes, one can see an appropriation of nature for the work done by fisherman. One can note that the activity is essentially made and practiced by means of uses and relationships with nature. Thus, it is understood here that this character is foundational to understanding this activity as an organizing element of space. The geographical area is the scene of the struggles and social emergencies that allow the geographer build different concepts that surrounds it. However, the space as a concept is abstract. Making it visible and revealing the social practices of different groups that produce it are aspects of analysis of geographical science in addition to emphasize relationships of contradictions that take place in the different spaces. In this context, this study aims to understand and analyse the geographic space organised and produced by artisanal fishermen. By appropriating nature, they produce space and, as appropriate themselves, they constitute its spatiality and territoriality. In this particular case, we intend to highlight the fishing area of Baiacu community, located in the city of Vera Cruz - Bahia, a space that reveals singularities, thanks to their occupation and historical construct expressing symbolism, metaphors, abundant histories and cultures endowed with practices and social relations which fishermen, shell fishers, sellers, children, women, men make this space a unique place, a singular people, who make their "simple" daily lives the complexity of understanding the forms of resistance and maintenance practice of life by fishing.

**KEYWORDS:** Geographic space. Organization. Production. Artisanal fishermen.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- APP – Área de Preservação Permanente
- AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais
- BP – Bahia Pesca
- BTS – Baía de Todos os Santos
- CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNISO – Comissão Nacional Independente Sobre os Oceanos
- CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca
- CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário
- FEPESBA – Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia
- GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores
- MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
- MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PMVC – Prefeitura Municipal de Vera Cruz
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
- RGP – Registro Geral da Pesca
- SEDSAP – Secretaria de Desenvolvimento Agricultura e Pesca
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
- SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Localização de Baiacu – Vera Cruz-Ba	18
<b>Figura 2</b>	– Estrutura da dissertação	20
<b>Figura 3</b>	– Procedimentos Metodológicos	24
<b>Figura 4</b>	– Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Diegues (1983)	36
<b>Figura 5</b>	– Região Metropolitana de Salvador com destaque para Vera Cruz	47
<b>Figura 6</b>	– Ruínas da Igreja de Nosso Sr. de Vera Cruz no Baiacu	49
<b>Figura 7</b>	– BA 001 – Trecho Coroa-Baiacu	51
<b>Figura 8</b>	– Rua do Porto na visão de um aluno	55
<b>Figura 9</b>	– Rua do Porto – Baiacu	55
<b>Figura 10</b>	– “Eu vou pro mar pescar! Eu e Deus”	56
<b>Figura 11</b>	– O pescador realizando seu trabalho no Baiacu	56
<b>Figura 12</b>	– Paisagem do Baiacu na visão de um aluno	58
<b>Figura 13</b>	– Paisagem do Baiacu retratada pela aluna	59
<b>Figura 14</b>	– Baiacu na perspectiva dos alunos	59
<b>Figura 15</b>	– Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores – Bahia – 2013	67
<b>Figura 16</b>	– Classificação dos agentes do setor pesqueiro - MPA	72
<b>Figura 17</b>	– Território de identidades da Bahia	73
<b>Figura 18</b>	– Pescadores(as) ativos com RGP - 2014	74
<b>Figura 19</b>	– Comunidades Pesqueiras – Vera Cruz-BA	76
<b>Figura 20</b>	– Colônias, Associações, Cooperativa e Sindicato - 2013	77
<b>Figura 21</b>	– 1. Mobilização em Ilha de Maré após o acidente no Porto de Aratu (dez. 2013) - Salvador/BA; 2. Mobilização contra a privatização das águas no Paraná; 3. Marcha Nacional e ocupação do MPA em Brasília (2013); 4. Encontro entre pescadores e parceiros através de seminários (Olinda/PE)	82
<b>Figura 22</b>	– Divulgação da Campanha através das redes sociais	82
<b>Figura 23</b>	– Atual fachada da sede da Colônia de Pescadores do Baiacu	86
<b>Figura 24</b>	– Placa da construção das unidades habitacionais	88
<b>Figura 25</b>	– Placa da cooperativa na entrada do Baiacu	90
<b>Figura 26</b>	– Momento da chegada dos pescadores em Baiacu	103
<b>Figura 27</b>	– Vendedoras esperando o pescado no Porto em Baiacu	104
<b>Figura 28</b>	– Negociação entre vendedoras e pescadoras(as) em Baiacu	105
<b>Figura 29</b>	– Circulação da produção pesqueira – Baiacu–Vera Cruz-BA	108
<b>Figura 30</b>	– Plantação de banana nos quintais dos pescadores(as)	109
<b>Figura 31</b>	– Imagens da mariscagem em Baiacu	112
<b>Figura 32</b>	– Mapa de cobertura vegetal do município de Vera Cruz-BA	112
<b>Figura 33</b>	– Imagens de manguezais presentes no Baiacu	113
<b>Figura 34</b>	– Manzoá de ferro – Baiacu	114
<b>Figura 35</b>	– Rede de náilon – Baiacu	114
<b>Figura 36</b>	– Território Pesqueiro do Baiacu	118
<b>Figura 37</b>	– Espécies pesqueiras presente no Baiacu	119

## LISTAS DE GRÁFICOS E QUADROS

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Pescadores(as) ativos em Vera Cruz com RGP - 2014	78
<b>Gráfico 2</b> – Produção pesqueira no Brasil, 2012	97

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Organização político-institucional pesqueira no Brasil a partir de 1600	63
<b>Quadro 2</b> – Políticas Públicas por meio de programas – MPA	68
<b>Quadro 3</b> – Conflitos na Bahia: Pesca Artesanal (Lançamento Campanha 2013)	83
<b>Quadro 4</b> – Evolução das técnicas de conservação da produção pesqueira no Baiacu	106
<b>Quadro 5</b> – Caracterização e possibilidades de usos dos diferentes tipos de rede em Baiacu	113

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– Representação/Entidades Pesqueiras de Vera Cruz-BA	75
<b>Tabela 2</b>	– Quantitativo dos(as) pescadores(as) do Baiacu por gênero representação	93
<b>Tabela 3</b>	– Embarcação por modalidade de pesca – 2010	97
<b>Tabela 4</b>	– Produção de pescado nacional	98
<b>Tabela 5</b>	– Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha de 2009 e 2010, discriminada por Região e Unidades da Federação	98
<b>Tabela 6</b>	– Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico	101
<b>Tabela 7</b>	– Produção (kg) pesqueira no Baiacu	116

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
<b>2 PESCADORES(AS) ARTESANAIS ENQUANTO SUJEITOS DA ANÁLISE GEOGRÁFICA: ALGUNS DIÁLOGOS</b>	<b>26</b>
2.1 DA MATERIALIZAÇÃO DO ESPAÇO AO ESPAÇO ORGANIZADO PELOS PESCADORES ARTESANAIS	28
2.2 NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E TRABALHO: DELINEAMENTOS DA PESCA ARTESANAL	33
2.3 TERRITÓRIOS COMO PRÁXIS DA AÇÃO: OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS	39
2.4 VERA CRUZ (BA): O CENÁRIO DA PESCA ARTESANAL	44
2.4.1 Espaço, contradições e identidades: Baiacu – Vera Cruz (BA)	47
2.4.2 Como vejo Baiacu? Entre práticas e oficinas	53
<b>3 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS NO BAIACU – VERA CRUZ (BA)</b>	<b>60</b>
3.1 A PESCA ARTESANAL X ESTADO: BREVES NOTAS HISTÓRICAS	60
3.2 A BUSCA PELA VISIBILIDADE DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS: ALGUNS MOVIMENTOS	79
3.3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DOS PESCADORES DO BAIACU – VERA CRUZ (BA)	84
<b>4 ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO PESQUEIRA NO BAIACU – VERA CRUZ (BA)</b>	<b>95</b>
4.1 PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL E NA BAHIA	96
4.2 PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM BAIACU (BA)	101
4.3 A PESCA E A MARISCAGEM EM BAIACU	110
<b>5 ENTRE (IN)CONCLUSÕES</b>	<b>124</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE A – Quadro 5 – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Peixes)</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE B – Quadro 6 – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Crustáceos)</b>	<b>135</b>

<b>APÊNDICE C - Quadro 7 – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Moluscos)</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO A - Lei N° 11.959, de 29 de junho de 2009</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO B - Instrução Normativa N° 43, de 23 de julho de 2004</b>	<b>148</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal no Brasil caracteriza-se como uma importante atividade socioeconômica que “marca” e cruza histórias no tempo e no espaço das narrativas de vida dos sujeitos e também está relacionada ao sustento de diferentes grupos. Segundo Kuhn (2009), a pesca artesanal reconquista, a cada momento, o seu protagonismo na produção econômica, pois, atualmente, é responsável pela metade do pescado produzido no Brasil. Além disso, tem influência na manutenção da diversidade cultural atrelada às práticas desenvolvidas pelo pescador, coletor de caranguejos e extrativistas espalhados pelo litoral brasileiro. A exemplo dos caiçaras (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), dos açorianos (Santa Catarina), dos jangadeiros (Nordeste) e das comunidades ribeirinhas (Amazônia) que constituem um patrimônio cultural (DIEGUES; MOREIRA, 2001).

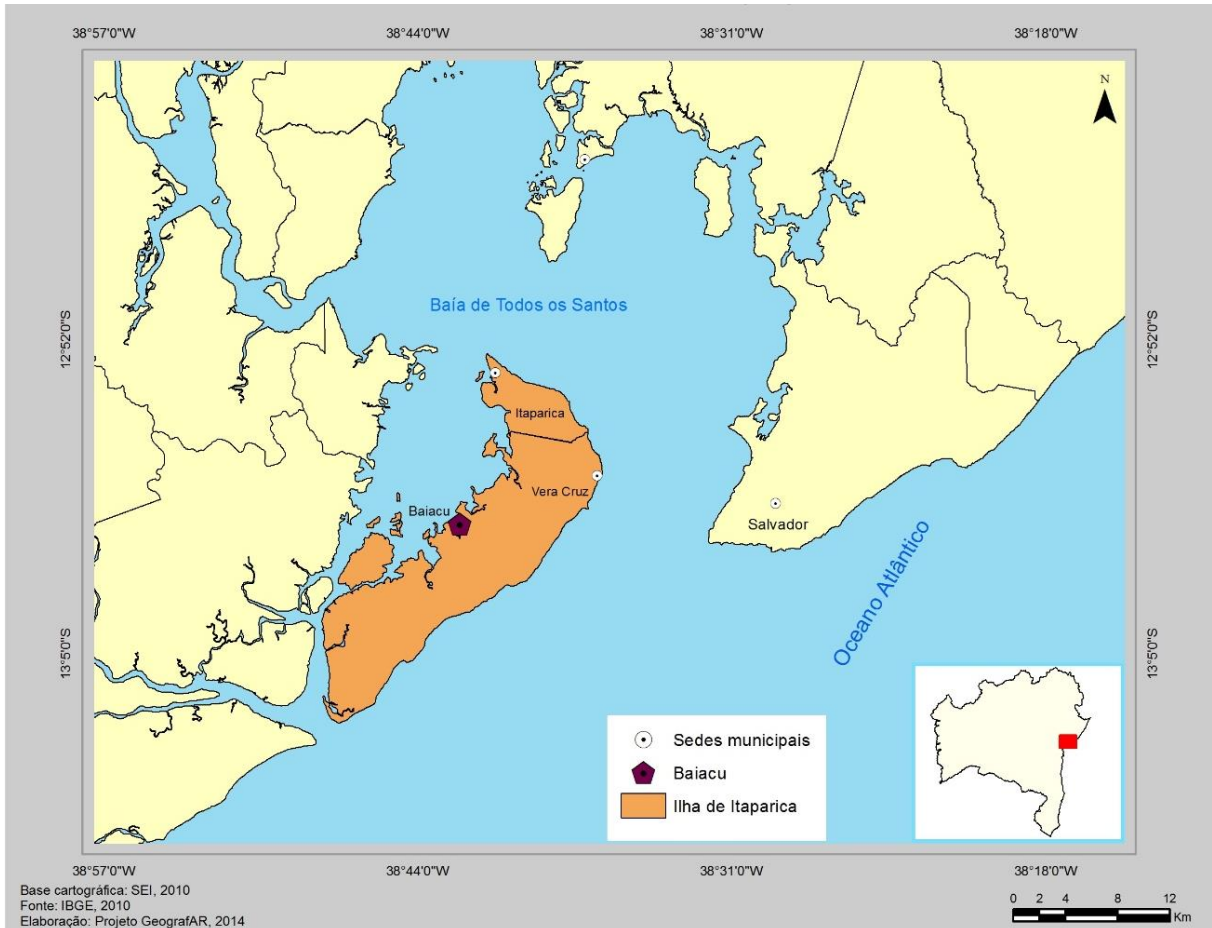
Deste modo, percebe-se que a atividade não está somente associada ao meio/condição de trabalho, a mesma carrega as influências e modos de vida do(a) pescador(a) artesanal. Por sua vez, é preciso reconhecer que os espaços de prática da atividade possuem uma relação singular entre terra e água, que coloca o(a) pescador(a) no ciclo contínuo de transformação, fazendo deste ambiente também instável pelas complexidades ambientais, sociais e econômicas.

É importante destacar que, nas últimas décadas, os espaços de prática da atividade pesqueira são áreas de interesses diversos, seja pela especulação turística, inserção de indústrias ligadas a parques aquícolas ou carcinicultura, e até mesmo política. Tais interesses e práticas impulsionam os conflitos pelo território da pesca artesanal e tendem a gerar a diminuição da atividade, além da tentativa de invisibilizar os sujeitos que vivem da mesma.

Nesse sentido, refletir sobre a pesca no Brasil significa refletir sobre uma atividade que vem, em seu processo histórico, delineando diferentes sociedades (DIEGUES, 1983) que perpassam por suas **identidades** em seus diferenciados modos de vida, as quais também carregam suas **contradições** e, no âmbito da ciência geográfica, designam formas de **produção do espaço**. Mediada por este tripé – identidades, contradições e produção do espaço – desenvolvem-se as reflexões do presente trabalho dissertativo.

A execução e reflexões deste estudo passaram por muitas barreiras que levaram a recorrer diferentes trajetórias. A opção analítica deu-se com base na escala local, ou seja, Baiacu (Figura

1), comunidade pesqueira localizada na contra-costa da Ilha de Itaparica, município de Vera Cruz (BA).



**Figura 1** – Localização de Baiacu – Vera Cruz-Ba

Entretanto, os jogos das escalas cruzam-se e se conectam, pois a compreensão da chamada totalidade do espaço necessita aprofundar na dinâmica de suas relações, sejam elas políticas, sociais e/ou econômicas que perpassam por sua compreensão do global ao local. Para isso, foi necessário dialogar com as diferentes escalas de abordagem. Escala, nesse caso, seria uma estratégia de aproximação do real que necessita discorrer com as outras escalas que lhes dão sentido.

Assim, temos a localidade de Baiacu, o recorte empírico e analítico deste estudo. É uma comunidade tradicional pesqueira, remanescente da primeira ocupação portuguesa da Ilha de Itaparica, em 1560. A atividade pesqueira é praticada há cerca de quatro séculos, sendo exercida pelos tupinambás (indígenas), os jesuítas (portugueses) e os africanos. Características que fazem da pesca uma herança histórica, pois a população sobrevive, basicamente, dessa

atividade, da mariscagem e da agricultura de subsistência. Esse processo revela a articulação da pesca territorial realizada na água e também na terra pelos(as) pescadores(as) artesanais da comunidade. O que evidencia a importância da atividade pesqueira no fazer cotidiano dos pescadores(as), além da análise geográfica entorno da atividade pesqueira, pois a partir dos arranjos espaciais que compreende-se como se dá produção espacial e as territorialidades destes sujeitos.

Por isso, compreender as manifestações de resistência da pesca na comunidade, os sujeitos envolvidos, entender as dinâmicas dos(as) pescadores(as), suas identidades construídas (ou desconstruída), coletiva e política, para saber se a atividade no Baiacu é, de fato, um vetor econômico/político/social/cultural, são as principais dimensões de análises deste estudo. Nesse sentido, as questões que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa são as seguintes:

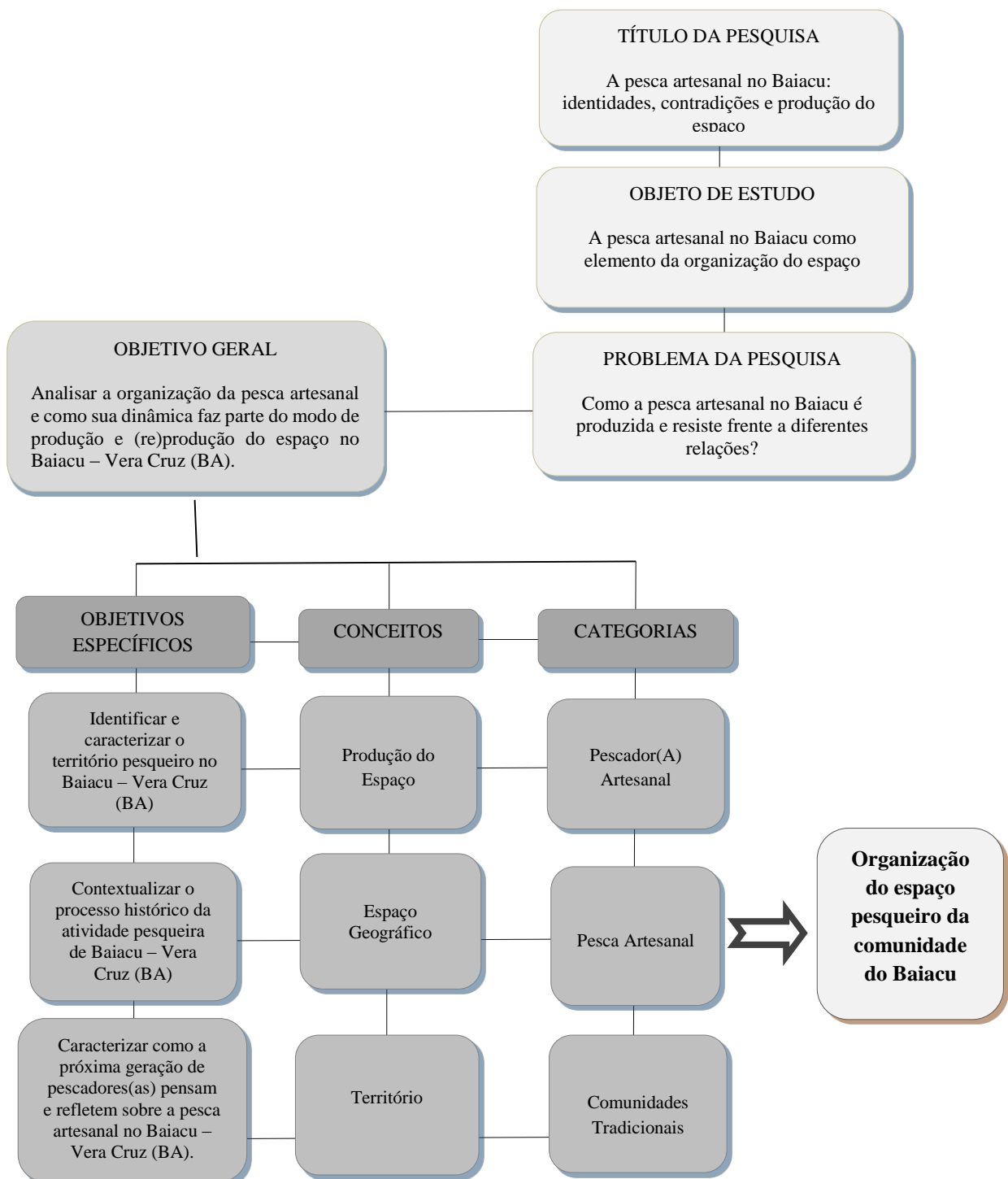
- a. Qual a situação da pesca artesanal na comunidade do Baiacu – Vera Cruz (BA)?
- b. Colônia, Associação, Sindicato e Cooperativa representam de fato os(as) pescadores(as) artesanais na comunidade?
- c. Como a pesca artesanal se insere na produção mercantil no Baiacu?
- d. Quais as perspectivas da próxima geração de pescadores(as) para com a pesca artesanal no Baiacu?

A partir das inquietações que motivaram o desenvolvimento do presente estudo, o objetivo geral proposto foi: Analisar a organização da pesca artesanal e como sua dinâmica faz parte do modo de produção e (re)produção do espaço no Baiacu – Vera Cruz (BA). Como objetivos específicos, avança-se: (I) Identificar e caracterizar o território pesqueiro no Baiacu – Vera Cruz (BA); (II) Contextualizar o processo histórico da atividade pesqueira de Baiacu – Vera Cruz (BA); e (III) Caracterizar como as futuras gerações (as crianças) pensam e refletem sobre a pesca artesanal em Baiacu – Vera Cruz (BA). A figura 2, apresenta um esforço de trazer de forma sintética a estrutura do presente trabalho dissertativo.

A comunidade do Baiacu tem dimensão complexa e abrangente no que se refere à produção pesqueira, pois, os(as) pescadores(as) determinam sua organização e produção. Nota-se o papel central das mulheres nestas relações, uma vez que estas dominam o controle do escoamento de produção; criam relações, trocas, mecanismos que estabelecem e determinam o espaço pesqueiro, e constituem-se numa perspectiva terra/água. Essas especificidades garantem uma produção do espaço onde a pesca é elemento importante para a comunidade e justificam a persistência dos(as) pescadores(as) em produzir econômica e socialmente.

Além disso, ser pescador(a) artesanal configura-se como uma resistência, já que a comunidade encontra-se em um processo de transição no que se refere à seu contexto rural-

urbano. As redes de produção, distribuição, consumo, relações sociais, interferem na produção do espaço da comunidade, além de contribuir na sua reorganização das práticas sociais. Tais aspectos advêm do processo global que penetram em diferentes localidades, trazendo consequências que são percebidas em seu interior. E Baiacu não está alheia a esse processo, pois a comunidade faz parte desse fenômeno, sendo observadas, então, essas transformações no movimento de seu cotidiano. Questões que marcam as possibilidades e limites de suas organizações.



**Figura 2** – Estrutura da dissertação

## 1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa científica é realizada conforme diferentes “olhares” e métodos de abordagem. No entanto, requer um diálogo contínuo entre teoria e empiria, e, em alguns casos, uma aproximação com os sujeitos analisados. Nesta pesquisa, a articulação entre os conceitos utilizados para a pesquisa de campo foi de suma importância para a elucidação das questões levantadas.

Cabe destacar, sobretudo, que, no âmbito dos trabalhos realizados sobre pescadores(as) artesanais, através do Grupo de Pesquisa GeografAR – “Terra e água: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia” (KUNH, 2009) e “Da produção do espaço à construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)” (RIOS, 2012) – os(as) pescadores(as) são reconhecidos como um grupo social inserido no modo de produção capitalista e permeiam à lógica do sistema vigente, gerando seus espaços de reprodução social, estando diretamente associados a conflitos distintos pelo uso da terra e da água, que acabaram originando seus territórios pesqueiros, São Francisco do Paraguaçu e Acupe. E foram influenciados pela sua organização, em especial, pela mobilização junto ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Nos referidos estudos, é evidenciado o interesse das comunidades pela realização das pesquisas e sua disposição em participar dos processos, evidenciado assim, as condições para a pesquisa-ação. Já que as comunidades se reconhecem e ao mesmo tempo se identificam enquanto quilombolas, ou seja, apesar dos conflitos instituídos há uma identidade política construída entre os sujeitos.

Este estudo tem caminhos diversos, assumidos como um desafio desde seu princípio, já que não há uma atuação presente do MPP em Vera Cruz (BA), e nem uma situação de conflito explícito, envolvendo esses sujeitos que, na maioria das vezes, são os que demandam os estudos e pesquisas. Outro ponto que se diferencia a comunidade do Baiacu é sua fragilidade entorno da organização política entre os pescadores(as).

Mesmo reconhecendo as “barreiras”, a escolha pela comunidade de Baiacu se dar inicialmente, por ouvir constantemente no ambiente escolar a negação dos jovens (filhos/as de pescadores/as) sobre atividade pesqueira. Como docente em uma escola pública do município, trabalhando diretamente com adolescentes da comunidade, o não querer ser pescador(a) era algo constante no diálogo dos estudantes. Isto, foi o ponto de partida que desencadeou as reflexões deste trabalho.

Por isso, quando são destacadas as “barreiras”, referem-se aos jogos de relações políticas e de poder, nas quais se encontra essa comunidade. Para entender a dinâmica pesqueira, os sujeitos que fazem parte deste ciclo, como se relacionam, como e quando pescam, foram necessárias algumas estratégias metodológicas, uma vez que, nas primeiras visitas a Baiacu, evidenciaram-se distintos conflitos de interesses dos agentes e sujeitos envolvidos na gestão pesqueira local, bem como em todo o município de Vera Cruz (BA).

Entretanto, como não houve uma aproximação imediata com os(as) pescadores(as) locais, tendo em vista o conhecimento desses conflitos não tão explícitos (que somente ao longo da pesquisa foi possível entender o porquê dessas disputas) nem como saber quem é o pescador(a), a marisqueira, os moradores, as vendedoras do Baiacu, sem a intermediação das entidades pesqueiras locais, a articulação com umas das escolas públicas municipais da comunidade tornou-se um mecanismo de aproximação com os(as) pescadores(as).

A Escola Municipal Antônio Hemenegildo de Sena Pereira tem significativa importância na execução deste estudo, pois, foi por intermédio dessa unidade escolar que se estabeleceu contato com os sujeitos desta pesquisa. Destacam-se todos os integrantes da escola: a direção, as merendeiras, as professoras, os alunos. Os mesmos foram pontes que permitiram diálogos e contatos com a realidade pesqueira da comunidade, já que a maioria são moradores do Baiacu e tem envolvimento com a pesca artesanal, seja através de seus familiares que são pescadores(as)/ marisqueira/ vendedora ou pelo fato deles terem relação direta com a pesca.

Nesse processo, buscou-se, primeiramente, fazer um diagnóstico do cenário da atividade pesqueira no município, depois se estabeleceu contato com a comunidade escolar, que colaborou com o direcionamento dos caminhos e procedimentos metodológicos para chegar à discussão que aqui se apresenta. A pesquisa, então, organizou-se da seguinte maneira: A primeira parte consistiu no levantamento bibliográfico, cujos postulados dialogam com teorias aplicadas à Geografia, em especial, à questão da produção, (re)produção e organização do espaço e como sua materialidade, mediada pelo trabalho humano, atribui à construção do espaço pesqueiro, uma das vertentes teóricas desta pesquisa. Para tanto, foi realizado um levantamento de teses, dissertações, livros e artigos relacionados à área, até então publicados.

A segunda parte diz respeito à pesquisa exploratória, realizada junto à Colônia de Pescadores Z11 e o Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras de Vera Cruz, com o objetivo de compreender o cenário pesqueiro. Essa etapa foi crucial na definição das estratégias das atividades e pesquisa de campo, pois aqui se percebe o “jogo” de relações e de poder no qual se encontra a atividade no município.

A terceira parte da pesquisa consistiu-se no levantamento de dados estatísticos e cartográficos. Os mesmos estão disponíveis em órgãos e entidades específicos ligados à produção pesqueira, comunidades tradicionais e censos realizados no Brasil, nos últimos anos.

Nesse levantamento, como principais fontes estão: o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Bahia Pesca; a Prefeitura Municipal de Vera Cruz; a Colônia de Pescadores Z11 – Baiacu; Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Baiacu; a Cooperativa REPESCAR; o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), além do Banco de dados do Grupo de pesquisar GeografAR. Nessa etapa, efetivou-se uma análise estatística da produção da atividade no Estado, assim como uma caracterização dos(as) pescadores(as) na escala Brasil – Bahia – Baiacu.

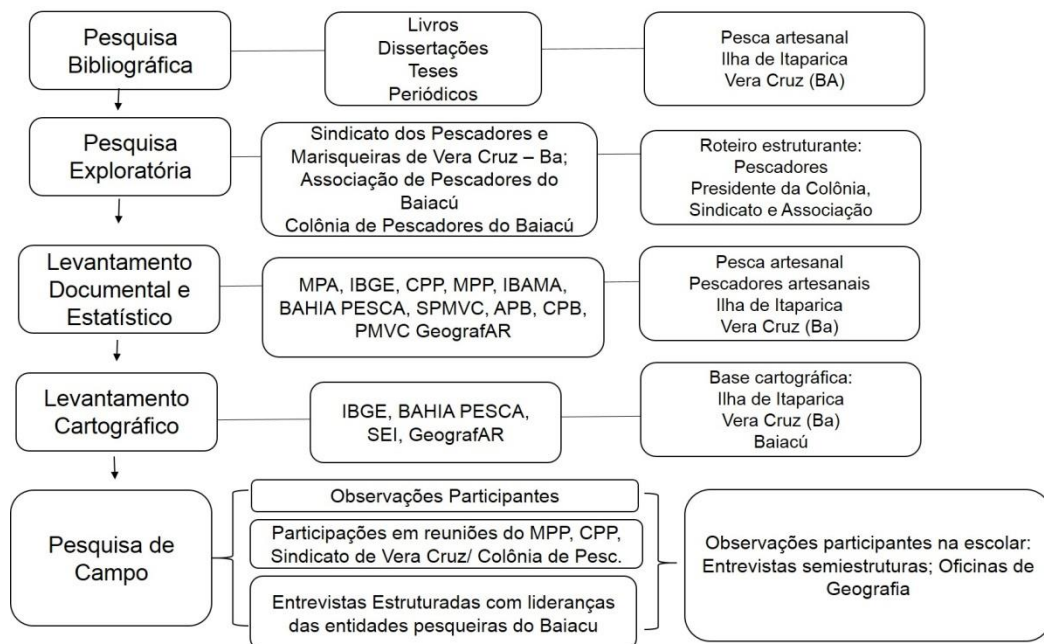
A quarta etapa consistiu-se na pesquisa de campo propriamente dita. Durante os dois anos de realização da pesquisa, procurou-se construir uma relação de aproximação e respeito com os sujeitos analisados. A base da confiança estabelecida entre pesquisadora-pesquisados foi de profunda importância nos resultados obtidos. Nesse sentido, o procedimento desta pesquisa foi dividido nas principais etapas:

- a. Observação participante nos encontros do MPP (Nacional e Bahia), como também nas oficinas e seminários promovidos pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP – Regional Bahia) e a participação no recolhimento de assinaturas da Campanha Nacional em Defesa dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Esses momentos permitiram conhecer a realidade dos(as) pescadores(as) artesanais da Bahia, a dimensão dos conflitos em que se encontram esses sujeitos, além do aprendizado sobre as questões referentes à sua organização e à luta em defesa de seus territórios.
- b. Entrevistas estruturadas com representantes da gestão pesqueira do Baiacu e do município de Vera Cruz: Colônia, Associação, Sindicato, Cooperativa e a Prefeitura. Nessas entrevistas, foram levantadas questões como a organização das entidades, seu papel na atividade pesqueira e suas ações na comunidade. Essas entrevistas possibilitaram evidenciar o desenvolvimento da atividade pesqueira local, assim como as contradições existentes neste processo.
- c. Entrevistas semiestruturadas com pescadores(as), marisqueiras, vendedoras, moradores do Baiacu para compreender a organização da pesca artesanal na comunidade. Essas entrevistas foram de caráter narrativo, em que os(as) entrevistados(as) puderam contar

suas histórias de vida e os motivos que os fizeram/fazem se fixar na atividade pesqueira no Baiacu.

- d. Oficina de Geografia com os filhos/filhas dos(as) pescadores(as), marisqueiras e vendedoras. A mesma ocorreu durante dois meses (maio a julho), na escola Antônio Hemenegildo de Sena Pereira. Foram realizadas aulas-oficinas com 18 alunos do quinto ano do ensino fundamental I, com idades entre 10 e 12 anos. As intervenções foram feitas de modo que se pudesse conhecer como esses sujeitos veem seu espaço de vivência, quais eram/são seus cotidianos e como percebem a pesca artesanal. Estabeleceu-se uma parceria com a professora regente pelo fato de os conteúdos trabalhados nas oficinas estarem em consonância com seu planejamento pedagógico. Assim, os conteúdos trabalhados foram: O Baiacu no mundo: onde estamos? Relações socioespaciais: história da ocupação do Baiacu; Representação cartográfica e o Papel do trabalho na sociedade: para que trabalhamos?

As discussões com os alunos permitiram fazer um diagnóstico sobre a negação e desvalorização que circunda sobre a atividade na comunidade, além de sua caracterização e importância, mesmo passando pelo viés da negação deste grupo de alunos. Durante as oficinas, foram resgatadas as histórias da origem da comunidade, as razões que a levou a ser batizada pelo nome Baiacu, suas características, lendas, formação da população local, e atividades econômicas que são desenvolvidas: a pesca e a mariscagem (Figura 3).



**Figura 3** – Procedimentos Metodológicos



## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A apresentação da pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo é uma introdução da dissertação, são apresentadas as questões que motivaram a pesquisa e metodologias, instrumentos que nortearam a execução do estudo no recorte Baiacu.

No segundo capítulo – **Pescadores artesanais(as) enquanto sujeitos da análise geográfica: alguns diálogos** – inserem-se as reflexões acerca dos(as) pescadores(as) artesanais reconhecidos como sujeitos que organizam e produzem espaços, dando-lhes singularidades próprias, fruto de seus arranjos e relações sociais, além do debate em torno das distintas classificações existentes no desenvolvimento da atividade, fazendo um recorte para a pesca artesanal. Em relação ao campo geográfico, pretendeu-se, neste capítulo, evidenciar que a produção do espaço e as construções das territorialidades pelos(as) pescadores(as) inserem esse grupo social como sujeitos que organizam o espaço geográfico.

No terceiro capítulo – **Organização institucional e articulação dos(as) pescadores(as) artesanais no Baiacu - Vera Cruz (Ba)** – é feita uma avaliação de como vêm ocorrendo as ações políticas direcionadas na organização institucional da atividade pesqueira no Brasil e as consequências históricas dessas ações, sobretudo, quais seus desdobramentos na comunidade do Baiacu.

O quarto capítulo – **Organização e produção pesqueira em Baiacu - Vera Cruz (Ba)** – traz a espacialização e a organização da atividade pesqueira na Bahia, com um olhar para a comunidade do Baiacu. Nessa sessão, evidenciam-se a organização, a distribuição dos(as) pescadores(as), como ocorre a produção, frota pesqueira e a circulação da produção local, além de colocar em evidência o circuito produtivo da pesca artesanal na Bahia, em sua perspectiva histórica, cultural e relações políticas institucionais. Por fim, complementa-se com as (in)conclusões, referências bibliográficas e os anexos.

## **2 PESCADORES(AS) ARTESANAIS ENQUANTO SUJEITOS DA ANÁLISE GEOGRÁFICA: ALGUNS DIÁLOGOS**

A atividade pesqueira no Brasil nos remete à compreensão da formação do território brasileiro, pois a mesma carrega as influências de diferentes momentos históricos desse processo. Pode-se destacar que a atividade pesqueira é um “personagem” que delineou diferentes experiências no território brasileiro.

Rios (2012) evidencia que, inicialmente, a atividade era predominantemente artesanal, através de funções que visavam à própria subsistência das famílias indígenas. Os instrumentos utilizados eram tradicionais e confeccionados pelos próprios índios, a exemplos de técnicas de pesca herdadas desse período, que são: as canoas, as jangadas e as redes tecidas com fibras vegetais, que, no decorrer dos anos, foram aperfeiçoadas e são utilizadas até os dias atuais. A atividade também teve forte influência das artes oriundas das populações africanas. Diegues (1983) destaca que os principais instrumentos da pesca utilizados, tradicionalmente, por tribos de pescadores na costa africana, (por exemplo, Senegal, Mauritânia, Angola, Namíbia e África do Sul) eram a pesca de linha, a pesca de rede (com rede feita de fibra), a pesca noturna, a pesca de jereré e a pesca de tarrafa.

Entretanto, é difícil definir quem criou ou de qual região originou cada instrumento/técnica na produção pesqueira, pois as mesmas existem desde os primórdios da humanidade. E na história do Brasil, sobretudo no período colonial, a atividade pesqueira já possuía características mercantilista, a exemplo da pesca da Baleia, que era realizada por escravos e possuía modos de relações comerciais determinadas pelos senhores. Não é intenção deste estudo apontar as origens dessas artes e instrumentos de pesca, mas explicitar que essas características delinearão profundas relações sociais na atividade. Pois nota-se que esta face da história dimensiona a invisibilidade da atividade pesqueira no país atualmente.

Por outro lado, as utilizações destas técnicas tiveram variações e foram também modernizadas ao longo do tempo. Seus desenvolvimentos são algumas das características que são observadas no decorrer do processo histórico e nas distintas formas de realização da atividade pesqueira, como destaca Rios (2012).

A partir dessas transformações, percebe-se um conhecimento e manejo da natureza a partir do trabalho realizado pelo(a) pescador(a). A atividade pesqueira é, por sua essência, feita e praticada através dos usos da natureza. Desta forma, entende-se aqui que esse caráter é

fundamental para compreender a atividade como um elemento de organização do espaço geográfico.

Corrêa (2012) evidencia que o espaço geográfico é a morada do homem. E, neste sentido, carrega diferentes feições, pois, eis absoluto, relativo, concebido, relacional, representado através de matrizes e grafos, descritos por metáforas, reflexo das condições sociais, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos, é palco das lutas e emergências sociais que permitem ao Geógrafo construir diferentes conceitos acerca do espaço. Entretanto, o espaço como conceito é abstrato. Torná-lo visível e revelador das práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham e fazem a vida caminhar são aspectos de análise da ciência geográfica.

Além de compreender os fenômenos que ocorrem no espaço, analisar a sociedade de acordo com sua organização e produção espacial, a Geografia, possibilita analisar as relações de contradições que se instalam sobre os diferentes espaços. A atividade pesqueira possui diferentes modalidades de sua prática. A presente pesquisa restringe-se à pesca marítima, mais especificamente, à atividade da pesca artesanal. Modalidade presente na pesca extrativa marinha.

Nesse debate, busca-se articular a pesca artesanal e a geografia, num esforço de demonstrar como esses sujeitos vivem o cotidiano do espaço em sua dimensão, uma vez que a leitura espacial permite ver além da aparência, além dos jogos de relações estabelecidas para apresentara dimensão do cotidiano dos sujeitos inseridos no espaço.

Dessa forma, torna-se importante, inicialmente, compreender e caracterizar a atividade da pesca artesanal no contexto da pesca extrativa marinha, diferenciando-a das demais práticas através de sua forma, usos e relação com a natureza.

Por se tratar de uma pesquisa geográfica, objetiva-se aqui a compreensão e análise do espaço geográfico, neste caso específico, do espaço organizado e produzido pelos(as) pescadores(as) artesanais, através de seu trabalho, ou seja, a pesca artesanal, já que os mesmos são vistos nesta pesquisa como responsáveis pela produção/organização do espaço pesqueiro. Afirmamos essa relação pelos usos que esses sujeitos fazem da natureza a partir do trabalho estabelecido no espaço, pois, à medida que os mesmos a utilizam enquanto recurso, produzem espaço e, a partir disso, se constituem suas espacialidades e territorialidades.

## 2.1 DA MATERIALIZAÇÃO DO ESPAÇO AO ESPAÇO ORGANIZADO PELOS PESCADORES ARTESANAIS

O espaço geográfico é um dos conceitos-chave da geografia, que expressa toda articulação, intenção, relação entre homem e natureza que ocorrem na sociedade. Entretanto, o espaço geográfico é uma abstração em termos de generalização e abrangência, pois sua forma ganha concretude a partir do trabalho dos homens. Assim, esse espaço é produzido pelo próprio homem e sua organização carrega especificidades dessa relação. Santos (2006) afirma que o espaço é híbrido e deve ser entendido como conjunto das relações dos diferentes elementos que o compõem, já que o “espaço geográfico é a natureza social, construída e criada pela natureza humana e pela natureza nata” (SILVA, 1991, p. 52).

O conceito de espaço geográfico passou por diferentes variações no decorrer da sistematização da ciência Geográfica. Ao passar pelas diferentes escolas de análise – Geografia Tradicional, Nova Geografia, Geografia Humanística e Cultural, por exemplo –, será na Geografia Crítica (mais precisamente, no final do século XX) que o conceito de espaço será debatido como a principal categoria de análise da Geografia. Período esse, marcado pelo debate das ideias do materialismo histórico e dialético.

Os geógrafos marxistas sentiam a necessidade de expor a dimensão espacial pela contradição social, geradas a partir do modo de produção capitalistas que cada vez mais era evidente nas diferentes sociedades. Para Corrêa (2012), essa preocupação surge primeiramente na obra de Henri Lefebvre, em *Espacio y Política* (1976). Para o autor, o espaço desempenha uma função decisiva na estrutura de uma totalidade, uma lógica, um sistema. O espaço, para Lefebvre, é social, vivido, e dotado de práticas sociais.

Assim, é adotado o materialismo histórico e dialético como paradigma, e o espaço passar a ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais, que é visto como uma instância da sociedade e é organizado pelo homem.

A materialidade do espaço geográfico está associada ao modo de produção das relações sociais. Entendemos que é a partir dessas produções que se configuram os diferentes espaços, dando-lhe formas e singularidades. Interfere nas relações sociais, ao mesmo tempo, em que se organiza e não ocorre de maneira aleatória e sim um espaço concreto, com condições necessárias à sua acumulação, regida, também, pelo Estado na qual envolve saberes, conhecimentos, relações para a abertura da sua produção (LEFEBVRE, 1972).

Para Carlos (2012), quando a sociedade se produz, ela determina o espaço como sua condição de existência, mas, através dessa ação, ela também produz um espaço que lhe é próprio e, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo.

A produção é uma atividade/ação própria do homem, própria de sua essência. Carlos (2012) ainda evidencia que os estudos de produção do espaço como categoria abrem possibilidades de desvendar antes de tudo, a vida humana, ou seja, suas características comuns histórias e suas particularidades,

[...] a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinação e possibilidades [...] (CARLOS, 2012, p. 56).

Em contrapartida, a produção do espaço “esconde” suas contradições, a existência de classes sociais específicas e diversas, enfrentando-se a partir de interesses politicamente diversos, que são frutos do sistema capitalista de produção. Todo este movimento cria condições para a organização do espaço que é um conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície terrestre, criando assim uma materialidade social (CORRÊA, 2012).

Santos (2012) chama a atenção para os elementos que estão no espaço. O mesmo diz que todos – homens, firmas, instituições, empresas e dentre outros – são elementos do espaço. E afirma que cada lugar “composto” por diferentes elementos constitui um espaço de valor particular. O autor ainda destaca que os espaços se distinguem pela sua capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos (SANTOS, 2006), que irá variar de acordo as virtudes das condições locais de ordem técnica, ou seja, equipamentos, infraestrutura, acessibilidade; ou até mesmo organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas e dentre outras). Estas “nuances” permitem entender como um produto específico e não um produto qualquer valoriza o espaço. Seria o que o autor destaca por produtividade espacial ou produtividade geográfica. Nesse caso, é o espaço produtivo, graças ao trabalho realizado no próprio espaço articulada por suas condições naturais e artificialmente criadas de acordo com o próprio produto.

É importante destacar que só há espaço produzido e/ou criado por meio do trabalho. Não se configura por qualquer trabalho, mas o trabalho socialmente produzido no cotidiano que o sujeito está inserido e submetido; “[...] é pelo trabalho de cunho produtivo e social que o ser

humano, ao longo da história, vem edificando a sua condição de ente civilizado” (GOMES, 1990, p. 20) e que, ao mesmo tempo, materializa os espaços.

Nesse sentido, o espaço é reconhecido pela sua múltipla possibilidade de exercício de diferentes atividades (SANTOS, 2006). Nesse caso, pode-se fazer uma ponte destas análises com a “guerra dos lugares”, e seu modo de organização só terá sucesso a depender de quem o gerenciará, e nesse caso, os atores hegemônicos (os empresários, industriários, dentre outros) e os agentes sociais (cooperativas, grupos sociais, Estado, associações, dentre outros) ganham destaque por possuírem conhecimento técnico e financeiro sobre os espaços.

Santos (2006) destaca que é a partir do conteúdo dos objetos que começamos o seu aprendizado e enfrentamos a tarefa de sua compreensão e, nesse momento, a nossa tarefa é compreender como a pesca artesanal (uma atividade extrativista mais antiga da humanidade) pode produzir e organizar espaços.

Nesse sentido, Gomes (1990, p. 27) afirma que o espaço é resultado de várias determinações que compõem uma totalidade e, geralmente, se apresenta dotado de uma profunda dimensão social. Notamos que não é apenas a análise espacial que entra nesse debate, pois um espaço de valor particular, singular e universal é expresso pela sua paisagem, pela sua territorialidade, cultura e identidade. O espaço geográfico é a expressão do homem, pois é resultado da articulação entre sociedade e natureza, permeada pelo seu trabalho. Nesse sentido, qual a dimensão social da pesca artesanal? A mesma tem o poder de organizar e materializar espaços específicos de forma singular e também particular?

A atividade pesqueira não está somente associada ao meio/condição de trabalho. Ela carrega as influências e modos de vida do pescador artesanal. Nesse ínterim, é preciso reconhecer que os espaços de prática da atividade possuem uma dimensão entre terra e água, que insere o(a) pescador(a) num ciclo contínuo de transformação. É também um símbolo de permanência da cultura popular, de modos de vida e subjetividades que resistem, frente ao domínio do capital. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida em que o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo (MPP, 2012).

O(A) pescador(a) artesanal historiciza, socializa e cria condições de sua existência material a partir dos usos da natureza. Para realizar seu trabalho, o mesmo depende diretamente da natureza para sua existência e reprodução social. E por esse caráter, o sujeito da pesca é um agente organizador do espaço, pois o mesmo criará formas de relações, trocas, usos a partir de suas experiências e místicas com a própria natureza.

Kuhn (2009) enfatiza essas experiências e destaca que os(as) pescadores(as) artesanais constituem um grupo social que, no ato de produzir, agem na produção do espaço. Sob a égide

do Modo de Produção Capitalista, essa produção aparece como elemento relevante na análise do espaço geográfico, em geral e em particular, pois nota-se que essas relações irão valorizar o espaço geográfico pelos mesmos.

Nessa ótica, na perspectiva de Gomes (1990, p.14) é pelo mecanismo de sua inserção no quadro natural que o homem vai construindo o espaço geográfico, sendo esse caracterizado pela crescente “socialização da natureza”, ou seja, o próprio homem que historiciza a natureza, naturaliza a si próprio via inserção da natureza em sua vida existencial. Quanto maior for sua incidência, mais teremos a natureza do homem, identificando-o cada vez mais como um ser natural, porém sem a condição de ser apenas “apêndice” da natureza. O(A) pescador(a) artesanal cabe nessa perspectiva, pois ele sobrevive diretamente da natureza como já sinalizamos anteriormente e qualquer instabilidade nessa relação gera os conflitos sobre seu trabalho, pois, como destaca Bertha Becker (1998), os pescadores artesanais, vivem *da e na* natureza, desenvolvem formas de manejo a partir dos usos que fazem dos recursos naturais.

Observamos que a atividade pesqueira terá valor de uso e de troca. Nesse caso, se encontram as relações sociais que serão mediadas pelos diferentes modos de produção. É importante frisar esse debate, pois a pesca deixará de ter aspectos apenas de subsistência para diferentes usos. A mesma também terá dimensão de troca (comércio), que irá variar de acordo com as condições postas pelo(a) próprio(a) pescador(a) artesanal. Isso é evidenciado por Rios (2012), quando enquadra essa lógica na pequena produção mercantil,

(...) a Pesca realizada dentro dos Moldes de Pequena Produção Mercantil, caracteriza-se principalmente pela existência do valor de troca na produção, ou seja, o produto, no caso o pescado, é obtido visando à sua comercialização, fato este que se diferencia da pesca de subsistência, que visa ao valor de uso. Outro fator importante (...) é a existência de terceiros na atividade, mas não necessariamente na captura direta do pescado, como os artesãos que constroem as canoas, os quais fazem parte do processo, porém não diretamente na captura do pescado (RIOS, 2012, p. 36).

Gomes (1990) destaca que, em todo processo produtivo, além do seu valor de troca (o produto adquire a feição de mercadoria para a venda), o valor de uso está, por natureza, social, que vai sendo incorporada ao processo civilizatório pela vivência. Nesse caso, a vivência, o cotidiano, os agentes e sujeitos determinam o caráter dos elementos produtivos de um espaço e a pesca também sofre essas circunstâncias. Nesse caso, reafirmamos que a atividade pesqueira organiza, produz e (re)produz o espaço, pois a pesca é um produto que tem valores de uso e troca de dimensão econômica e social. Nesta ideia, cabe ressaltar que a produção pesqueira é uma mercadoria, e toda mercadoria é produto do trabalho humano e possui, como enfatiza

Marx, uma unidade de aspecto dual entre valores [uso e troca]. Mas, para a mercadoria possuir valor, ela precisa ser útil na sociedade, assim, evidenciamos que a pesca possui importância singular de valor para o homem, já que é fruto do trabalho do(a) pescador(a) e,

[...] adquire dimensão de valor se os homens puderem usufruir de suas potencialidades, quer dizer, incorporar como patrimônio seus valores naturais e sociais ao espaço de vivência comunitária. A materialidade social decorre tanto de nível de evolução da sociedade, quanto da natureza, assim como também do universo do indivíduo dotado de atributos sociais de valor (GOMES, 1990 p. 27).

A produção pesqueira, cada vez mais, se especializa para atender a demanda da sociedade, pois o pescado é base alimentar de muitos grupos sociais, tem protagonismo na produção econômica no país, além de ser considerado como uma alimentação saudável. Assim como nos questiona o próprio Marx, que tipo de trabalho está incorporado ao trabalho (humano) e, nesse caso, como se insere a mercadoria pesca?

Observa-se que o espaço está em constante processo de valorização que é própria de sua existência social e esse caráter garante que o espaço, ao longo do tempo, terá sempre seu valor de uso. Entretanto, o valor de uso distingue-se do valor de troca e esta diferenciação é regida pela lógica dos atores e grupos sociais que compõem os espaços.

Assim, concordamos com Kuhn (2009) quando evidencia que o(a) pescador(a) artesanal,

[...] são formadores de um modo de vida particular, ou seja, como um grupo diferenciado no Modo de Produção Capitalista, que embora esteja inserido nesse sistema, possui outra lógica de relação/produção/apropriação do espaço. Para esse grupo social, o espaço possui valor de uso. A lógica que se contrapõe a esta é a lógica dos grandes agentes do capital, que veem o espaço como valor de troca. E esse é o pano de fundo no qual é promovido o embate entre as distintas lógicas de relação/produção/apropriação do espaço geográfico (KUHN, 2009, p. 28).

Os estudos sobre pesca artesanal, na ciência geográfica, surgem de um debate emergente das novas demandas da sociedade e relações com natureza. Concordamos com Silva (2014), quando destaca que compreender a atividade pesqueira artesanal na ciência geográfica ultrapassa os limites de vê-la apenas como tema, pois, em nossa visão, a pesca aparece como uma categoria de análise do espaço geográfico, e a possibilidade de criar uma dialética epistêmica da atividade no espaço, na natureza do espaço, pode revelar os(as) pescadores(as) artesanais como sujeitos que apresentam riquezas e saberes que tornam seu espaço de reprodução social (os mares, os rios e os mangues) locais de expressão particular de uma relação intimista com a natureza. Homens e mulheres simples e, em muitos casos, sem escolarização,



apresentam um alto grau de conhecimento sobre seus espaços e territórios pesqueiros que buscam uma natureza harmônica para realizar seu trabalho: a pesca e/ou a mariscagem.

Nesse sentido, o papel da geografia e deste trabalho, em particular, é contribuir para compreender a dimensão social dos(as) pescadores(as) artesanais a partir de suas espacialidades próprias, suas territorialidades e como mediam estas relações em sua dinâmica sócio-espacial por meio do seu cotidiano praticado, já que esses sujeitos produzem uma “linguagem e sentido próprios de seu fazer, uma leitura de mundo” (SILVA, 2014, p. 21).

A pesca, segundo Diegues (1983), é a última atividade extrativista realizada em grande escala que nos remete aos primórdios da humanidade. A atividade, ao longo dos anos, foi agregada ao valor de troca inserindo-se também nos moldes do capital, entretanto, mesmo nesse segmento econômico, a pesca artesanal sobrevive, e cada vez mais se encontra em grau de contradição, pois envolve, principalmente: (a) os pescadores artesanais e suas organizações; (b) o Estado e suas diversas políticas públicas; (c) os grupos que promovem a pesca e a aquicultura em escala industrial, com uma lógica concentradora e com forte implicação na natureza; e (d) os proprietários fundiários (KUHN, 2009).

Assim, o homem, nesse caso o pescador(a) artesanal, promove, por meio do seu trabalho, a organização do espaço. E não se configura como qualquer espaço, mas, o espaço organizado e produzido pelo mesmo. E os elementos que compõem esse espaço são: a pesca, o pescador, as marisqueiras, as organizações/representações pesqueiras e o Estado.

Nesse sentido, as concepções até aqui apresentadas levam ao entendimento de que a pesca artesanal configura-se a partir do pensamento de Diegues (1983), quando o mesmo evidencia que a atividade pesqueira artesanal é um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitido oralmente nas comunidades de pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida.

## 2.2 NATUREZA, ORGANIZAÇÃO E TRABALHO: DELINEAMENTOS DA PESCA ARTESANAL

O homem se faz homem pelo seu trabalho de cunho produtivo e ao mesmo tempo social. O mesmo se distingue dos outros animais por possuir a capacidade de produzir objetos. Na medida em que seus instrumentos de trabalho foram se aperfeiçoando, o homem deu um salto em sua organização social. Isso significa afirmar que, na medida em que o mesmo consome a natureza, conhece, cada vez mais, seu habitat (meio natural), seja pela observação empírica e/ou

pela prática produtiva/social feita em seu cotidiano, a partir dos elementos da natureza (GOMES, 1990).

Esse movimento, para Smith (1988), significa a produção da natureza, e o trabalho realizado no espaço determinará seus usos e condições, já que a natureza é fonte de recursos diversos. Desse modo, a própria organização da sociedade é fruto desta produção e sua dinâmica é uma condição necessária para a concepção da vida. Entretanto, vale destacar que o trabalho, além de proporcionar mudanças na forma da matéria e também nas relações sociais, produz diferentes efeitos sobre o homem. Deste modo cabe afirmar que o trabalho é um componente da relação homem natureza, esse trabalho, sobretudo, nasce da necessidade e da luta do homem pela sua condição de existência.

Assim está mediação permite entender que não existe uma dicotomia ‘homem x natureza’, mas sim uma relação ‘homem e natureza’, pois não existe homem sem natureza. Nesse sentido, o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, cria e recria seu metabolismo com a Natureza. Logo, a produção do espaço é resultado da produção da natureza.

Por tanto, o pescador artesanal para exercer sua atividade é depende diretamente da natureza seja pelos ciclos das marés, da lua, da quantidade de peixes disponíveis, dentre outras. Os pescadores artesanais estão espalhados em diferentes comunidades tradicionais ao longo dos rios e litorais, a exemplo da comunidade do Baiacu, e nessa relação de dependência e de transformação da natureza vai, ele mesmo, se transformando a cada pescaria, adquirindo novos saberes sobre o mar e habilidades sobre a pesca.

Entretanto, a atividade pesqueira (própria da relação homem e natureza) é desenvolvida em diferentes organizações e formas. A mesma, nos primórdios da humanidade, era exercida, basicamente, para fins de subsistência, ou seja, a caça ao peixe se configurava, exclusivamente, para a alimentação dos sujeitos. Assim, os diferentes movimentos históricos trouxeram para a atividade pesqueira diferentes formas de manejo e organizações. Nesse caso específico, a inserção do capital diferenciará fortemente a atividade nos setores pesqueiros. Características como os objetivos da realização da atividade, sua organização, seu grau técnico de instrumentos e o capital utilizado em seu desenvolvimento são exemplos dessas diferenciações na atividade (RIOS, 2012).

Algumas dessas especificações foram determinadas pelas leis/decretos de pesca no Brasil que geraram algumas classificações da atividade pesqueira. Os(as) pescadores(as) são classificados – segundo a Lei nº. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política

Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que regula as atividades pesqueiras e revoga a Lei nº. 7.679/88 e os dispositivos do Decreto-Lei nº. 221/67 – em pescadores amadores e pescadores profissionais.

Os pescadores amadores praticam a pesca sem fins econômicos, por lazer ou esporte. Por outro lado, os pescadores profissionais são aqueles que trabalham por conta própria, muitas vezes, no âmbito familiar. Entretanto, a categoria do pescador profissional é subdividida em: Pescador Profissional na Pesca Artesanal; e Pescador Profissional na Pesca Industrial. O primeiro é realizado de forma autônoma ou em família, são possuidores dos meios de produção e/ou possuem acesso a esses meios através de contratos de parceria, que prima pelas relações sociais. Já o segundo, por sua vez, realiza a atividade como empregado, assalariado, sem ser possuidor dos meios de produção.

Outra classificação atribuída sobre atividade pesqueira são as categorias definidas pela Comissão Nacional Independente Sobre os Oceanos (CNISO) para a pesca extrativa marinha no Brasil em: Pesca de subsistência; Pesca artesanal; Pesca industrial costeira; e Pesca industrial oceânica (CNISO, 1998).

A Pesca de subsistência visa a captura do pescado sem fins comerciais, apenas para alimentação, e são usadas técnicas rudimentares de forma simplificada. A Pesca artesanal, por outro lado, tem objetivo comercial, e não há vínculo industrial comercial. As técnicas de produção são artesanais, cujas técnicas possuem tecnologia superior à pesca de subsistência. Utilizam-se pequenas e/ou médias embarcações de madeira que operam na costa marítima.

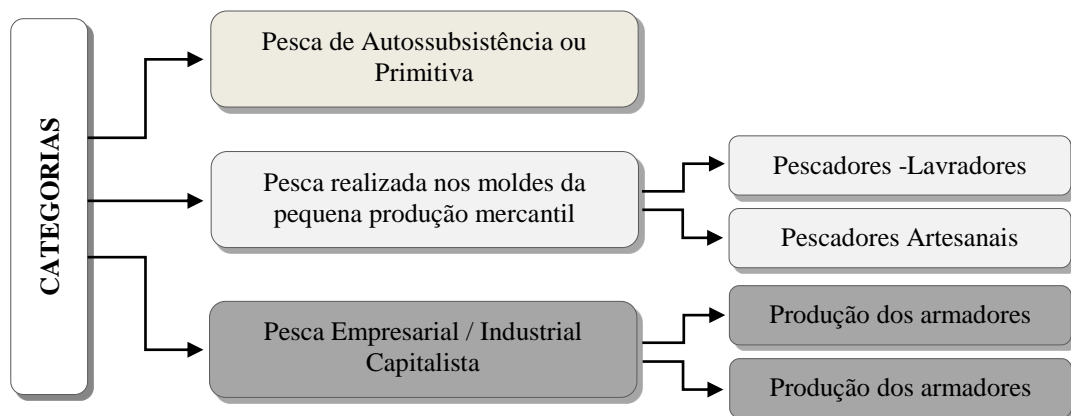
Tais classificações formaram base para a criação de órgãos ligados à gestão da pesca no país, na distribuição de recursos e políticas públicas. As definições desses órgãos sobre a atividade, remetem sua conotação basicamente comercial, sem levar em conta as diversidades sobre atividade pesqueira e, mais especificamente, sobre a pesca artesanal.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por exemplo, define a pesca como atividade produtiva mais antiga da humanidade. Os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importantes fontes de renda, geração de trabalho e alimento. Eles têm contribuído para a permanência do homem no seu local de origem. Ainda segundo o órgão, o pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo MPA, exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte.

No estado da Bahia, o órgão Bahia Pesca classifica a atividade pesqueira a que ocorre apenas para fins comerciais. O(A) pescador(a) artesanal, para o órgão, realiza seu trabalho de forma manual, com utilização de embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos), sem nenhuma sofisticação, além de insumos utilizados, adquiridos nos comércios locais. Baseiam-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família, transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria.

Esses órgãos caracterizam a atividade pesqueira apenas pelo seu viés econômico, colocando o pescador como atrasado e preso ao seu local de origem e não evidenciando as relações que estão no cotidiano dos sujeitos da pesca, principalmente, artes, saberes e sua “intimidade” com a natureza. É importante destacar que a pesca artesanal detém sua importância social e econômica porque sua produção é expressiva, garantindo a base alimentar de diferentes grupos.

Diegues (1983) destaca que os agentes da produção da atividade pesqueira ao relacionarem-se entre si e com as outras condições objetivas, criam modelos e formas de produção, “ainda que em dados momentos históricos uma dessas formas seja a dominante, a mais dinâmica, elas coexistem e se articulam” (DIEGUES, 1983, p. 148). As diferentes combinações e fatores produtivos, a partir das relações sociais de produção, darão à atividade pesqueira formas e subformas, as quais classifica da seguinte maneira (Figura 4):



**Figura 4** – Categorias de Classificação da Atividade Pesqueira por Diegues (1983)

A primeira classificação “produção pesqueira de autossustentância ou primitiva” segundo Diegues, está praticamente desaparecida do litoral brasileiro. Entretanto, é encontrada em locais distantes ou praticamente isolados na Amazônia, em comunidades/tribos indígenas

ou pequenos agrupamentos ribeirinhos. A pesca é somente uma das atividades realizadas aliada à caça e a pequena lavoura também de subsistência.

O autor destaca que a produção pesqueira é efetivada dentro de uma economia onde só existem valores de uso, não há mediação ou trocas de moeda. O excedente produzido é utilizado dentro do princípio da reciprocidade que se estabelece entre os sujeitos que compõem as comunidades.

A unidade do trabalho é concretizada pela própria tribo estabelecida em grupo na base comunitária, mas também pode ocorrer de forma familiar. Diegues, em suas pesquisas, não trata das formas de transição dessa produção pesqueira, existindo, ainda, poucos estudos relacionados à temática, a qual não é foco dessa análise.

Já a “produção pesqueira, realizada nos moldes da pequena produção mercantil”, se diferencia da organização anterior, pois a produção aqui tem valor de troca e se estabelece para fins da venda. Ocorre a divisão do trabalho, há funções especializadas entre os(as) pescadores(as) e também não pescadores(as), que, mesmo não envolvidos com a captura do pescado, participam indiretamente da produção ou venda, a exemplo dos artesãos que fazem as canoas, os proprietários dos meios de produção (o barco), os atravessadores que repassam o pescado, as representações sociais, que configuram como novos atores, que na maioria das vezes atuam em conjunto com o Estado nestas relações e também merecem destaque nas nossas análises.

O processo de trabalho é organizado nos moldes familiar (subdiferenciado por Diegues em: nuclear ou externa) ou por meio da vizinhança. A captura do pescado se realiza com instrumentos de produção artesanal, ou seja, a rede e as canoas, por exemplo, de propriedade familiar ou individual, sendo que a apropriação do produto pelo sistema é de partilha ou porção.

É importante evidenciar que o princípio que organiza essas formas de produção pesqueira, na perspectiva de Diegues (1983), é sua inserção enquanto mercadoria, que irá variar em dois subtipos:

- a. Pescadores(as)-lavradores(as): a pesca ocorre de forma ocasional do pequeno agricultor, restrita a períodos de safra. A propriedade é doméstica, a qual se estabelece na base familiar e/ou grupo de vizinhança. A pesca se insere, predominantemente, na atividade agrícola, que constitui a base de subsistência e organização social dos pescadores e também é complementar, destinada a produzir valores de troca, ou seja, é vendido o excedente. Esses(as) pescadores(as) não vivem basicamente da pesca. Os mesmos são agricultores e pescadores. Outra característica é que a pesca é realizada em limites estreitos do meio ambiente, que domina os pescadores, por não possuírem instrumentos e experiências sobre

outras áreas. Outro ponto é sua dependência do intermediário para comercialização do pescado. À medida que há um intenso excedente da produção, haverá também, de forma intensa, a figura do “atravessador” que pode ser o comerciante que comprava o excedente da produção agrícola, mesmo os(as) pescadores(as) sendo donos(as) de seus aparelhos de pesca.

- b. Pescadores(as) artesanais: o grupo doméstico (a família) não constitui a base da unidade da produção e cooperação. A pesca não é uma atividade complementar, sua produção é destinada para venda, e configura-se como a principal fonte de renda do pescador. As artes e técnicas da pescaria tornam-se mais especializadas, por isso, haverá uma divisão de trabalho mais expressiva e menos igualitária entre os pescadores (as), ou seja, quem possui os meios de produção (o dono da embarcação motorizado, por exemplo) detém autonomia do controle e quantidade da produção, exercendo, diferentemente dos pescadores-lavradores, uma maior exploração do ambiente costeiro e marinho. A propriedade individual dos meios de produção passa a ser um elemento importante na organização produtiva, e outra característica importante é o processo de comercialização, em que os atravessadores individuais vão perdendo espaço para firmas de compra e financiamento da produção. É válido destacar que esse pescador vive essencialmente da sua profissão e será considerado como um profissional da pesca. O mesmo passa a viver e a reproduzir suas condições voltadas, basicamente, para a produção comercial.

A “produção pesqueira capitalista” tem dimensões mais amplas pelas formas/relações de produções estabelecidas, instituídas pela pesca industrial. Os proprietários das embarcações são as empresas. As divisões de trabalho/tarefa são bem específicas e ocorrem novas funções na pescaria: direção (mestre), motoristas (casas de máquinas); cozinheiro; homens do convés (manejo das redes e equipamentos de pesca). Destaca-se nessa produção pesqueira, além da propriedade da embarcação, os instrumentos, rotas de captura e as relações comerciais são estabelecidas pela empresa, diferentemente da autonomia que possui o pescador(a)-lavrador(a) e pescador(a) artesanal.

Nesse cenário, composto por diferentes organizações, classificações/categorias da atividade pesqueira, pretende-se, neste estudo, analisar, de forma mais ampla, a pesca marítima artesanal, por estar presente na comunidade do Baiacu.

A pesca marítima artesanal, faz parte da atividade extrativista e entende-se que a mesma configura-se pela retirada de organismos aquáticos. A atividade pode ocorrer em escala

industrial ou artesanal, tanto no mar, como no continente (SEBRAE, 2008, p. 8). O CNISO ainda o classifica como,

A pesca marítima é aquela que se faz no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva e nas áreas de alto-mar adjacentes a esta última, e também aquela praticada em baías, enseadas, angras, braços de mar ou áreas de manguezais, consideradas as águas, neste caso, como interiores, classificação que não deve ser confundida com a das águas doces (rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes etc.), que se denominam continentais (CNISO, 1998, p.103).

Essas classificações culminaram em criações de órgãos ligados à gestão da atividade pesqueira e a colocará, sobretudo, a pesca artesanal, em um grau complexo, segundo Kuhn (2009). Pois, mesmo reconhecendo os avanços sobre as políticas pesqueiras, estudos científicos, mobilização institucional, movimentos sociais, a pesca ainda se encontra no que chamamos de grau de invisibilidade, pois, mesmo reconhecendo sua importância histórica não se sabe ao certo qual o quantitativo de pescadores(as) artesanais presentes no país, devido ao despreparo dos órgãos públicos com políticas específicas para a atividade pesqueira artesanal e sobretudo uma estatística que, além de revelar a quantidade dos(as) pescadores(as), atenda suas reais necessidades.

Tais situações são encontradas no município de Vera Cruz. A pesca artesanal, mesmo possuindo uma raiz histórica, a qual faz parte da cultura local desde a ocupação indígena, que é anterior à colonização portuguesa. O município é reconhecido economicamente pela sua produção agrícola e serviços, segundo dados do IBGE (2013). Sua população estimada para o ano de 2014 é de 42. 103 habitantes. Entretanto, não encontram registros relacionados à pesca artesanal, o quantitativo dos pescadores envolvidos, os locais de prática da atividade na Ilha, sua produção, principais espécies, situação sócio-ambiental, o papel das mulheres/marisqueiras na atividade, dentre outros.

### 2.3 TERRITÓRIOS COMO PRÁXIS DA AÇÃO: OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

O território é formado a partir do espaço, cujo surgimento é conduzido pelas ações dos atores sociais. O que demonstra uma ordem instituída em cada território formado, mesmo de forma involuntária. Assim, na configuração de um espaço concreto ou abstrato, as representatividades ganham forma e conteúdo, fazendo dos atores sociais um elemento central na “territorialização” do espaço (RAFFESTIN, 1993).

Para Souza (2012), os territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas temporais: séculos, décadas, anos, meses, ou dias, podendo ter um caráter permanente ou uma existência periódica.

Entende-se, a priori, que o território é definido por e a partir de relações de poder, pois sua compreensão implica como um “produto” usado, vivido e praticado pelos grupos sociais envolvidos.

Numa concepção filosófica, segundo Arendt (2007), o poder só é efetivado pela palavra. As palavras carregam histórias e verdades contadas e (re)contadas. Já que,

[...] quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (ARENDR, 2007, p. 212).

E, dessa forma, o poder se materializa, criando interdependência entre os sujeitos que estão no interior dessas relações, e revela as contradições junto à violência do controle sobre os grupos sociais. O poder é uma potência e passa a existir entre os homens quando eles agem juntos por diferentes interesses. Assim, o espaço ocupado e praticado pelos sujeitos, agentes e grupos caracteriza-se pela produção de usos e formas de poder, configurando os diferentes territórios. Segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, o mesmo se forma a partir da apropriação do espaço e, nesse tocante, o trabalho surge como elemento de destaque nessa composição.

O conceito de território é muitas vezes interpretado pelo papel do Estado frente à expansão, controle, ordenamento e gestão de áreas. Entretanto, queremos adentrar para além dessa visão, já que entendemos que o território é também formado pelas manifestações dos grupos sociais que envolvem seus simbolismos e raízes culturais que são reflexos de suas ocupações, divisões e multiplicidades. Nesse aspecto, concordamos com Souza (2012), quando evidencia que, neste processo,

[...] é visto como algo gerador de raízes e identidade, ou seja, um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2012, p. 84).

Cardoso (2003) reafirma que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas,



territórios quilombolas e, além disso, os territórios pesqueiros. Esses podem ser delimitados formal ou informalmente, garantindo a reprodução dos diferentes grupos sociais, inclusive dos(as) pescadores(as) artesanais. Nesse aspecto, o conceito de território deve ser analisado pela identidade que os grupos sociais atribuem ao território.

Essa identidade atribuída ao território se constitui como base para o processo de territorialidades. Haesbaert (2010) enfatiza que territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionam efetivo poder sobre a reprodução, enquanto grupos sociais que são influenciados por aspectos culturais e de identidade praticados no interior do cotidiano dos diferentes grupos, no qual surgem suas subjetividades, costumes, práticas geradoras de sua identidade tanto individual, quanto coletiva. Nesse sentido, os(as) pescadores(as) artesanais carregam suas simbologias e costumes próprios e, assim,

[...] desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representa elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira [...] estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural. (MPP, 2012, p. 04)

A identidade é uma fonte de significado e experiência de um povo. Quando atribuída aos atores sociais, destaca-se como processo de construção de significados, com base em um e/ou conjunto de atributo(s) cultural(is) inter-relacionado(s), os quais prevalecem sobre outras fontes de significado; pode ser múltipla, mesmo atribuída a um único sujeito. Entretanto, a mesma pode ser construída a partir de instituições dominantes, e assumem esta condição se os atores sociais as internalizarem, construindo seu significado com base nessa internalização (CASTELLS, 2000). Do ponto de vista da sociologia, a identidade é construída. Do ponto de vista da territorialidade do espaço, a identidade será um dos fatores para sua materialização, já que é promovida pela identidade coletiva de um grupo social, ou seja,

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção.

O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (APARECIDO SOUZA; PEDON, 2007, p. 132-133).

Destaca-se que o território é também constituído pela identidade e os elementos da unidade e da ação do homem irão concretizar sua forma e é por isso que o espaço é anterior ao território, pois é a partir da junção desses elementos que o mesmo irá surgir. E como já se frisou, a identidade é um ponto a ser analisado para se entender como se formam as territorialidades. Para Aparecido Souza e Pedon (2007), a identidade territorial não existe, nem *a priori* nem *a posteriori*, na constituição do território, por ser um movimento natural de sua constituição, e são as permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que definem o status ontológico desse processo. Outro ponto evidenciado pelos autores são as representações, pois nascem destas relações por haver uma forte ligação entre o espaço público, que é constituído pelas Associações de bairros e outras entidades. Os processos que geram as representações, segundo os autores, fazem parte da comunicação e das práticas sociais, assim essas representações sociais criam suas diferentes ideologias e interesses, que são desenvolvidos no espaço e para o próprio espaço. Nesta perspectiva,

[...] a territorialidade, compreendida numa perspectiva que entende esta como reflexo da multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, está permeada por um conjunto de representações que delimita os limites do território, resultando na configuração exclusão/inclusão. Os que estão fora e os que estão dentro, nas palavras de Norbert Elias, os estabelecidos e os *outsiders*.

A territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais (APARECIDO SOUZA; PEDON, 2007, p. 135).

Nota-se que as representações sociais (Colônia, Sindicato, Associações e Cooperativa) da pesca artesanal em Vera Cruz (Ba) e, sobretudo na comunidade do Baiacu, estabelecem uma gestão do território sobre a atividade pesqueira, aliada ao Estado. As mesmas estabelecem relações, padrões e ideias mediante seus interesses e também estabelecem uma relação de classe. Para Marx (1989), as relações das classes sociais e luta de classe são derivadas do esquema de produção e interesses sociais, oriundas do próprio sistema capitalista. A partir da divisão do trabalho, a sociedade foi estruturada em classes antagônicas. Dessa forma, as classes sociais são definidas por seu antagonismo, que revela as suas próprias lutas.

Desse modo, o território nos revela diferentes dimensões. Seus simbolismos, ideologias, códigos, não são elementos abstratos, já que é a partir destes elementos que o território ganhará sua materialidade que parte das experiências vividas pelos sujeitos que ocupam os espaços. Assim, o território é o movimento da ação humana pela sua experiência, vivência com seu

espaço, seja com outros homens, pelas suas relações, sua sociabilidade, de modo geral, o território é a manifestação das relações sociais.

Nesse sentido, temos os territórios pesqueiros, que também são frutos das manifestações sociais, de relações com e entre os homens a partir dos elementos que constituem um território que envolve simbolismo com a natureza e específico de quem “vive do mar”. Esse é compreendido pelos usos que os(as) pescadores(as) artesanais fazem do espaço geográfico que se dão as relações de conhecimento do próprio espaço, onde os agentes sociais estabelecem suas relações de poder.

Rios (2012) destaca que as comunidades tradicionais pesqueiras determinam o espaço na medida em que estabelecem suas relações com a natureza, ambas mediadas pelo trabalho humano, seja através da pesca, da mariscagem, da moradia, da comercialização; em que também desenvolvem uma relação de poder sobre o espaço em que determinam sua reprodução social. Dessa forma, o(a) pescador(a), a marisqueira, as entidades representativas da pesca (Colônias, Associações, Sindicatos, Cooperativas), os atravessadores e o Estado compõem esse território. O mesmo é marcado pelas relações de contradições estabelecidas no cotidiano da atividade pesqueira e, assim, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nota-se que os territórios pesqueiros não se restringem sobre o ambiente marítimo, envolve o chamado território terra e água, já que o acesso à terra é mediador do acesso à água. Na terra, é encontrada sua moradia, manifestação social, articulação política, econômica. Ocorre a compra dos petrechos de pesca, a venda do pescado, plantam e praticam outras atividades, por exemplo, e, dessa forma, terra e água constituem-se como territórios indissociáveis na pesca artesanal (KUHN, 2009).

Assim, a atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade tanto de uso, como de prática do/no espaço. Sua especificidade ocorre de forma articulada entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de conhecimento da natureza e o segundo significa os espaços de morada do(a) pescador(a) e a realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003).

Outra especificidade dos territórios pesqueiros é sua biodiversidade terrestre e marinha. Um ambiente rico em espécies e manguezais, que,

[...] são considerados ecossistemas-chave em razão de sua riqueza em biodiversidade e dos serviços ambientais que eles proporcionam, fazendo deles áreas de notável importância ecológica. Graças aos efeitos da complexa dinâmica de marés que submerge regularmente seu substrato, esses ecossistemas são enriquecidos ao reter os sedimentos fluviais na baixa do nível da água. Em virtude desse processo, destacamos, entre os serviços ambientais, o de viveiro e de local de alimentação para muitas espécies, fixas ou migrantes, da fauna terrestre, aquática ou ainda de pássaros. Nessa interface entre meios terrestre e aquático, os manguezais oferecem uma grande variedade de recursos naturais [...] (PROST, 2007, 154).

A condição de uso compartilhado é outra especificidade dos territórios tradicionais pesqueiros. Os(As) pescadores(as) definem seu território, delimitam seus usos e, ao mesmo tempo, relacionam-se e compartilham esse mesmo território com outros grupos de pescadores(as).

O território nasce a partir de uma produção, historicamente construída e resultante de um processo que envolve a relação de conhecimento sobre uma dada fração do espaço. Os territórios pesqueiros adentram nesta especificidade e, nessa perspectiva, como é formado tanto o espaço quanto o território pesqueiro do Baiacu? Busca-se neste estudo, através da análise do espaço geográfico, entender como se dá a produção do espaço na comunidade e suas contradições existentes na produção espacial, a qual permeia valores na construção do território pesqueiro.

#### 2.4 VERA CRUZ (BA): O CENÁRIO DA PESCA ARTESANAL

O estado da Bahia possui um dos litorais mais extensos do Brasil. Segundo o IBGE (2010), são mais de 1.100 km distribuídos em: 230 km de litoral norte, 200 km da Baía de Todos os Santos e 673 km do litoral sul e do baixo sul. Nesse extenso litoral, encontra-se a Ilha de Itaparica, que está situada à porção leste da Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos (APA/BTS).

A Ilha de Itaparica encontra-se na Baía de Todos os Santos (BTS), é uma das ilhas marítimas mais extensas do Brasil, com 239 km<sup>2</sup>. Seu território é formado pelos municípios: Itaparica e Vera Cruz. O município de Vera Cruz, geograficamente, faz parte do Recôncavo Baiano. Entretanto, é integrante da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Sua emancipação ocorreu em 31 de Julho de 1962. A mesma tem abrangência de 211 km<sup>2</sup> (SEI-BA, 2006).

O município de Vera Cruz está localizado na Ilha de Itaparica, distando da capital baiana (Salvador) 289 km por via terrestre e a 6km via marítima através do sistema *Ferry Boat* ou

lanchas (Figura 5). Possui uma população de 37.567 habitantes (IBGE, 2010). No município, segundo o IBGE (2010), existem três distritos: Mar Grande (sede municipal), Cacha Pregos e Jiribatuba, sendo classificadas, pelo órgão, as demais localidades como povoado e todos esses núcleos urbanos se estruturam basicamente ao longo de três rodovias estaduais, a BA 001, a BA 881 e a BA 882.

Segundo a Legislação político/administrativa com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Vera Cruz (PDDU, 2002) o município possui quatro distritos: Mar Grande (sede municipal); Barra do Gil; Jiribatuba; e Cacha Pregos. Abrange quatorze vilas: Ilhota; Gamboa; Gameleira; Penha; Taipoca; Coroa; Baiacu; Berlinque; Conceição; Barra Grande; Matarandiba; Tairu; Aratuba e Barra do Pote. São também administrados pelo município seis povoados: Juerana; Porrãozinho; Ponta Grossa; Campinas; Catu e Porto Sobrado (MINEIRO, 2010).

A atividade pesqueira faz parte da história da Ilha de Itaparica. Os registros históricos apontam que, desde a ocupação portuguesa, em 1560, há presença da atividade. A ocupação pelos jesuítas, nas terras da Ilha, se fez no ano de 1560. Foi, então, instalado um pequeno povoado que recebeu o nome de Vila do Senhor da Vera Cruz e, nele, foi construída a primeira Igreja Católica da Ilha, assim como um mosteiro. Esse povoado foi emancipado e passou a ser chamado de Vila de Baiacu, que, em meados da década de 1970, era a mais importante colônia de pesca da Ilha de Itaparica (MINEIRO 2010).

Essa ocupação fomentou a caça da baleia em Itaparica. Tudo começou em 1602, quando a Coroa Ibérica (união de Espanha e Portugal) permitiu que estrangeiros pescassem baleias nas águas do Brasil. O reino espanhol aproveitava a experiência de Pêro de Urecha e seu sócio, Julião Miguel, que iniciaram seus trabalhos na Bahia. Eles vinham da província de Biscaia (província localizada no norte da Espanha), e possuíam tradição de captura do cetáceo (CASTELLUCCI JUNIOR, 2005).

Pode-se destacar que este processo torna-se indícios da indústria pesqueira (juntamente com o comércio do pescado) chamada de “armações baleeiras”. Sua estrutura era composta por: embarcações, fábricas, alojamentos, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras, escravos, terras, petrechos de caça e de produção do azeite. Para Dias (2010), os primeiros estabelecimentos da indústria baleeira foram erguidos na Ilha de Itaparica na entrada da barra, Ponta de Cruz, em frente à cidade do Salvador, no início do século XVII. O foco da produção era a extração de óleos, matéria-prima do azeite. O mesmo era o principal produto extraído do derretimento da gordura animal, o toucinho, que abastecia as lamparinas que iluminavam as casas, os engenhos,

as próprias armações durante a noite. A produção abastecia a Bahia, outras capitâneas e também era enviada para Biscaia.

É importante evidenciar que este processo foi realizado pelos negros escravizados e a técnica pesqueira advinha dos espanhóis, segundo os estudos de Dias (2010). Com a entrada/inserção do navio a vapor nas águas da Baía de Todos os Santos, além dos novos arranjos da produção urbana, o número de baleias veio a desaparecer, tornando-se uma pesca predatória e uma atividade menos lucrativa na área. Nos estudos de Diegues (1983), a pesca da baleia desaparece do litoral brasileiro somente nos anos de 1970, com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), embora todas as armações baleeiras existentes haviam terminado suas operações no litoral brasileiro em meados do século XIX.

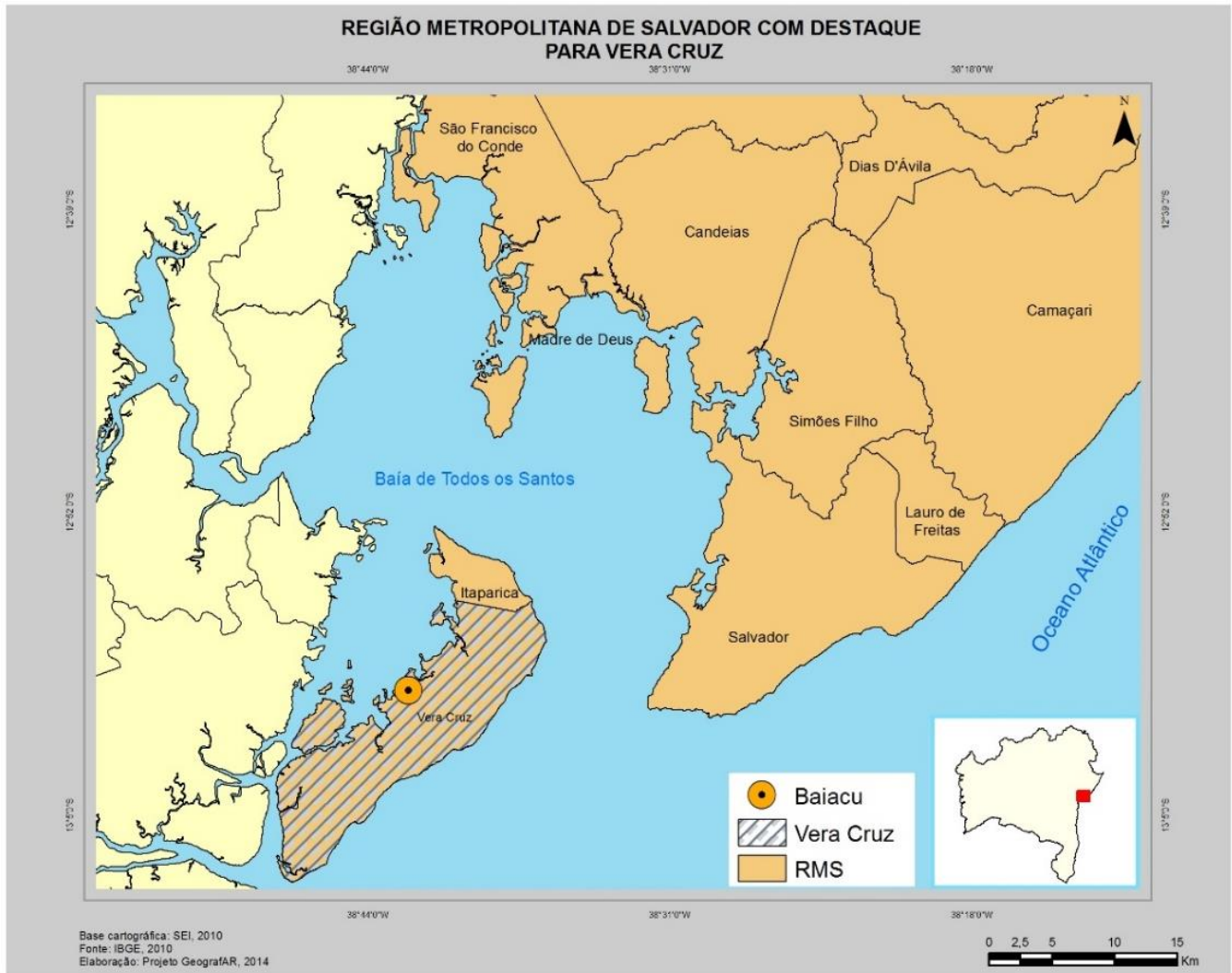
Por outro lado, na Ilha,

Como a pesca de baleia não era mais tão expressiva e foi proibida a captura, outra pesca recebeu destaque, a do xaréu. Osório (1979) relata que a pescaria do xaréu era de grande rendimento, mesmo sendo de pequena escala na maior parte do tempo, os pescadores da região da Ilha de Itaparica chegavam a pescar, na safra, cem toneladas do peixe (MINEIRO, 2010, p. 68).

Dessa forma, a pesca artesanal configura-se como uma das principais fontes econômicas do município de Vera Cruz, atualmente. Em todos os locais (sede, vilas e povoados), são encontrados pescadores(as) e marisqueiras artesanais. Oficialmente, há, na ilha, quase 7.000 pescadores(as) (MPA, 2010).

Nas vilas de Ilhota, Gamboa, Gameleira; Penha; Taipoca; Coroa; Baiacu; Berlinque; Conceição; Barra Grande; Matarandiba; Tairu; Aratuba e Barra do Pote, a pesca artesanal se caracteriza como elemento de destaque socioeconômico e contribui para a reprodução social dos(as) pescadores(as) artesanais locais. Por isso, neste estudo, as mesmas serão consideradas comunidades tradicionais pesqueiras. Por entender que são grupos sociais, segundo critérios de auto-identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida dotado de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados (MPP, 2012).

Nesse cenário, será enfatizada a comunidade do Baiacu, por estar localizada na contracosta da Ilha e sua fonte socioeconômica ser, basicamente, oriunda da pesca artesanal, como podemos verificar na figura 5.



**Figura 5** – Região Metropolitana de Salvador com destaque para Vera Cruz

#### 2.4.1 Espaço, contradições e identidades: Baiacu – Vera Cruz-Ba

*Era uma vez um baú cheio de ouro que os portugueses “jogou” no mar. Todos procuraram, mas todos também morreram por causa da água corrente que leva a gente pro fundo do mar e tem vários dragões e jacarés...<sup>1</sup>*

O povoado de Baiacu está localizado na contra-costa da Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz-Ba e faz parte de uma área de proteção ambiental permanente (Parque Ecológico

<sup>1</sup>Lenda do ouro perdido, recontada por uma aluna de 11 anos.

do Baiacu<sup>2</sup>) por possuir resquícios de Mata Atlântica, manguezais com rica diversidade de espécies marinhas. É também um local histórico, por ser remanescente da primeira ocupação da Ilha de Itaparica, em 1560, sendo a mais antiga colônia de pescadores da Ilha.

A população de Baiacu, no ano de 2014, totalizou, aproximadamente, 4.530 moradores, segundo dados do Posto de Saúde de Baiacu, a partir do Programa Saúde da Família (PSF). Homens e mulheres vivem o cotidiano da pesca desde criança, já que a atividade pesqueira é uma herança histórica do local, que perdura cerca de quatro séculos.

No início do século XVI (1560), Baiacu era considerada a mais importante e tradicional das comunidades existentes na Ilha. Tornou-se vilarejo, batizada de Vila de Nosso Senhor de Vera Cruz, onde o jesuíta Luís da Grã e seus companheiros de catequese aportaram e edificaram a segunda igreja católica matriz no Brasil, sob a invocação do Nosso Senhor da Vera Cruz, catalogada entre as primeiras edificações religiosas do Brasil, por onde passou o padre Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. As ruínas da segunda capela (Figura 6) evidenciam uma igreja do século XVIII de obra jesuítica. A igreja matriz de Vera Cruz situada em pequena elevação à margem da estrada que liga a sede do município com o povoado do Baiacu, próximo à costa sudoeste da Ilha de Itaparica. O templo está envolvido por gameleiras de grande porte cujas raízes destroem seus muros. No fundo da igreja existe um pequeno cemitério e em 1948 faz parte da fazenda Burgos (INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 1975).

O nome da comunidade, Baiacu, tem origem tupi, *mayacu*, “peixe tetraodontiforme (venenoso), que possui em abundância na contra-costa da Ilha” (PAIXÃO, 2012, p. 01). Para Osório (1979), a partir da “História da província de Santa Cruz” descrita por Pero Magalhães Gandavo, a origem do nome Baiacu é decorrente do nome do pescado venenoso presente no local.

Para Moreira (2009), a comunidade do Baiacu é assim designada em virtude dos moradores relacionarem uma quantidade significativa de peixes da espécie baiacu na localidade que tomaram por moradia. Eles associam o pescado à comunidade. Comunidade esta que se observa pela sua história de ocupação, sua paisagem, seu povo, os traços da atividade pesqueira artesanal como parte de sua cultura. Uma herança deixada pelos indígenas e negros que “ganhou” aperfeiçoamento e manuseio das técnicas e atualmente possui *status* profissional,

Observa-se na comunidade a herança da cultura primitiva, tradicional e primária, no que se refere ao manuseio da pesca, pois os pescadores ainda cultivam os hábitos e costumes indígenas, seja no uso de material da pesca [...] seja para “perguntar” à natureza se a maré e o tempo estão bons para a

---

<sup>2</sup>Decreto de Lei Municipal 316/91.



pescaria. Quer dizer, há uns hábitos vivenciados pelos pescadores da comunidade que os fazem se reconhecer enquanto sucessores daqueles ancestrais (MOREIRA, 2009, p. 26).



Foto: Taíse Alves

**Figura 6** – Ruínas da Igreja de Nosso Sr. Vera Cruz no Baiacu

A pesca (como se afirmou anteriormente) é a atividade mais antiga presente no Baiacu. Os tupinambás, indígenas que ali moravam antes da ocupação portuguesa, já praticavam a pesca como forma de subsistência. Com a vinda dos negros escravizados, e os próprios portugueses com a prática da pesca da baleia para extração do óleo vegetal, a pesca artesanal absorveu novas técnicas de produção, a exemplo da pesca noturna e de rede. Como destaca Diegues (1983), uma característica de pescaria é típica dos africanos.

Com o decorrer dos anos, a pesca no Baiacu vai deixando seu aspecto de subsistência e passa a ser uma atividade com dupla função: tanto para o próprio consumo dos moradores quanto para atividade comercial. Esta especificidade trará para a atividade pesqueira mudanças significativas e novas formas de apropriação. Tais mudanças não se darão apenas no aspecto econômico, sobretudo nas questões sociais, nas relações, questões ambientais e principalmente sobre a identidade de ser/se fazer pescador(a). Apesar da pesca artesanal e a mariscagem serem, atualmente, as principais atividades econômicas da comunidade, ela enfrenta muitos desafios pela sua permanência cultural tanto no Baiacu quanto para o próprio município de Vera Cruz.

Esta afirmação é feita pelos pescadores/moradores mais antigos da comunidade. Os mesmos identificam muitos problemas que enfrentaram com a atividade nos últimos anos, entre elas: (I) o desaparecimento e diminuição das espécies de peixes; (II) as condições ainda precárias de trabalho; (III) as entidades de representação da pesca; e (IV) as crianças e/ou jovens não quererem permanecer na atividade, ou seja,

É “difícil”, o pescado hoje está mais difícil, não é como era antes, e estraga muito, hoje a rede da gente é miúda, antes era mais graúda e pega peixe pequeninho. Aí aquele peixe desperdiça, quando chega a soltar tudo bem, e quando não dá pra soltar? Morre em cima de horror! E agora tá se espalhando para vender como isca de manzuá. Da minha época para cá que começou a diminuir o pescado (Depoimento de Pescador do Baiacu em pesquisa de campo. Jun. 2014).

Baiacu possui 460 anos e, para muitos, ela possui "aspecto de vila parada no tempo" (MOREIRA, 2009). Em atividades de campo, essas impressões foram visíveis, pois a comunidade não possui sinal de celular, poucas casas possuem acesso à *internet*, faltam serviços como esgotamento sanitário, lazer para as crianças e também para os adultos. Possui apenas duas escolas públicas do ensino fundamental I; uma creche pública; um posto de saúde, o qual não possui todos os profissionais de saúde; não há transporte público, sendo que alguns moradores (homens) trabalham como motorista, realizando transporte privado com licenciamento/parceria com a Prefeitura por meio de táxi, havendo, também, motoristas não licenciados.

O acesso ao Baiacu é difícil. Antes da construção da estrada pelo governo do Estado, a BA 001, "o acesso era feito a pé ou por via marítima, com a utilização de embarcações do tipo canoa" (MOREIRA, p. 2009, p.29), mas a construção da estrada não tirou o isolamento da comunidade a outras partes da Ilha e nem melhorou a mobilidade dos moradores, já que a mesma apresenta má condição de via, possuindo muitas crateras e na maioria do trecho não possui asfalto.

Isto causa muita indignação aos moradores, pois, em períodos de chuva, é praticamente impossível chegar a Baiacu e torna-se perigoso trafegar, além de muitos carros quebrarem por conta dessas condições. Assim, somente os “que conhecem a estrada que se arriscam a fazer o transporte pro Baiacu” (Depoimento de um motorista em pesquisa de campo. Mai 2014).

O transporte Baiacu-Mar Grande tem valor considerável, o custo é de R\$ 6,00. Como não há uma demanda extensa de pessoas indo ou saindo da comunidade, leva-se, algumas vezes, cerca de 30 minutos a 1 hora esperando por esses táxis, já que não compensa levar apenas uma

ou duas pessoas, segundo relatos de motoristas. Esses remetem o valor do transporte aos custos de manutenção de seus veículos, a estrada ruim e a taxa paga à Prefeitura.



Foto: Taise Alves

**Figura 7** – BA 001 – Trecho Coroa-Baiacu

Outra situação evidenciada nas atividades de campo é a dependência do transporte para os estudantes da comunidade, ou seja, os mesmos dependem do ônibus escolar, fornecido pela Prefeitura e/ou governo do Estado para cumprir os ensinos fundamental II e médio em outras localidades da Ilha. Em atividades de campo, percebeu-se que, em muitos momentos, os mesmos não chegavam no horário, e em outros momentos, não apareciam para buscar os estudantes.

A construção da estrada agravou ainda as questões ambientais na área, pois a mesma impulsionou a especulação imobiliária ao seu redor e degradou uma das fontes de água mineral conhecida como Fonte de Catita, “considerada como uma das melhores de água mineral existente na Ilha” (MOREIRA, 2009, p. 33). A autora registrou esse fenômeno, afirmando que constitui como “fato curioso e preocupante que ocorre é a devastação rapidamente de toda a mata que existia na estrada que liga Coroa a Baiacu [...] estão construindo casas e fazendas em toda extensão” (MOREIRA, 2009, p. 33). Porém, atualmente, há um movimento contrário, observado no fato de muitas casas possuírem placas para venda em praticamente todo o trecho do Coroa – Baiacu, devido às condições da BA 001.

Nas conversas informais com os moradores e motoristas sobre a condição da estrada, estes relatam que fizeram abaixo assinado, manifestações, acionaram o Ministério Público, mas

até o presente momento, não foram tomadas medidas para pavimentação desse trecho da BA. A Prefeitura Municipal de Vera Cruz delega ao governo do Estado a manutenção da estrada, já que a mesma é de competência e administração do governo do Estado. Esses problemas, como verificado, já duram anos e não há previsão de soluções concretas pelos mesmos.

Outra situação encontrada no Baiacu é a instalação do aterro sanitário municipal. O mesmo “recebe” boa parte dos lixos dos municípios localizados próximos à Ilha, inclusive de Itaparica. Isso também faz com que a comunidade seja tratada de forma preconceituosa no município, já que para os moradores “tudo de ruim a Prefeitura quer colocar para cá, ainda teve a Embasa que queria colocar o esgoto da Ilha para o Baiacu, pode isso? Não deu certo porque a gente não deixou” (Depoimento de um morador da comunidade do Baiacu em pesquisa de campo. Set. 2014).

Baiacu possui uma importância histórica para Ilha de Itaparica. Aqui, começou o processo de ocupação da Ilha pelos colonizadores portugueses, foi constituída e povoada pelos jesuítas, erguida a Igreja do Nosso Senhor de Vera Cruz, a primeira obra de engenharia hidráulica da colônia com água potável para os serviços agrícolas da fundação jesuítica, construção da casa de farinha e engenho de açúcar. Isso eleva o povoado à freguesia por D. Tero Leitão (segundo bispo da Bahia), em 1563. Nesse período, vai se desenvolver a cultura do trigo e criação de gado. E a pesca já era praticada pelos indígenas e foram incorporadas novas formas de práticas pelos colonizadores e negros.

Esses “episódios” históricos reafirmam a presença indígena que já se encontrava presente no Baiacu antes da colonização, os negros escravizados e os jesuítas. Esses “personagens” enraizaram lendas que duram até hoje, como por exemplo, a do tesouro escondido no fundo do mar pelos jesuítas por conta do seu enfraquecimento diante à coroa portuguesa; a todo “tanque” (modo como o dique é conhecido e denominado pelos moradores) um caixão repleto de ouro, cuja chave se encontra nas mandíbulas e sob a guarda constante de um jacaré; a da existência de patinhos d’água encantados, que apareciam à margem do tanque e, em seguida, desapareciam. Moreira (2009), sobre estas lendas, ainda destaca que,

Diante dessas histórias, muitos mergulhadores profissionais arriscaram sua própria vida em busca do ouro no tanque. Tentaram encontrar o caixão misterioso e esqueciam a lama movediça e os jacarés que ali existiam. Alguns acabaram sendo sugados. Daí a crença da população em dizer que o tanque é encantado, milagroso. Essa mítica popular em torno de fictícios tesouros é uma ideia fundada no fato de que a Ordem de Jesus teria escondido preciosidades, quando teve os bens confiscados por Portugal (MOREIRA, 2009, p. 28).

A inserção das religiões católicas e de matriz africana, culturas artesanais, medicinais, agrícolas e a própria pesca artesanal dará ao Baiacu características únicas, ricas em histórias, um povo hospitaleiro, prestativo que, apesar do cotidiano difícil, mantém as relações de companheirismo entre eles.

#### **2.4.2 Como vejo Baiacu? Entre práticas e oficinas**

Toda a adversidade encontrada no Baiacu torna seu cotidiano um misto de sensações. Dessa forma, neste primeiro momento foram ouvidas crianças, filhos e filhas dos(as) pescadores(as) do Baiacu, para compreender quais as perspectivas de futuro sobre a atividade pesqueira na comunidade. Como as crianças pensam, sentem e almejam sobre a pesca e mariscagem na comunidade?

Para isso, nesta busca, uma turma do 5º ano do ensino fundamental I na Escola Antônio Hemenegildo de Sena Pereira foi acompanhada durante dois meses (maio-junho), uma escola pública municipal que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I.

A escola reconhece que trabalha com filhos dos pescadores, e que a atividade pesqueira é percebida como elemento principal de formação da comunidade do Baiacu por fazer parte da história e possuir um papel significativo na economia local, mas que há fragilidades de um tratamento mais específico da mesma nos conteúdos pedagógicos, sendo relacionada apenas por meio de projetos didáticos.

Uma constatação reafirmada pela escola é a de que a população "vê" o espaço escolar como forma de ascensão social, já que a atividade pesqueira é considerada pela maioria dos moradores como opção reserva aos "menos instruídos", devido à desvalorização que circunda sobre a atividade.

Desta forma, foram feitas aulas-oficinas com 18 alunos com idades entre 10-12 anos. A intervenção/ação realizada para conhecer como os mesmos veem seu espaço de vivência, quais eram/são seus cotidianos e como percebem a pesca artesanal. Dezesete deles (a maioria) são filhos de pescadores, marisqueiras e vendedoras que trabalham diretamente com a pesca artesanal; e um dos alunos tem a mãe professora e o pai vendedor.

As crianças, durante as intervenções feitas, associam a pesca como algo negativo, chegando a considerá-la como uma "coisa" ruim, já que é "uma limitação para a gente" (H. 11 anos) "ficar carregando peso e abaixando catando ostra e marisco" (S. 11 anos), por isso o "porque eu não gosto" (N. 10 anos).

Os alunos, em sua maioria, reconhecem que, por estarem na atividade pesqueira e morar no Baiacu, não terão perspectivas para o "futuro" por não oferecer possibilidades de novos conhecimentos. Ser pescador ou marisqueira é uma profissão sem prestígio por não ser, segundo eles, rentável. Apesar disso, a produção pesqueira no Baiacu é significativa, sendo que, no primeiro semestre de 2014, foram capturados cerca de 36.741 kg, entre pescado e mariscagem, segundo dados da Colônia de Pescadores Z11. Possui um território pesqueiro amplo com espécies diversas de peixes e mariscos. Nesse ínterim, cabe (re)questionar: por que o não ser/se fazer pescador(a)?

A pesca é algo comum do cotidiano destas crianças (Figuras 8, 10, 11, 12). Eles brincam no mangue e no apicum, colocam rede no mar junto com seus pais, ratoeiras no mangue para pegar o guaiamum, catam tatuzinhos nas roças e fazendas ao redor do manguezal, mariscam com suas mães e destacam que “significa tudo porque já tá na cultura” e é uma atividade que contribui para “sustentar a família” (V. 11 anos); “porque além de pescar para vender, comemos os peixes de todos os tipos [...] a pesca traz muitos benefícios para o povo nativo e pessoas de outros lugares” (SS. 11 anos) e “é uma atividade de bem” (A. 11 anos).

As crianças também revelam o que “sentem” na paisagem do Baiacu, e a consideram bonita e natural, e torna-se “boa para morar porque tem peixe e marisco frescos e muito mais” (M. 12 anos) é também “bom, muito bom, ainda tem muitas belezas naturais” (J. 12 anos), e ainda por “conhecer muitas pessoas e atender minha família” (A. 12 anos).

As crianças reproduzem o universo adulto e acaba reafirmada a marginalidade, as condições de trabalho, o cansaço, a falta de investimentos, baixos lucros que circundam sobre a atividade pesqueira no Baiacu. Isto evidencia a negação de ser/se fazer pescador, pois não querem passar pelas mesmas dificuldades vividas por seus pais e, pelo fato de “não é bom porque não ganha dinheiro” (A. 11 anos). O discurso deles acaba reafirmando os desafios da permanência da pesca artesanal no Baiacu, o forte discurso sobre o fim da pesca. Isso reflete sobre suas identidades, ou seja, entre ser/se fazer pescador, encontra-se cada vez mais enfraquecida neste espaço e esse debate torna-se perigoso, pois este discurso não permeia as ideologias dos pescadores locais, mas, diante toda a gestão pesqueira no município, assim como os(as) pescadores(as) e marisqueiras da comunidade, as entidades representativas da pesca na Ilha e a própria Prefeitura Municipal e nota-se, *a priori*, que o “fim da pesca artesanal” configura-se como uma estratégia desses grupos, pois alimentam a proposta da indústria pesqueira no município, em consonância com projetos ligados à indústria em Vera Cruz (Ba).





**Figura 8** – Rua do porto na visão de um aluno  
 Fonte: Oficina de Geografia, 2014



Foto: Taíse Alves

**Figura 9** – Rua do Porto – Baiacu



**Figura 10** - “Eu vou pro mar pescar! Eu e Deus”  
 Fonte: Oficina de Geografia, 2014



Foto: Taíse Alves

**Figura 11** – O pescador realizando seu trabalho no Baiacu

A principal atividade econômica da comunidade é a pesca artesanal. Todas as relações socioeconômicas estão em torno da pesca artesanal no Baiacu e isso justifica a volta de muitos pescadores para a atividade na comunidade, ao saírem para outros empregos. Mesmo afirmando, categoricamente, o cansaço, o trabalho pesado, os(as) pescadores(as) e marisqueiras do Baiacu preferem manter-se na atividade porque sempre tem a possibilidade de recurso financeiro,



Primeiro eu fui pra Salvador, e como vim pra aqui sempre gostei de pescar ai fui pescar por gostar e hoje eu vou por necessidade também, porque se arranchasse outro trabalho hoje, eu parava. Já pesquei muito e cansa, mas até me aposentar continuo pescando (Pescador da comunidade do Baiacu, em pesquisa de campo, julho de 2014).

Nesse debate, cabe refletir o que seria identidade cultural. Para Hall (2000), os aspectos de nossa identidade surgem do pertencimento às culturas éticas, raciais, linguística, religiosas e nacionais. Essas especificidades, segundo o autor, tornam o conceito de identidade complexo, pois está relacionado a outros fenômenos sociais que torna este debate ainda mais difícil. Se refletido de forma mais ampla, percebe-se que estas mudanças estão na comunidade do Baiacu. Uma transformação talvez tardia das relações sociais que se instalam ali e sobre as novas transformações sociais pela modernidade encontram-se neste espaço, já que o dia a dia do Baiacu “é uma maresia” (H, 11 anos) para algumas crianças.

Woodward (2000) afirma que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta pela afirmação das diferentes identidades tem causas e consequências materiais que geram conflitos entre os sujeitos e grupos sociais. Desde modo, entram em cena as identidades e diferenças que cada vez mais vão ganhando novas dimensões pelas concepções materiais que cruzam a todo tempo no passado e presente. Neste “jogo”, há o chamado conflito entre social e simbólico entre os sujeitos, ou seja,

O social e simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais definido, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferença social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais (WOODWARD, 2000, p. 14).

Cabe questionar se há uma “crise de identidade” nestas crianças e nos(as) próprios(as) pescadores(as) do Baiacu. As crises de identidade são questões cada vez mais debatidas entre sociólogos, antropólogos, geógrafos e outros profissionais ligados às ciências sociais, que relacionam estas chamadas “crises” derivadas do processo global, à massificação e, sobretudo, à homogeneização das culturas provocadas pelo modo de produção capitalista. Hábitos, modos de relações, cada vez mais são “atropelados” pelas culturas dominantes enraizando valores e denominando o chamado certo e errado. Entretanto, no Baiacu, apesar de novos hábitos permearem o cotidiano destas crianças e o acesso à tecnologia, lugares, músicas, mesmo assim, esses sujeitos preservam suas relações com o lugar.

Eles usam o espaço no seu lazer, no cotidiano da pescaria, na mariscagem e apresentam uma intimidade com a natureza. Apesar de negarem a pesca artesanal por considerar uma

profissão sem prestígio, as crianças vivem e lidam com a pesca no dia a dia do Baiacu e destacam isso, através dos desenhos. Durante as oficinas, foi solicitado que desenhassem o que mais gostavam na paisagem do Baiacu.



**Figura 12** – Paisagem do Baiacu na visão de um aluno  
Fonte: Oficina de Geografia, 2014

Na a figura 12, o aluno diz que na “roça de Seu Noel tem tudo: manga, coqueiro, vamos pegar peixe, armar ratoeira de guaiamum, pegar goiaba e maçã pra comer” (F. 12).

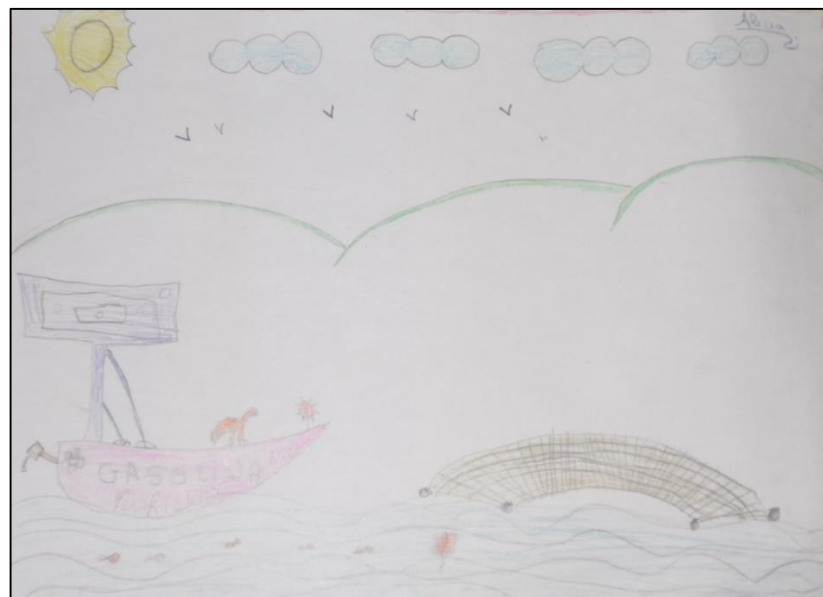
Na figura 13, o desenho do aluno destaca que “Acho bonito a pescaria, jogar a rede no mar [...], por isso que eu fiz” A. 11 anos. Nesses aspectos, os desenhos sobre o mar, a pesca, a maré, elementos usados na pescaria (as artes de pesca), como barco (motorizado), canoa, rede, a colher para mariscar, aparecem como destaque nos demais desenhos e evidenciam como estes sujeitos veem a pesca como componente da paisagem do Baiacu que também é um elemento que está na natureza. Outro aspecto que merece atenção é como a pesca, mesmo sendo um viés de negação deste grupo de alunos, em específico, tem um significado e está fortemente atrelada à sua raiz cultural na comunidade, como destaca-se na Figura 14 (A, B, C e D).

Entretanto, as crianças sentem as transformações que ocorrem no tempo sobre o espaço do Baiacu, a violência que se instala no local de forma expressiva que vem aumentando nos últimos anos segundo os moradores.

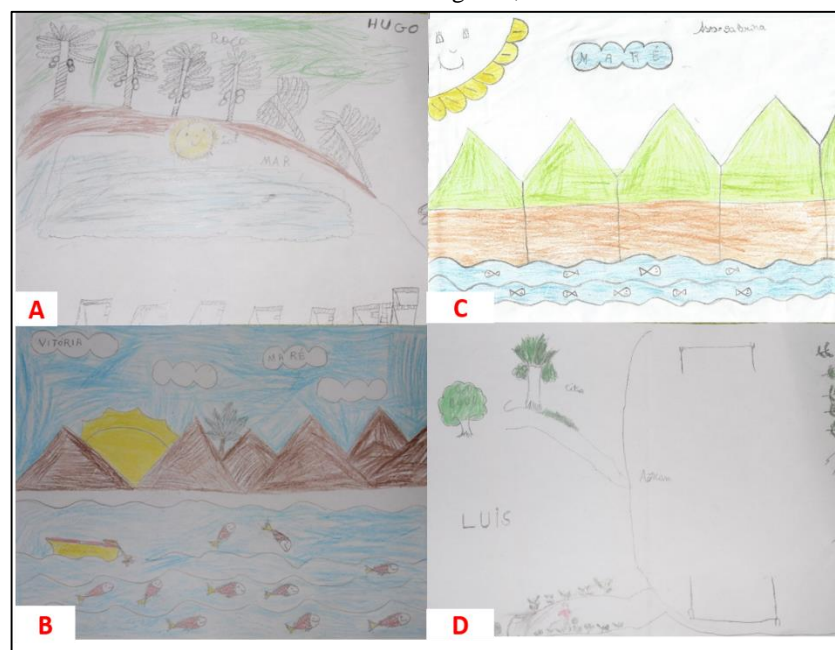
Segundo os mesmos, o crescimento populacional do Baiacu, por meio de deslocamento de moradores de bairros periféricos de Salvador é um dos fatores para o aumento da violência

do local. Além do aumento do consumo de entorpecentes, comercialização, há disputas entre grupos rivais. As crianças destacam que se sentem tristes por isso, e, comentam, a todo instante, sobre esses acontecimentos na comunidade, e destacam que “eu me sinto muito triste porque Baiacu poderia ser um lugar melhor para viver” já que “a vida do povo de Baiacu é mariscar e pescar” (S. 11 anos).

Nesse aspecto, após as oficinas feitas com esse grupo de alunos, cabem as reflexões e questionamentos: quais as origens do discurso do fim da pesca artesanal na Ilha? Por que as identidades dos filhos dos pescadores são pela negação da atividade pesqueira? Quais os motivos que os levam a descaracterizar tanto a pesca artesanal, tanto o local o qual vivem?



**Figura 13** – Paisagem do Baiacu retratada pela aluna  
Fonte: Oficina de Geografia, 2014



**Figura 14** – Baiacu na perspectiva dos alunos  
Fonte: Oficina de Geografia, 2014

### **3 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO DOS PESCADORES (AS) ARTESANAIS NO BAIACU - VERA CRUZ (BA)**

Buscar compreender a organização político-institucional dos(as) pescadores(as) artesanais torna-se uma necessidade no corpo deste estudo. Já que tais organizações permitem compreender como os mesmos articulam, territorializam-se e buscam estratégias para a manutenção da atividade pesqueira.

Por isso, articular diferentes escalas de abordagem foi necessário para a análise da organização do espaço pesqueiro em Vera Cruz e, sobretudo, na comunidade do Baiacu. Cabe destacar que a escolha configura-se como um desafio, pois a teia de relações presente nesse espaço necessita expor o debate destas organizações em suas territorialidades que incorpora: terra, água, gestão pública-privada, o Estado, organização social, engajamento político dos(as) pescadores(as) e também o não engajamento. Essas teias de relações caracterizam a sobrevivência deste grupo social no Baiacu e por isso merece nossas considerações como uma das estratégias da sobrevivência da atividade pesqueira neste espaço.

#### **3.1 A PESCA ARTESANAL X ESTADO: BREVES NOTAS HISTÓRICAS**

A gestão da atividade pesqueira pelo Estado brasileiro demonstra um interesse geoestratégico, “estando ao sabor dos seus projetos geopolíticos” (KUHN, 2009, p. 65) no ordenamento da atividade no país. Nota-se que as intervenções deram-se a partir do final do século XIX. Articular a pesca nestes moldes foi uma medida para o controle e ordenamento do pescado produzido, além do domínio do mar pela Marinha. Resende (2014) destaca que o objetivo da Marinha era tornar o pescador um instrumento para ação do Estado sobre o território, mas que transcende a questão da produção, sobretudo em áreas onde não havia poder estatal visível, áreas que ele classifica como opacas em face aos polos luminosos das regiões exportadoras.

Percebe-se que, além do controle, conhecimento, domínio dos territórios pesqueiros, o Estado visava sua potencialidade econômica para exploração da produção. Resende (2014) evidencia que essas ações não foram por acaso, e sim uma demanda geoestratégica, já que,

[...] a atividade pesqueira além de se tornar parte estratégica do Estado de dominar o território conhecendo-o, garantiu a segurança das áreas costeiras sob o controle da Marinha e ainda possibilitou ao governo republicano controlar os

meios de produção no setor. Assim, cria-se uma das importantes condições estruturante burocráticas da materialidade Estado-Nação [...] certos aspectos o controle estatal sobre a pesca preocupa-se em atuar e agir em corpo social fracionando o território (RESENDE, 2014. p. 49).

No ano de 1846, foi promulgada a Lei 447 que teve como objetivo instituir a distribuição dos pescados em “Distritos de Pesca” delegando a Marinha do Brasil a responsabilidade do controle administrativo da atividade. Essa Lei inaugura a primeira intervenção estatal sobre a pesca artesanal que irá influenciar na criação das Colônias de Pescadores. Tal ação, possibilita a fração do território da pesca, além da origem dos conflitos entre pescadores(as) artesanais e as Colônias.

Segundo Kuhn (2009), as Colônias começaram a ser criadas a partir de 1919 e foram motivadas por dois grandes fatores: *I*) o país iniciou no século XX a importação de peixe, a despeito do seu vasto litoral e, *II*) depois da I Guerra Mundial, tornou-se necessário para o Estado brasileiro a garantia da “segurança nacional”, de sua área de litoral que esteve relacionada à defesa da nação. Essas estratégias também perpassaram pelo conhecimento do mar, o qual possui os(as) pescadores(as) artesanais. Dessa forma, as Colônias passaram a fiscalizar a pesca, vigilância da costa e a mobilização da pesca em escala local.

A criação das Colônias também instituiu as formações das chamadas Federações Estaduais, como é o caso da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia e a Confederação Nacional dos Pescadores, cujos Estatutos foram aprovados pela Marinha, em 1923.

As Colônias de Pescadores configuraram-se, no período, como um grande projeto da Marinha, até mesmo concentradas, em sua maioria, em um só município, reunidas em Federações de Pescadores dentro de cada Estado brasileiro, totalizando, na época, cerca de 15 a 25 Colônias por Estado. As Colônias construídas nos agrupamentos de pescadores no litoral, ilhas, rios e lagoas seriam pontos de apoio para ação social, administrativa, militar, além de serem “corpos” representativos do governo (RESENDE, 2014).

Entretanto, suas criações trouxeram divergências entre os(as) pescadores(as) pois, em muitos casos, as mesmas constituem o “braço do Estado” e acabaram por não representar seus interesses e, nesse sentido,

[...] intervenção do Estado na pesca, nomeando para presidir as colônias, pessoas alheias a atividade pesqueira remonta às origens desta forma organizativa. Diante dessa situação, que aparece de forma recorrente na literatura sobre o tema e, principalmente, nos depoimentos dos pescadores, torna-se evidente o porquê de ainda hoje as Colônias, de modo geral, apresentarem problemas de legitimidade na representação profissional dos pescadores e funcionarem como “braços do Estado” na atividade. Esse fato, conforme exposto, tem sua explicação historicamente marcada na própria

concepção das Colônias. Constitui-se como um dos grandes desafios da pesca, especialmente a artesanal, romper com essa característica negativa do passado e dar às Colônias de Pesca um verdadeiro caráter representativo, no sentido de fortalecê-las como instrumento de luta e reivindicação dos pescadores (KUNH, 2009, p. 66).

Em 1933, as atividades ligadas à gestão da pesca passam a ser norteadas pelo Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca. Neste período, também

Foi elaborado o primeiro Código de Pesca, aprovado em 1934. Em 1942, com o surgimento dos sindicatos de trabalhadores e a conseqüente mudança da relação entre pescadores e Estado, agravado pela conjuntura mundial dominada pela II Guerra Mundial, as atividades da pesca voltaram a ser subordinadas à Marinha de Guerra. Nota-se, assim, que a pesca sempre se apresentou como uma atividade de interesse geoestratégico para o Estado brasileiro (KUNH, 2009, p. 66).

O Código de Pesca merece considerações por originar algumas ações relacionadas à gestão pesqueira no país, por exemplo, determinar a administração, direção, fiscalização técnica, filiação e organização dos pescadores ao Ministério da Agricultura por considerá-lo como órgão competente ao Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal. Também determina o exercício da atividade, quanto às águas e atribui o caráter de seus exercícios nas áreas litorânea, costeira e de alto mar.

Outro ponto do Código, é sua a obrigatoriedade da filiação dos(as) pescadores(as) nas Colônias, e por considerar o(a) pescador(a) como um sujeito profissional, “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da Colônia em cuja zona reside” (BRASIL, 1934, p.05). Dessa forma, fica evidente que às ações do Estado sobre a produção pesqueira no país que foram determinadas para o controle e ordenamento da atividade e principalmente do(a) pescador(a), e seu controle articulado, atrelado ao domínio do território, ficando clara a subordinação a qual o Estado coloca esse sujeito. O Quadro 1 destaca a construção histórica da gestão pesqueira, a partir do ano de 1600 até os dias atuais:

O Quadro 1 evidencia a invisibilidade dos(as) pescadores(as) artesanais, deixando-os(as) subordinados(as) às Colônias de Pescadores por elas serem atribuídas as ações de políticas de Estado. Essas mesmas políticas perpassam pelo controle da atividade pesqueira, como destacado anteriormente, favorecendo a indústria da pesca. Outro ponto em destaque é o recorte temporal das ações sobre a atividade, delegando órgãos que não conheciam verdadeiramente a realidade da pesca/pescadores(as), definindo Leis e Decretos que descaracterizaram ainda mais a atividade e o quanto foram demoradas essas mediações.

**Quadro 1** – Organização político-institucional pesqueira no Brasil a partir de 1600

<b>Ano</b>	<b>Organização/ ação</b>
1602	Início da pesca da Baleia no estado da Bahia
1817	Povoamento do território brasileiro através da Enseada das Garoupas (SC)
1818	Criação da Colônia de Pesca Nova Ericeia (SC)
1846	Criação das Capitânicas dos Portos
1881	Criação do Decreto 8.338
1919	Missão de Criação das Colônias de Pescadores – Marinha
1920	Criação da Confederação dos Pescadores do Brasil
1923	1º Estatuto das Colônias de Pescadores
1923	Criação da Secretaria da Pesca e Saneamento do Litoral
1933	Divisão da Caça e Pesca
1934	Código de Caça e Pesca
1938	Decreto-Lei nº 794: Código de Pesca
1943	Decreto-Lei nº 530: Colônias transformadas em cooperativas
1945	Criação Caixa de Crédito da Pesca
1950	Criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Ministério da Agricultura
1961	Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CODEPE
1962	Superintendência do Desenvolvimento na Pesca – SUDEPE
1967	Estabelecimentos de Incentivos Fiscais
1968	Criação Conselho da Pastoral dos(as) Pescadores(as)
1973	Portaria 471 – Definição das Colônias como organização de classe pelo Ministério da Agricultura
1985	Movimento Constituinte da Pesca
1988	Equiparam as Colônias de Pescadores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais
1988	Criação do Movimento Nacional dos(as) Pescadores(as) (MONAPE)
1989	Criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
1989	Extinção da SUDEPE
1998	Retorno das atividades ligada à gestão pesqueira para o Ministério da Agricultura
1998	Criação Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA)
2003	Criação Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR)
2004	Criação do Conselho Nacional de Agricultura e Pesca (CONAPE)
2008	Lei nº 11.699 - Colônias, Federações Estaduais e Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidos como órgãos de classe
2009	Transformação da SEAP/PR no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
2010	Criação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Fonte: CNISO, 1998; SEAP, 2008; CPP, 2010.

Nota-se que é entre os períodos de 1960-1990, que a gestão pesqueira ganha dimensões mais amplas com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Teve como meta distribuir promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca. No período da Ditadura Militar, a instituição da “Lei

de Pesca” pelo Decreto 221, de 28 de fevereiro de 1967, caracterizou a regularização da atividade no país até agosto de 2009, e também, “vem atender aos interesses financeiros da pesca industrial e da aquicultura, atividade esta que somente de forma pontual era citada no Decreto 221, de 1967” (KUNH, 2009, p. 67). Entretanto, por provocar crises aos recursos pesqueiros, somadas às denúncias de malversação de fundos públicos e de corrupção, levaram à extinção da SUPEDE, em 1989 (AZEVEDO e PIERRI, 2013).

Segundo o MPA (2012), ao analisar a série histórica no período entre 1950-2010 da produção pesqueira no Brasil, observa-se seu crescimento enquanto a captura do pescado no período de 1950-1985. O mesmo evidencia que, neste período, foram registradas 956.684 t, ou seja, a maior produção até então registrada. Cabe destacar que, neste período, foram implantados: o programa de industrialização da pesca no Governo Juscelino Kubitschek, na década de 1950, a criação da própria SUDEPE, em 1962, e a promulgação do novo Código de Pesca, através do Decreto-Lei 221, de 28/02/1967. Tais episódios, como evidenciados anteriormente, impulsionaram o crescimento da atividade.

Após a década de 1985, segundo o MPA, a produção pesqueira entra em declínio por conta da sobrepesca e se estabiliza na década de 1990 e volta a crescer no ano 2000,

A partir do ano 2000, a produção voltou a crescer, passando de 666.846 t para 825.164 t em 2009. Esta recuperação deveu-se principalmente pela recuperação, ainda que tímida, de alguns estoques, tais como o da sardinha-verdadeira. Além disso, vale destacar que em 2003, com a criação da SEAP, hoje MPA, em conjunto com o Ministério do Meio ambiente (MMA) em um processo de gestão compartilhada, houve a promoção de políticas públicas que além de ter reforçado o setor pesqueiro nacional, alavancaram a produção pesqueira no país. Ainda que tenha sido observado um declínio da captura entre 2009 e 2010, quando foi registrada uma produção de 785.366 t, o período entre 2000 e 2010 caracterizou-se por um período de recuperação da produção pesqueira nacional em relação à década precedente. (MPA, 2012, p. 16).

Nesse sentido, para entender a atual política pesqueira no Brasil no chamado crescimento produtivo da pesca é importante se ater aos períodos entre 1960-2003 (análises anteriores), pois, segundo Azevedo e Pierri (2013), neste momento é que são definidos os perfis de atuação da política pesqueira durante os governos seguintes, ou seja,

Antes do governo “Lula”, a política pesqueira no Brasil teve três momentos institucionais com perfis de atuação distintos, que são importantes de ser lembrados para compreender melhor a política atual. Assim, o primeiro período, entre 1964 e 1989, esteve caracterizado por um desenvolvimentismo modernizante e ambientalmente irresponsável. No segundo período, entre



1989 e 1998, o governo reage ao anterior e define uma política fundamentalmente conservacionista. E o terceiro período, entre 1998 e 2003, esteve caracterizado por uma disputa institucional onde a tentativa de retomar o desenvolvimento setorial resultou travada pelas disposições ambientais (AZEVEDO e PIERRI, 2013:02).

Percebe-se que os caracteres destas intervenções estão meramente no plano econômico e focado no desenvolvimentismo (especificamente, no período da ditadura militar), que favoreceu principalmente a pesca industrial/aquicultura, colocando a pesca artesanal em segundo plano. O dado do MPA legitima essas afirmações, pois, em seu processo de criação, exemplifica a atividade apenas em sua perspectiva econômica, o que acabou justificando suas medidas de atuação no setor.

Com isso, nota-se a permanência na postura do Estado pelo controle da atividade, sobretudo, desta vez numa perspectiva econômica ainda mais incisiva. Nesse debate, vale ressaltar o pensamento de Harvey (2005) sobre o papel do Estado. O mesmo se origina da contradição entre interesses particulares que tem como meta garantir interesses comuns na dominação dos indivíduos e grupos. O autor evidencia que,

O trabalhador, mediante ao trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação [...] esses diversos instrumentos de dominação – em particular, a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados, pela luta política em instrumentos para dominação de classe (HARVEY, 2005, p. 75).

Mascaro (1976) afirma que o Estado é um fenômeno capitalista. Sua organização está atrelada ao meio de produção, baseado em valores de uso e troca que determina as relações no interior da sociedade. Essas especificidades garantem que o mesmo se enquadre mais no campo econômico que o político, por estabelecer formas sociais, sendo que toda ação estatal justifica-se pela política econômica. Nesse sentido, não há neutralidade em suas relações e intenções institucionais, já que o mesmo funciona associado ao próprio sistema capitalista.

Sobre o Estado capitalista, os escritos de Harvey revelam que o mesmo atua na medida do controle para a garantia da estabilidade das massas sociais. O Estado capitalista funciona como veículo de interesses de classe capitalista e se expressa no campo da produção, da circulação e da troca e tem papel fundante nas regularizações quanto pela competição à exploração do trabalho, a exemplo das legislações trabalhistas. Nesse sentido, as ações estatais, são com base em um sistema no interesse próprio e na competição os quais não expressam interesse de classe coletiva (HARVEY, 2005).

Assim, as criações dos órgãos relacionados à gestão da atividade pesqueira no Brasil permearam como instrumento de dominação política de pescadores(as) e, dividi-los em

categorias foi uma das medidas de contradições sobre a atividade pesqueira, pois as relações comerciais, políticas, institucionais limitaram o acesso aos direitos dos(as) pescadores(as), ainda as categorizações da atividade pesqueira (pesca artesanal, pesca industrial) favoreceram, consideravelmente, a pesca industrial e aquicultura.

As gestões da atividade no Brasil com os próprios órgãos criados e citados, determinam o perfil de atuação por uma perspectiva econômica. O(A) pescador(a) artesanal aparece como uma figura atrasada e preso ao seu local de origem. Não evidencia suas relações que estão inseridas no cotidiano destes sujeitos, principalmente pela sua afinidade com a natureza. A produção pesqueira detém uma expressividade, já que cerca de 90% (MPA, 2012) dessa produção é realizada pela pesca artesanal, a qual “garante a segurança alimentar e nutricional de milhares de comunidades pesqueiras no Brasil” (MPP, 2012, p. 06).

As políticas exercidas pelo MPA configuram um envolvimento em rede que articula seu perfil de atuação através das Colônias de Pescadores, Associações, Cooperativas e Sindicatos atuando em diferentes escalas.

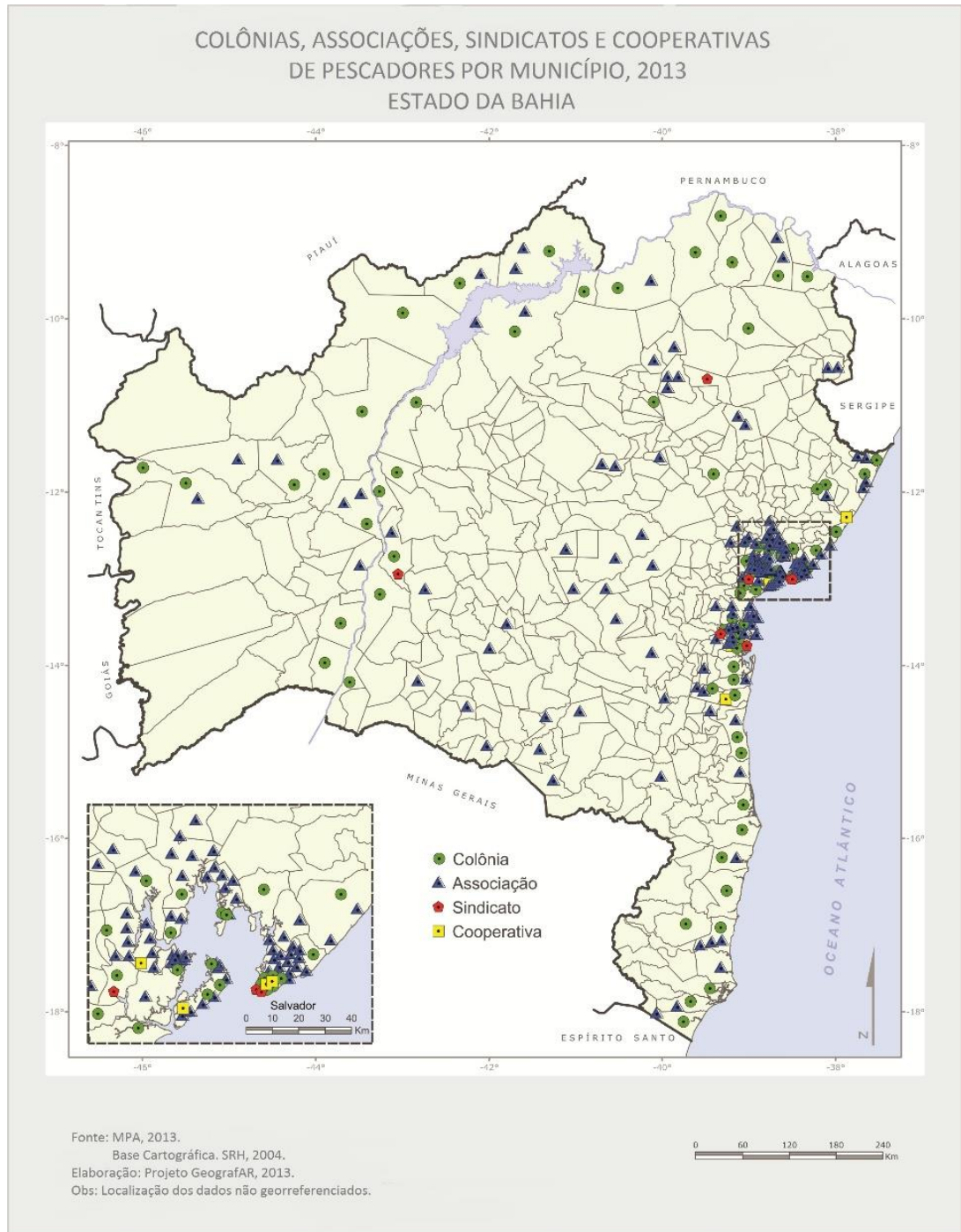
Na figura 15, o mapa destaca a abrangência das organizações políticas institucionais ligadas a gestão pesqueira no estado Bahia. Notamos um maior alcance da atuação das Associações de Pescadores, as mesmas apresentam maior quantitativo e atuam em praticamente todo o estado. Já as Colônias de Pescadores, mesmo sendo entidades mais antigas, aparecem em segundo lugar. Estão localizadas no litoral, no Velho Chico, Sertão do São Francisco e Oeste Baiano. Já as Cooperativas e Sindicatos não são organização expressivas, juntas somam apenas nove entidades no estado no ano de 2013.

A análise do quadro 2 permite destacar o perfil de atuação do órgão, permanecendo pelo controle e domínio diante dos(as) pescadores(as) artesanais e a permeância da autonomia dada às Colônias de Pescadores. As políticas aplicadas pelo órgão colocam os(as) pescadores(as) artesanais numa situação de subordinação, já que para ter acesso aos créditos, financiamentos, recursos exige-se sua filiação às Colônias de Pescadores, Associação ou Sindicato, pois são por meio destas entidades que há a intermediação entre o órgão e as políticas. Outro ponto é a obrigatoriedade do RGP. O registro, além de filiar, o legitima enquanto profissionais da pesca.

Pode-se questionar que tal medida é necessária para destinar suas políticas aos reais pescadores, além de saber seu quantitativo no país, mas, por outro lado, nota-se uma forma de dominação destes sujeitos (mantendo uma condição histórica apontada anteriormente) pelo controle do Estado perante este grupo social.

Outro ponto em evidência é a substituição do “PRONAF Pesca” na vertente do “PRONAF Mais Alimentos”. Na visão de Nascimento e Rainha (2010), a medida foi uma

estratégia do Estado, fazendo com que o acesso e o entendimento dessa política pública se tornasse uma tarefa ainda mais complexa de se realizar por parte daqueles que buscam ser contemplados pela mesma.



**Figura 15 – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas de Pescadores – Bahia – 2013**

Suas principais políticas públicas baseiam-se nos programas apresentados no Quadro 2:

**Quadro 2** – Políticas Públicas por meio de programas – MPA

PROGRAMA	OBJETIVO	PÚBLICO	FUNCIONAMENTO
<p><b>PRONAF-PESCA</b></p> <p>Obs: A modalidade foi substituída pelo PRONAF Mais Alimentos no ano de 2008.</p>	<p>Financiamento: redes e petrechos; embarcações; motores para embarcações; infraestrutura de armazenamento (freezers, câmaras de gelo, e dentre outros); veículos e/ou infraestrutura para logística (caminhão, reboque e entre outros) e comercialização.</p>	<p>Pescadores(as) artesanais</p>	<p>Para ter acesso ao programa o trabalhador rural precisa se enquadrar na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).</p>
<p><b>PLANO SAFRA DA PESCA</b></p>	<p>O Plano é um instrumento que organiza as políticas econômicas e sociais do Governo Federal voltadas à cadeia produtiva da pesca e aquicultura, com o objetivo de ampliar a efetividade das ações governamentais e o desenvolvimento sustentável por meio de medidas de estímulo à competitividade e ao empreendedorismo.</p>	<p>Pescador(a) Artesanal e Aquicultores Familiares</p>	<p>Limite de credito para financiamentos por meio do PRONAF Mais Alimentos; Microcrédito Produtivo Rural; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; Limite de Crédito de investimento para Agroindústrias para associações e cooperativas; Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP: item obrigatório para obtenção do crédito; Permissão Prévia de Pesca – PPP: item obrigatório para financiamento de embarcações de pesca extrativa; Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF: oferece condições para que os pescadores artesanais e aquicultores familiares sem-terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento (operado pelos Bancos públicos).</p>

<p style="text-align: center;">PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA ARTESANAL (REVITALIZA)</p>	<p>O REVITALIZA possui a finalidade de promover a qualificação e a modernização da frota pesqueira artesanal, tendo o PRONAF MAIS ALIMENTOS como fonte de financiamento aos pescadores profissionais artesanais.</p>	<p>Pescadores(as) artesanais</p>	<p>Estar com a embarcação devidamente inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP; Reforma modernização, substituição ou finalização das embarcações de pesca não poderá resultar em aumento do esforço de pesca das frotas controladas, conforme as normas de ordenamento específicas; Obtenção de anuência do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, atendidos aos requisitos estabelecidos no Manual de Orientações do REVITALIZA, a ser aprovado por meio de ato normativo próprio e disponibilizado no endereço eletrônico <a href="http://www.mpa.gov.br">www.mpa.gov.br</a>.</p>
<p style="text-align: center;">PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL</p>	<p>O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – grupo I, concede subsídios com recursos do orçamento geral da união ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizado por entidade organizadora, para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural.</p>	<p>Trabalhadores rurais, agricultores familiares, pescadores(as) artesanais, ribeirinhos, extrativistas</p>	<p>Ser indicado pela Entidade Organizadora (Prefeitura, Colônia de Pescadores, Associações, Sindicatos e Cooperativas). Apresentar regularidade do CPF na Receita Federal; Ter capacidade civil – maioridade ou menor emancipado com 16 anos completos; Ser brasileiro nato ou naturalizado; Se estrangeiro, ser detentor de visto permanente no País; Apresentar DAP emitida nos últimos 3 anos até a data da apresentação da proposta/projeto de intervenção pela. No caso do pescador (a) artesanal possuir RGP.</p>

PROGRAMA PESCANDO LETRAS, TELECENTROS MARÉS, CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS EM PESCA E AQUICULTURA	Atender à necessidade de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sócio- político dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.	Pescadores(as) artesanais e aquicultores Pescadores(as)	Atuar em todo o território nacional, disponibilizando aos parceiros locais um projeto pedagógico com metodologia específica para essa categoria, respeitando sua cultura, experiência e realidade; Favorecer a implantação da alfabetização com época de funcionamento e duração das aulas intensificadas, no caso dos pescadores profissionais, nos períodos de defeso em cada região; Apoiar a formação dos educadores em âmbito municipal, estadual e regional, através de técnicos especializados; Acompanhar o desenvolvimento do Programa procurando com isso garantir sua efetiva realização em consonância com a orientação da proposta pedagógica.
REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP	Conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e da aquicultura.	Pescador Profissional Aquicultor Pescador Amador (autorização de pesca) Embarcações e Armadores; Empresa que Comercializa Organismos Aquáticos Vivos.	Para exercer qualquer atividade Pesqueira, o interessado deve estar inscrito e regularizado no MPA por meio do RGP, conforme sua categoria.
SEGURO DEFESO	O defeso é a paralisação das atividades de pesca que se constitui numa política estratégica, de caráter ambiental, que visa proteger as espécies durante o período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores. Assim, todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a época de reprodução das espécies alvo de suas pescarias.	Pescadores(as) artesanais	A meta do Ministério da Pesca e Aquicultura é universalizar o acesso aos pescadores que capturam espécies controladas e que são atingidos por essas medidas de restrição à atividade pesqueira. Para receber o benefício é preciso cumprir com as exigências contidas na Instrução Normativa MPA nº 06, de 29 de junho de 2012, e com os documentos e procedimentos definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, órgão responsável pelo pagamento do benefício.

Cria-se mais uma complexidade e distanciamento dos(as) pescadores(as), pois é retratada quando se leva em consideração que o Programa somente pode ser acessado (pelos(as) pescadores(as) artesanais), que passarem pelo crivo de dois Ministérios Federais: o MPA, no qual os pescadores precisam estar em dia com suas obrigações junto ao Ministério para poderem ter acesso ao RGP; e o MDA, onde são analisadas as demandas e as propostas dos possíveis beneficiários do PRONAF.

Ainda sobre a ótica dos autores,

[...] o simples fato do nome “Pesca” ter sido retirado do corpo do programa e, conseqüentemente, terem o colocado em outro, deciframos aí uma **intencionalidade de ocultar e/ou invisibilizar a atividade pesqueira artesanal e seus trabalhadores**, pois temos que convir que aquilo o que não é visto, dificilmente pode ser lembrado. Em meio a um novo tempo de um grande desenvolvimento econômico, o Estado brasileiro entre em cena preparando seu território para abrigar, cada vez mais, atividades de maior potencial gerador de riqueza, ligadas principalmente a atividade petroleira, a indústria naval e ao escoamento da produção (em suma, para o mundo) pela via marítima (NASCIMENTO e RAINHA, 2010, p. 13-14. Grifo nosso).

Nota-se que a expansão dos financiamentos e créditos é uma ação prioritária do governo e se consolidou com o lançamento do 1º Plano Safra das Águas, em 2010. Criaram-se novas linhas de crédito e ampliaram-se os limites para a pesca industrial e para a aquicultura que também inclui os(as) pescadores(as) artesanais, mas que tem muitos limites e problemas em sua execução (AZEVEDO e PIERRI, 2013).

Outro ponto de destaque, mediante as ações do MPA, são as categorizações de pescadores(as) artesanais enquanto profissionais (Figura 16). A divisão em categorias, conduz os(as) pescadores(as) à posse da carteira de pesca, o RGP, já que para ter acesso aos benefícios sociais, políticas públicas, financiamentos de barcos e até mesmo o direito de exercer a atividade pesqueira, tirando-lhe muitas vezes a autonomia do ser pescador(a), é o uso da carteira que o legitima enquanto profissional da pesca. Devido a muitos problemas, atualmente, estão suspensas a emissão do RGP até o final de 2014.

A classificação do setor pesqueiro em categorias trouxe ainda outras divergências na atividade. Observamos que tal ação “não abrange toda a diversidade de pescadores existente na realidade do país, o que acaba prejudicando algumas categorias que são “esquecidas” e/ou incorporadas a outras que não condizem com sua prática e necessidades” (RIOS, p. 33, 2012), além de permitir uma condição histórica, própria da gestão da atividade pesqueira no Brasil que é seu grau de invisibilidade.



**Figura 16** – Classificação dos agentes do setor pesqueiro - MPA  
Fonte: MPA, 2013

Essas especificidades darão, à atividade pesqueira, distintas formas de contradições que culminam no histórico dos conflitos entre pescadores(as) x organizações/ pescadores(as) x representações/ pescadores(as) x Estado, evidenciando o grau complexo em que se encontra este grupo social.

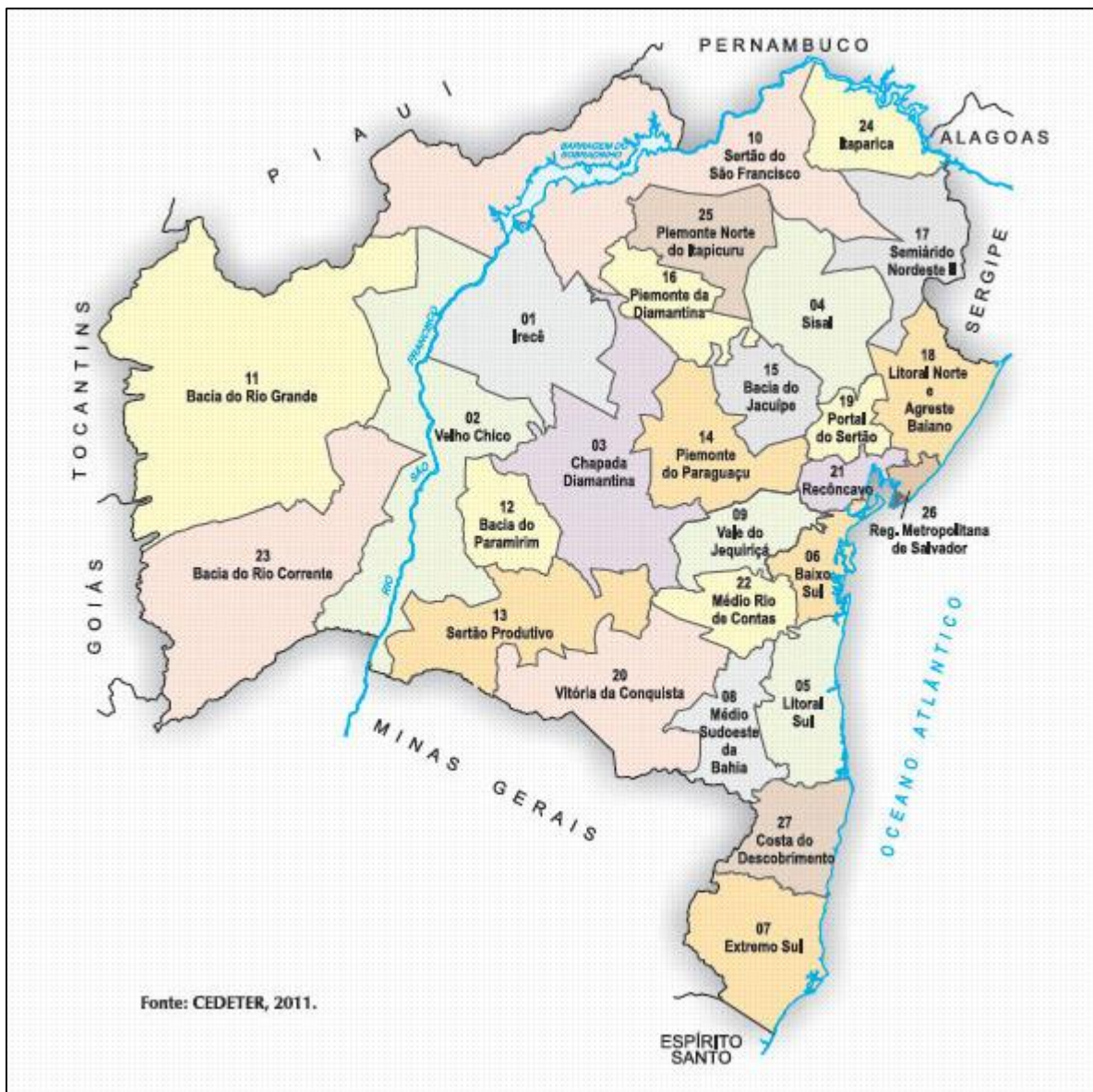
Durante o governo “Lula” nota-se que o Estado teve uma atenção voltada para diferentes grupos sociais, entre eles, as comunidades tradicionais pesqueiras e a própria pesca artesanal diferentemente de outros governos. Criou-se o MPA, com o objetivo de atender a demanda de pescadores(as). Entretanto, mesmo reconhecendo os avanços destas intervenções na gestão da atividade pesqueira no país, ainda são limitadas para atender as reais necessidades dos(as) pescadores(as) artesanais, com políticas específicas para esse grupo social, uma estatística que evidencia a diversidade dos(as) pescadores(as) no país. No estado da Bahia são encontrados 39.367 pescadores(as) artesanais (MPA, 2014) a qual expressam diferente diversidade, pois estão espalhados em diferentes regiões do estado, sendo a maioria encontrada no Litoral sul, e também no Oeste Baiano, Velho Chico e Sertão do São Francisco, segundo os territórios de identidade no estado, como evidenciam as figura 17 e 18.

A atividade pesqueira, mais especificamente, a pesca artesanal, é desenvolvida como forma de garantir a sobrevivência e reprodução social de inúmeras comunidades pesqueiras espalhadas pelo litoral. Sendo que a principal característica dessas comunidades é a forma com que usam e se apropriam da natureza para sua reprodução social. Por isso, é importante destacar

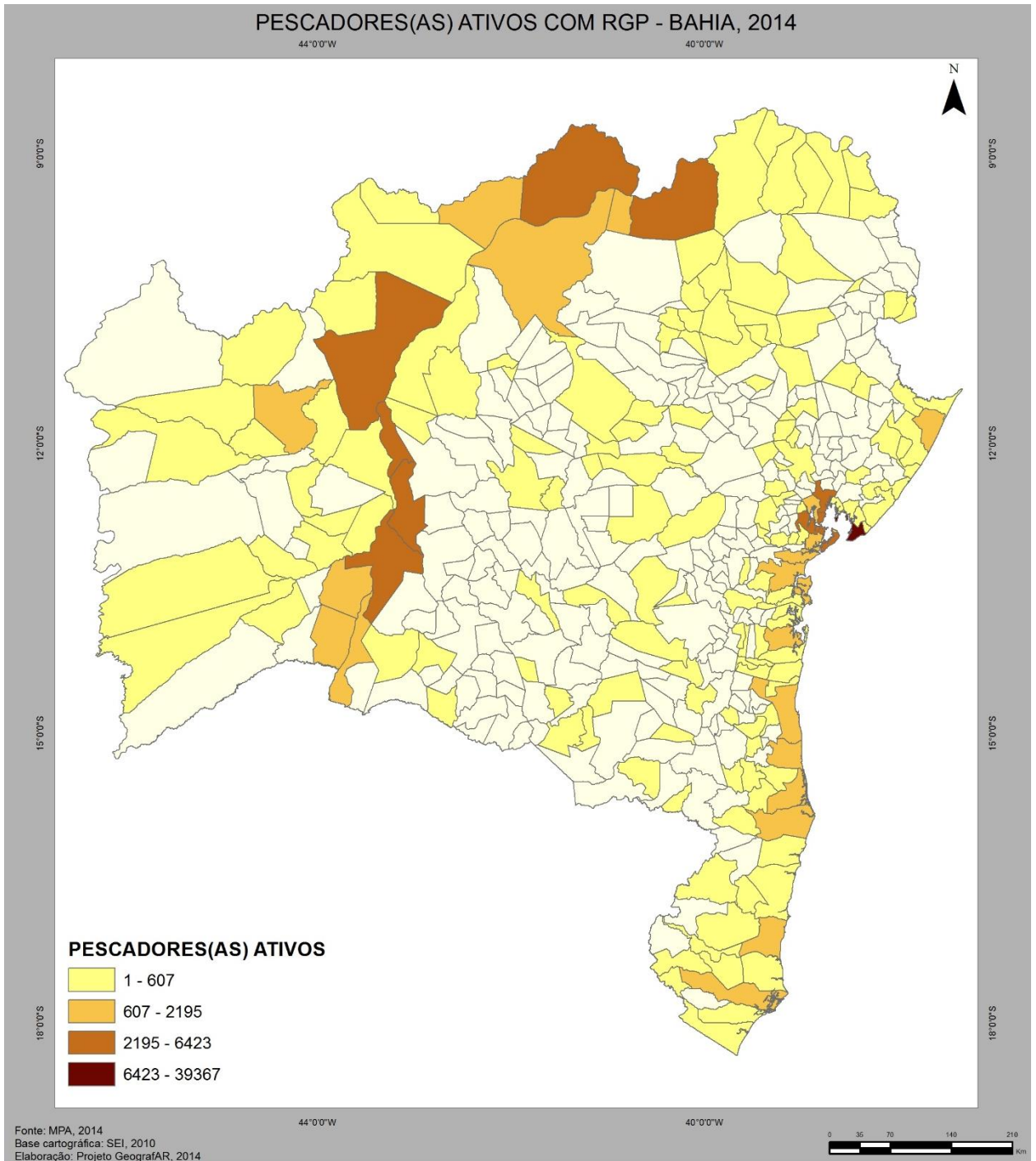


e compreender que a atividade pesqueira, em especial a pesca artesanal, detém sua importância social e garante a soberania alimentar, a cultural deste grupo social, em particular.

Na área de estudo desta dissertação, algumas destas políticas são repassadas, como a emissão do RGP, Programa Nacional de Habitação Rural “Minha casa, minha vida”, Seguro Defeso, financiamentos por meio do Plano Safra/Pronaf Mais Alimentos dentro outros. A Prefeitura Municipal de Vera Cruz, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura e Pesca (SEDSAP), faz o cadastro para a emissão do DAP para os trabalhadores rurais e, recentemente, foram incluídos os(as) pescadores(as) artesanais. Entretanto, segundo o órgão, o cadastro de pescadores(as) vem ocorrendo de modo muito tímido devido à falta de técnicos especializados.



**Figura17** – Território de identidades da Bahia



**Figura18** – Pescadores(as) ativos com RGP – Bahia, 2014

A PMVC reconhece a importância histórica da atividade pesqueira na Ilha, destaca que dentre as atividades econômicas exercidas no município ela é a principal, mas, por outro lado não conhece a complexidades dos pescadores locais. Delegam toda questão administrativa, geracional, políticas públicas às Colônias de Pescadores.

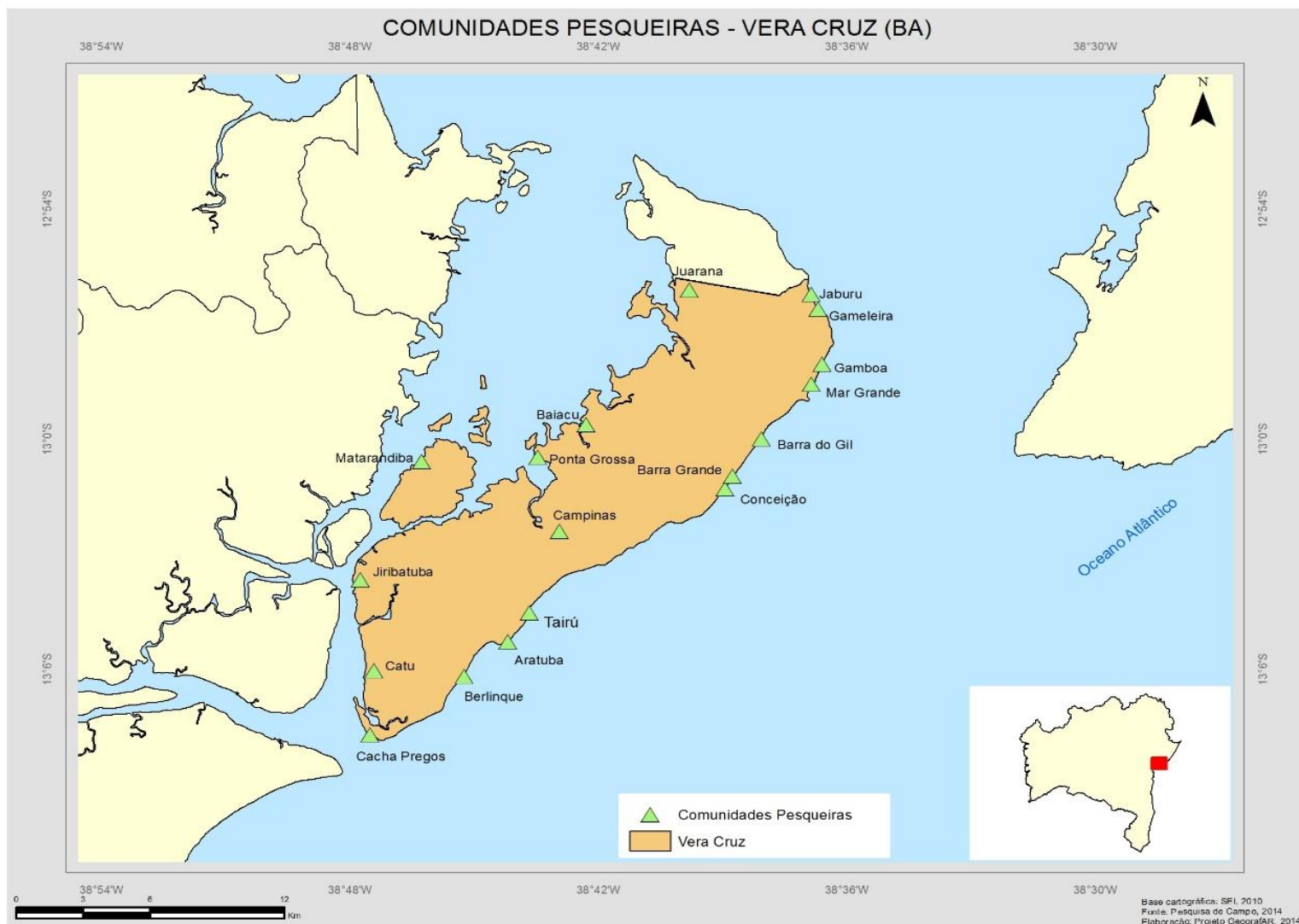
A partir do levantamento feito, o município possui 18 comunidades pesqueiras que basicamente vivem da pesca artesanal, destas, três possuem Colônias de Pescadores: Baiacu (Z11), Conceição (Z08) e Cacha Pregos (Z10); cinco Associações; uma Cooperativa e um Sindicato (Tabela 1/Figuras 19 e 20).

**Tabela 1** – Representação/Entidades Pesqueiras de Vera Cruz-BA

COMUNIDADES PESQUEIRAS	ASSOCIAÇÃO	COLÔNIA	COOPERATIVA	SINDICATO
Aratuba	-	-	-	-
Baiacu	1	1	1	-
Barra Gil	-	-	-	-
Barra Grande	-	-	-	-
Berlinque	1	-	-	-
Cacha Pregos	-	1	-	-
Campinas	-	-	-	-
Conceição	-	-	-	-
Gamboa	-	1	-	-
Gameleira	-	-	-	1
Jiribatuba	-	-	-	-
Juarana	2	-	-	-
Mar Grande	-	-	-	-
Jaburu	-	-	-	-
Matarandiba	1	-	-	-
Ponta grossa	-	-	-	-
Catu	-	-	-	-
Tairú	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

(FONTE: Pesquisa de Campo, 2014)

Com relação à Prefeitura, a principal reclamação dos(as) pescadores(as) e as entidades representativas da pesca são as ações tímidas exercidas pela mesma e a falta de uma Secretaria que atenda somente aos pescadores artesanais. Delegar todas as responsabilidades, no que diz respeito à gestão pesqueira nas entidades torna o cenário da pesca artesanal em Vera Cruz uma situação de conflitualidade e conflito. Esses graus de relação acabam favorecendo determinados grupos e beneficia a estrutura do sistema capitalista. Para Fernandes (2008), conflitualidade é um processo constante, alimentado pelas contradições e desigualdades do capital.



**Figura 19 – Comunidades Pesqueiras – Vera Cruz-BA**



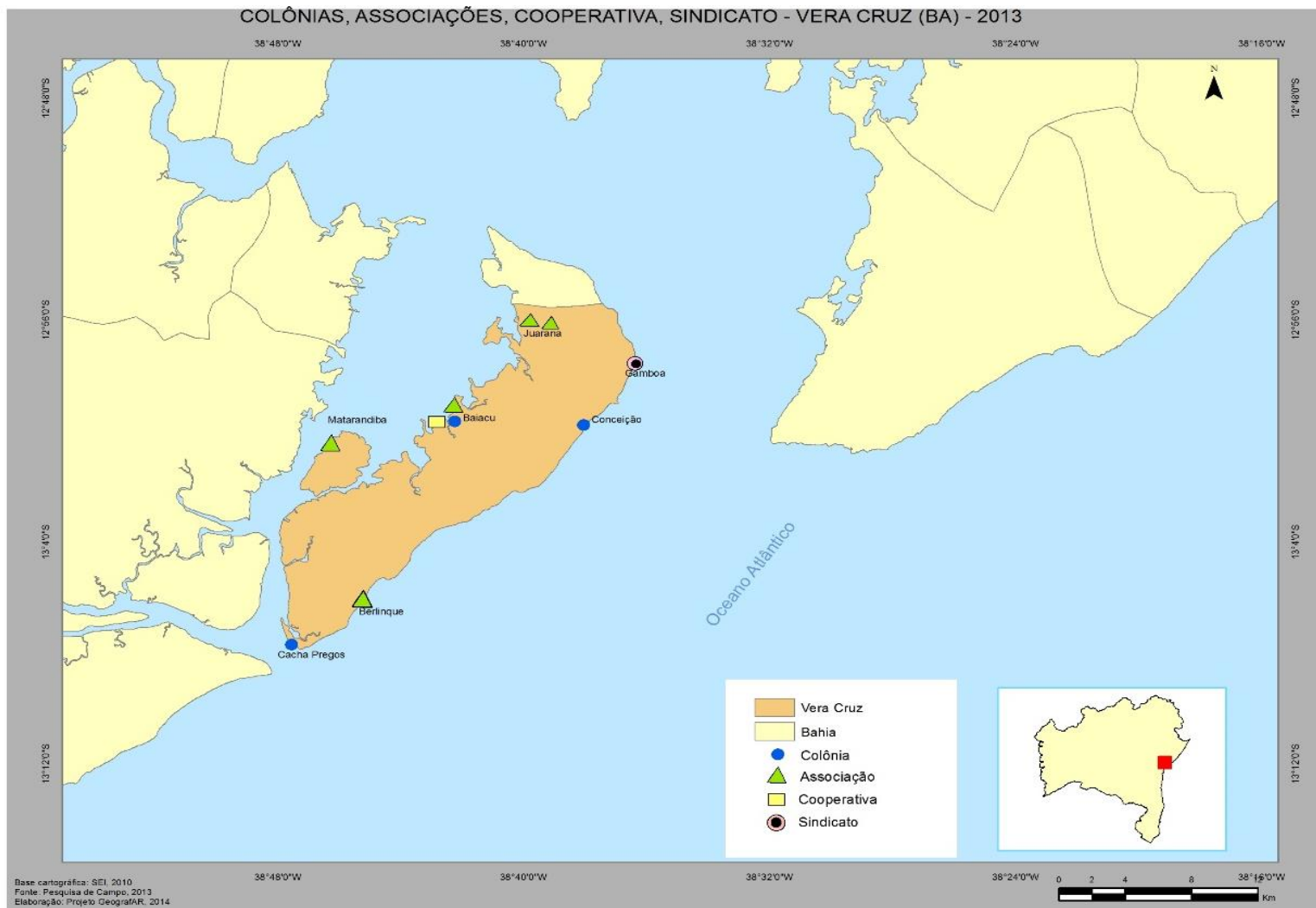
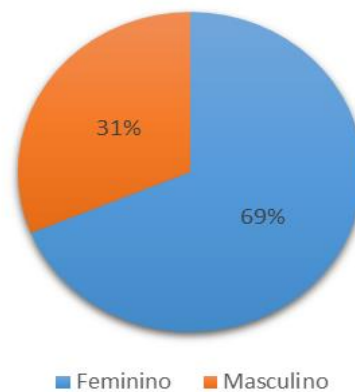


Figura 20 – Colônias, Associações, Cooperativa e Sindicato - 2013

A SEDSAP afirma que atua para resgatar o fortalecimento da cultura da atividade pesqueira no município, sobretudo, com o acompanhamento de suas ações, a PMVC exerce políticas públicas ainda tímidas para a pesca e pescadores(as) artesanais no município. As políticas encontradas surgem como parte da extensão rural. A mesma reconhece que a pesca artesanal é uma das atividades principais na estrutura econômica da Ilha e “caminha junto” com a atividade agrícola, já que, segundo os mesmos, os pescadores também são agricultores. Outro ponto que merece ser evidenciado é que, pelos dados do MPA, o município de Vera Cruz possui 6.382 pescadores(as) com RGP e, deste quantitativo, 4.389, ou seja, 69% são mulheres suas áreas de atuação predominante são os manguezais. Já o quantitativo masculino configura-se de 1.993 pescadores (31%) (Gráfico 1).



**Gráfico 1** – Pescadores(as) ativos em Vera Cruz com RGP - 2014  
FONTE: MPA, 2014

A SEDSAP tem ciência dos dados do MPA, pois seu perfil de atuação para com as políticas locais são com base somente nestes dados. Nesse sentido, o mesmo destaca que a falta de estrutura, como técnicos especializados para atender diretamente os(as) pescadores(as), limita seu trabalho. O único trabalho/atendimento que vem sendo realizado pelo órgão são as emissões da Declaração de Aptidão ao PRONAF através de parcerias entre o EBDA e a Bahia Pesca.

Cabe frisar que a Secretaria tem dificuldade em quantificar os(as) pescadores(as) do município que possuem o DAP. Tal postura remete às reflexões, reafirmando o desconhecimento do quantitativo de pescadores(as) artesanais. Por isso, legítima que o órgão não possui conhecimento da situação dos(as) pescadores(as), sua produção pesqueira, os tipos de pescado, o grau do envolvimento das mulheres na atividade. Por outro lado, afirmam que sua parceria com a Cooperativa Repescar por meio do Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE)<sup>3</sup> e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>4</sup> garante investimentos na cultura e fortalecimento da atividade pesqueira. Entretanto, em entrevista com a Cooperativa, a mesma destaca que o pescado usado na merenda escolar não é oriundo das comunidades pesqueiras do município. Ou seja, o(a) pescador(a) da Ilha não é beneficiada com estes programas. A PMVC ainda destaca que se configura como desafio a manutenção da tradição pesqueira, uma vez que os filhos de pescadores não querem permanecer na atividade. Tal afirmação merece atenção e análise, como pontuado anteriormente para entender o que há por trás desse discurso, pois é mais um componente da contradição do cenário pesqueiro em Vera Cruz e do próprio Baiacu.

Nota-se a burocratização na execução dos programas no país e, sobretudo, no município de Vera Cruz. A falta de profissionais que conheçam a realidade dos(as) pescadores(as), a expansão econômica por meio de financiamento e crédito, sua ampliação para a aquicultura e a permanência da autonomia delegada às entidades pesqueiras na execução destas políticas. Isso agrava as relações estabelecidas entre pescadores(as) e essas entidades, trazendo— como discutido anteriormente — contradições e conflitos na atividade pesqueira.

Todas estas situações trouxeram formas de mobilizações sociais entre os pescadores, configuram-se por movimentos que nasceram para tornar visíveis os distintos conflitos que perpassam os mesmos no país e, sobretudo, evidenciar que essas políticas não caracterizam as verdadeiras necessidades dos(as) pescadores(as).

### 3.2 A BUSCA PELA VISIBILIDADE DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS: ALGUNS MOVIMENTOS

Os primeiros indícios de luta dos(as) pescadores(as) foram percebidos durante a abolição da escravatura e na Revolta dos Cubanos (SILVA, 1988). Após essa tentativa de romper com a invisibilidade instalada sobre os(as) pescadores(as), será somente no final do século XX que o debate ressurgirá com o marco do Movimento Constituinte da Pesca, em 1988.

---

<sup>3</sup>O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa, os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em: 17 nov. 2014).

<sup>4</sup>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>. Acesso em 17 nov. 2014)

Esse período também é marcado pela construção da Constituição de 1988, em que os(as) pescadores(as) tentaram garantir seus direitos pelo percurso democrático. É importante frisar que o Movimento Constituinte da Pesca começou a ser organizado em 1984, sendo formalizado em 1985, e foi convocado pelo então presidente da Confederação Nacional dos Pescadores. Esse Movimento foi formado por delegados estaduais, que tiveram como estratégia a promoção de reuniões para elaborar propostas e pressionar os deputados constituintes a inserir a demanda dos(as) pescadores(as) na Constituição.

Kunh (2009, p. 76) destaca que a ocasião foi marcada pelas dificuldades oriundas da Ditadura Militar, mas foram estabelecidas algumas conquistas apesar das dificuldades para o deslocamento dos delegados até o difícil diálogo com algumas Federações estaduais. A Constituição conseguiu equiparar as Colônias aos sindicatos rurais e incluiu o pescador artesanal na condição de segurado especial do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Alguns Movimentos sociais foram importantes na consolidação de algumas conquistas em prol dos pescadores(as) artesanais. Os principais são CPP, MONAPE e MPP.

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) constitui um momento histórico no movimento dos pescadores. O CPP, criado em 1968, em Olinda-PE, pelo Frei Alfredo Schnuettgen, surgiu na época em que a Igreja Católica, na América Latina, fez a sua “opção pelos pobres”. A CPP se transformou numa organização nacional que foi reconhecida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1976. E, assim como acontecia com outras Pastorais, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja servia como articuladora das bases, ao mesmo tempo em que protegia os grupos sociais “da dureza da Ditadura Militar” (KUNH, 2009, p. 77).

A CPP se consolida na luta em prol dos pescadores do Brasil, uma vez que

O trabalho do CPP constituiu-se a partir do incentivo à organização do grupo. Esta Pastoral parte do reconhecimento da diversidade da pesca artesanal e sua consequente especificidade, no que se refere às mulheres, aos jovens e aos idosos. Tem atuado no sentido de promover Encontros, Seminários e Capacitações Políticas, bem como acompanhar os pescadores artesanais, prestando-lhes assessoria em outras ocasiões, como nas marchas e ocupações promovidas pelos pescadores. O CPP articula-se também como a Comissão de Justiça e Paz de Salvador (CJP) e a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), no sentido de construir uma rede de apoio às comunidades pesqueiras (KUNH, 2009, p. 79-80).

O Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) surge entre os anos de 1985 e 1988, quando pescadores, de diferentes estados do país se juntaram para discutir a pesca e propor a inclusão de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988. Segundo Fox e Callou



(2013) os pescadores precisavam de uma representação nacional forte para dar continuidade às suas lutas. Assim, a partir das mobilizações em torno da Constituinte da Pesca o MONAPE nasce em abril de 1988, no Recife, Pernambuco. Ainda para os autores o reconhecimento da liberdade de atuação das Colônias diante da categoria e do poder público confrontou o MONAPE com uma realidade permeada de novas relações de poder ante o Governo e a própria base. Por outro lado, fatores da cena local se relacionavam com a nova ordem global, marcada pela hegemonia de políticas neoliberais responsáveis pelo redimensionamento do Estado, pela abertura dos mercados, pela descentralização política e (des)formalização das relações de trabalho, incidindo diretamente na vida dos pescadores.

Hoje o MONAPE congrega lideranças de vários estados do Brasil e seus objetivos consistem em: refletir, monitorar e propor Políticas Públicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras além de articular e fortalecer as lutas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais no Brasil.

Já a partir de 2009 surge o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que, atualmente, se configura como influente Movimento em prol da luta pelos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais do Brasil. Suas bandeiras estão pautadas na luta pelo seu espaço de reprodução social. Ao vivenciar os diálogos nesses espaços, revelam o campo das forças em que se constitui a atividade pesqueira artesanal, atualmente, por medidas que preservem o direito de manter suas atividades, a cooperação, companheirismo. As ações coletivas se fazem presentes para atender os desejos em comum: o direito de pescar e mariscar.

Entretanto, esse debate só foi possível entre pescadores(as) pela consciência política que ambos tiveram sobre seus espaços de produção, sendo ameaçados pelos modelos de desenvolvimento e a fragilidade das políticas de Estado perante os(as) pescadores(as).

Outro ponto percebido é articulação inter-escalar entre os(as) pescadores(as). Os(As) mesmos(as) atuam em rede, gerando uma territorialidade das ações do Movimento por meio de encontros, atos, ações que se dão por todo país. As ações e decisões que acontecem numa escala possuem repercussões diretas em todas as outras escalas de abordagem. Ou seja, mantêm-se relações com pescadores(as) de norte a sul do Brasil (Figura 21).

Além de suas demandas usuais, o Movimento vem fazendo, nos últimos dois anos, o que se configura como sua frente principal de atuação, que se dá também em conjunto: a Campanha em Regularização sobre os Territórios Pesqueiros. A Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras foi lançada em Brasília/DF, em Junho de 2012, e se estenderá até, no máximo, 2015, prazo estipulado para ser

concluída a coleta de assinaturas de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.385.000 assinaturas), em defesa de uma lei de iniciativa popular (Figura 22). A mesma tem como lema “Território Pesqueiro: Biodiversidade, Cultura e Soberania Alimentar do Povo Brasileiro”.



**Figura 21** – 1. Mobilização em Ilha de Maré após o acidente no Porto de Aratu (dez. 2013) - Salvador/BA; 2. Mobilização contra a privatização das águas no Paraná; 3. Marcha Nacional e ocupação do MPA em Brasília (2013); 4. Encontro entre pescadores e parceiros através de seminários (Olinda/PE)

FONTE: MPP, 2013



**Figura 22** – Divulgação da Campanha através das redes sociais

FONTE: <https://www.facebook.com/peloterritoriopesqueiro?ref=ts>

O instrumento jurídico é pela aprovação da lei de iniciativa popular (feito a partir dos pescadores, com auxílio dos parceiros, a exemplo da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (ATTR), que regulamente os direitos territoriais das comunidades pesqueiras tradicionais, de modo geral, que proteja suas áreas de pesca. Cada vez mais são áreas em que ocorrem disputas/ações devido à inserção de grandes projetos, empresas, turismo, dentre outras, como pode ser observado no Quadro 3:

**Quadro 3 – Conflitos na Bahia: Pesca Artesanal (Lançamento Campanha 2013)**

<b>MUNICÍPIO/ REGIÃO/ LOCAL</b>	<b>CONFLITOS</b>	<b>ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS</b>
Santo Amaro - Acúpe	Indústria: Mineração/Chumbo Carcinicultura	Pescadores artesanais Empresas industriais
Salvador - Ilha de Maré	Turismo/ Indústria Porto Naval Fundário Mortalidade do pescado	Pescadores artesanais Empresa pública - Petrobras Empresa turística Fazendeiros
Salinas das Margaridas	Carcinicultura Construção Naval Fundário - impedido acesso aos territórios de pesca artesanal Especulação imobiliária Gasoduto Poluição Indústria	Pescadores artesanais Empresas Industriais privadas e públicas Empresas turísticas
Madre de Deus	Indústria Porto Naval	Pescadores artesanais Empresas industriais públicas e privadas
São Francisco do Conde	Turismo Fundário	Pescadores artesanais Empresas turística – Resort Fazendeiros
Santo Sé, Remanso, Sobradinho, Casa Nova - Rio São Francisco	Fundário – impedido acesso aos territórios de pesca artesanal Poluição nos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Fazendeiros
Cachoeira, Maragogipe (Baía do Iguape) - Rio Paraguaçu	Fundário Poluição aos territórios pesqueiros Assoreamento Baia Azul	Pescadores artesanais Fazendeiros Estado (Bahia Azul) Empresa de energia (VOTORANTIM)
Baixo Sul	Turismo Turismo Industrial Fundário – Bloqueio do Porto e os territórios pesqueiros Carcinicultura Poluição aos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Fazendeiros Empresas turísticas
Extremo Sul	Drenagem Porto Belmonte Turismo – Bloqueio aos territórios pesqueiros Fundário - Bloqueio aos territórios pesqueiros	Pescadores artesanais Empresas turísticas Fazendeiros

Litoral Sul	Turismo – Bloqueio aos territórios pesqueiros Funditário - Bloqueio aos territórios pesqueiros Carcinicultura Turismo Industrial	Pescadores artesanais Empresas turísticas Fazendeiros
-------------	---	---

Fonte: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2012

Os objetivos da Campanha são: (a) Reconhecimento dos seus direitos sociais e afirmação de sua identidade pesqueira artesanal; (b) Comunidades pesqueiras afirmando-se em sua identidade específica, com o propósito de se apoderar na defesa do seu território e na consolidação enquanto comunidade articulada e reconhecida frente à sociedade; (c) As comunidades pesqueiras artesanais debatendo e demonstrando a viabilidade de sua economia da pesca, a qual garante a sua sobrevivência e reprodução social, com qualidade de vida superior ao modelo do capital; (d) A sociedade encampa a campanha de regularização dos territórios pesqueiros; (e) As comunidades tradicionais pesqueiras conhecem e fazem valer as leis para garantir os territórios pesqueiros tradicionais; e (f) Comunidades pesqueiras conquistam instrumento jurídico que reconheça e regularize os territórios tradicionais pesqueiros.

Para Rios (2012), para além da aprovação da lei, observa-se a organização dos pescadores na luta pela defesa de seus territórios pesqueiros. A realização da Campanha já é considerada um marco na história da pesca artesanal do país, já que se vem buscando a mobilização entre todos os(as) pescadores(as) do país para o enfrentamento dos grandes projetos impostos pelo capitalismo.

Desse modo, cabe questionar: como essas ações repercutem no município de Vera Cruz e, sobretudo, no Baiacu? Como se encontra a organização político-institucional neste espaço em particular? Por isso daremos ênfase à organização político-institucional da comunidade. Em que medidas atuam nessas representações e seus posicionamentos diante da complexidade em que se encontram as relações sociais na comunidade.

### 3.3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DOS PESCADORES DO BAIACU – VERA CRUZ (BA)

A Colônia de Pescadores e Aquicultores Z11 do Baiacu foi fundada em 28 de outubro de 1974. Segundo relatos do atual tesoureiro da Colônia, tudo começou através da criação de um clube de futebol, conhecido na época como Clube de Futebol de Vera Cruz. O terreno em que se encontra a Colônia (primeiramente para a sede do time) foi doado pelo então presidente que, desde a sua criação, tem envolvimento direto na administração da Colônia, Sr. Antônio

Monteiro, natural de Vera Cruz, “filho” da comunidade e tem herança na atividade pesqueira, pois seu pai foi pescador e a mãe marisqueira. Cabe ressaltar que o mesmo, atualmente, exerce um cargo político, sendo vereador no município de Vera Cruz (BA).

A história da Colônia é marcada por dois períodos distintos que influenciarão diretamente na criação de outras entidades representativas da pesca na comunidade e também caracterizarão o cenário da organização político-institucional no município.

Pode-se afirmar, a partir de relatos, que houve duas gestões do Presidente Antônio Monteiro, a primeira, entre 1974 – 1990 e a segunda, do ano 2000 até os dias atuais. No período de seu afastamento da Presidência, a responsabilidade sobre a administração ficou a cargo de dois moradores da comunidade. No ano 2000, período eleitoral para a PMVC, em meio às alianças políticas, “nascem” grupos de apoio aos candidatos da época. Tal postura culmina em divergências administrativas e políticas na Colônia. Essa situação resultou no fechamento e demolição do espaço onde funcionava a mesma. Isso aconteceu, segundo os relatos dos pescadores e alguns moradores do Baiacu, devido à vitória do Prefeito eleito na época, Edson Verato. Desta forma, o atual presidente da Colônia retoma as atividades e a reconstrói.

A Colônia considera-se autônoma e é vinculada ao MPA, a FEPESBA, ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e à Força Sindical. No que se refere ao trabalho administrativo, tudo na Colônia funciona com as mensalidades (no valor de R\$ 20,00) paga pelos(as) pescadores(as) que são usadas nos pagamentos de contas, manutenção de aparelhos, água, energia, telefone, *internet*, dentre outros. O Estado e a Prefeitura são omissos com a entidade, segundo a Colônia. A mesma atende os pescadores para resolver questões burocráticas, como emissão de declarações, seguro defeso, auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadorias.

Os(As) pescadores(as) associados são de Matarandiba, Campinas, Ponta Grossa, Barra Grande, Barra do Gil, Mar Grande, Juarana, sendo que a maior parte dos associados são do Baiacu. Os(As) pescadores(a) oriundos de outros locais da Ilha, a procuram pela organização e administração do atual presidente, segundo a Colônia.

É importante destacar que a Bahia Pesca atua como parceira na Colônia, os convidando para palestras, cursos e outras atividades correlacionadas. Alguns(mas) pescadores(as) entrevistados no Baiacu afirmam que só estão/são associados à Colônia para garantir suas aposentadorias, emissão do RGP e o seguro defeso, já que a entidade realiza poucas intervenções sociais e atendimento aos(às) pescadores(as) na comunidade, como a “Colônia de Cacha Pregos tem até médico para atender os pescadores e aqui não tem nada”<sup>5</sup>; “Eu sou

---

<sup>5</sup>Marisqueira – Baiacu (pesquisa de campo, julho, 2014)

colonizado, pago a mensalidade e é isso aí. Faço parte para ter o registro, meu INSS (...)”<sup>6</sup>;  
 “Sabe, como é, né?, tem essa Colônia aqui, o pescador tem que ser associado pela Colônia para ter seus direitos, hoje sou aposentado”<sup>7</sup>



Foto: Taíse Alves

**Figura 23** – Atual fachada da sede da Colônia de Pescadores do Baiacu

De fato, as intervenções e ações sociais exercidas pela entidade são limitadas, apesar da entidade afirmar que vem trabalhando em prol dos(as) pescadores(as), os incentivando, buscando fortalecer a atividade pesqueira no Baiacu, não há oferta de cursos, um trabalho de educação ambiental com os pescadores(as), cursos profissionalizantes, parcerias entre as entidades da pesca como a Associação e/ou Cooperativa ou até mesmo um diálogo com as escolas da comunidade, atividades culturais que incentivem a cultura, tradição e história da atividade pesqueira. Apenas ocorre a festa em comemoração ao dia do pescador, em 29 de junho.

Estas “fragilidades” tornam a relação da Colônia entre pescadores(as) do Baiacu um tanto receosa. Apesar de não possuir nenhum conflito explícito, a Colônia afirma que os(as) pescadores(as) não tem interesse nas atividades da entidade, não participam ativamente das reuniões, mobilizações políticas. De modo geral, a Colônia afirma que o diálogo com os(as)

<sup>6</sup>Pescador – Baiacu (pesquisa de campo, julho, 2014)

<sup>7</sup>Pescador – Baiacu (pesquisa de campo, julho, 2014)

pescadores(as) do Baiacu é difícil. Sobre a venda e escoamento da produção pesqueira, por exemplo,

Em reuniões nós sempre falamos. Nós, pescadores, sempre vamos pescar e encontramos, no caso, os chamados atravessadores, tentamos fazer uma peixaria, mas é muito difícil de lidar com o povo, nós sempre falamos em relação aos valores e, por sinal, somos até explorados. Um quilo de tainha, por exemplo, tá sendo vendido de oito a dez reais, robalo, que era quatro reais, agora está sendo vendido a sete e oito. Orientamos os pescadores a procurar pessoas mais confiáveis para a venda do peixe. Nossa proposta era criar uma cooperativa, mas é muito difícil, pela falta de união e organização dos pescadores (Colônia de Pescadores, entrevista em 11 jun. 2014).

Por outro lado, as reuniões da Colônia (que ocorrem uma vez ao mês) são apenas em caráter de prestações de contas, informações e demandas da FEPESBA e MPA e também sobre os defesos. Os planos e objetivos da entidade, além de realizar seus trabalhos usuais é/ são de construir postos avançados em Matarandiba, Ponta Grossa, Campinas e Barra Grande e “chamar os pescadores para ser mais unidos” (Colônia de Pescadores, entrevista em 11.06.2014).

Durante as visitas de campo na Colônia, notou-se a presença de servidores da PMVC por meio da SEDSAP e a Caixa Econômica Federal, que estavam fazendo cadastramento para o Programa Nacional de Habitação Rural, o “Minha Casa, Minha Vida”, voltado para pescadores(as) artesanais. Segundo os mesmos, o cadastramento estava ocorrendo em toda a Ilha, e Baiacu estava sendo “beneficiada” com a construção de 50 unidades habitacionais, principalmente, para os(as) pescadores(as) que moram próximo ao manguezal. Contudo, para terem acesso ao benefício, os(as) pescadores(as) teriam que ser associados às Colônias de Pescadores e possuir o RGP.

A Figura 24 consiste em uma foto tirada em junho de 2014, entretanto, após dois meses, a placa foi retirada da entrada do Baiacu e não há mais informação sobre a construção das unidades habitacionais na comunidade.

A Cooperativa REPESCAR representa um corpo estranho na visão dos pescadores(as) do Baiacu. A relação da Cooperativa com os pescadores(as) é distante. Os mesmos a procuram para vender seus pescados no período do inverno, já que a venda do peixe/marisco cai bastante nesta época do ano, segundo os pescadores(as). Os mesmos também destacam que a Cooperativa negocia e quer comprar seus pescados, abaixo dos valores repassados entre os pescadores(as) e as vendedoras, e isto, também é um componente do estranhamento pela Cooperativa. A mesma, é categórica ao afirmar que há uma falta de interesse dos pescadores(as) e marisqueiras pela entidade, pois não reconhecem o trabalho exercida por ela. Deste modo, os/as pescadores(as) denominam como “estranha” e distante da comunidade.

Por outro lado, a Cooperativa, destaca que “nasceu” como uma demanda dos pescadores(as) e marisqueiras que encontravam desafios para a vendagem do peixe nas comunidades da contra-costa da Ilha: Baiacu, Juarana, Ponta Grossa e Campinas. Sua criação, nasceu durante o Fórum Solidário, reunião entre alguns pescadores(as) e marisqueiras que elaboraram o projeto chamado REPESCAR, e Baiacu foi escolhida por seu acesso geográfico via água, que fica entre as comunidades citadas (Cooperativa REPESCAR, entrevista em 10.08.2014).



Foto: Taise Alves

**Figura 24** – Placa da construção das unidades habitacionais

Outro ponto que merece destaque é que essa articulação ocorreu no ano de 2006 e estava diretamente ligada ao projeto de governo do atual Prefeito de Vera Cruz, Antônio Magno. Atualmente, foram incorporadas as comunidades Matarandiba, Catu, Cacha Pregos, Matange, totalizando nove comunidades atendidas pelo projeto/cooperativa.

No início, eram 251 cooperados e hoje são 120 (2014), sendo apenas 18 do Baiacu. A queda dos cooperados, segundo a Cooperativa, se deve ao despreparo educacional e geracional dos gestores/direção na articulação com os(as) pescadores(as).

A principal meta da Cooperativa é buscar novos cooperados e resgatar os que saíram, e para isso, criou-se um novo projeto com o apoio da Petrobras, o Viver do mar, o qual tem como meta:

- a. Fazer visitas às comunidades atendidas para falar da cooperativa;
- b. Capacitar os cooperados sobre a gestão pesqueira e por meio de cursos profissionalizantes como: informática, higiene do pescado, vendas e tratamento do pescado, atendimento ao cliente e marketing.



Dessa forma, configuram-se três projetos que contemplam as atividades da cooperativa hoje: (I) **REPESCAR** – financiamento para a construção da cooperativa; (II) **VIVER DO MAR** – divulgação e busca de novos cooperados; e (III) **VIVER DO MAR II** - profissionalização técnica e gestão. Os parceiros da Cooperativa são a Bahia Pesca, a Petrobras e a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia.

A Cooperativa destaca que sua principal função é trabalhar em prol do controle e qualidade do pescado para sua venda, a partir da compra do pescado das comunidades da contra-costa, sobretudo,

[...] devido à baixa de quantidade do pescado da Ilha, acabamos recorrendo a outros locais como o mercado do peixe em Salvador, para atender aos nossos clientes: SESC, Restaurantes de Salvador/Itaparica e a Prefeitura Municipal de Vera Cruz para alimentação escolar/merenda via Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Mas, o marisco é comprado daqui mesmo do Baiacu (Cooperativa REPESCAR, entrevista em 10 ago. 2014).

Sobre o PNAE, a resolução nº38 do Fundo Nacional de Educação, de 16 de julho de 2009, garante que se deve priorizar e investir na participação das comunidades rurais por meio de aquisição de alimentos oriundos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e também pescadores (conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009), de forma a contribuir com o seu fortalecimento, identidade e incentivar a cultura das comunidades locais em conformidade com o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto nº 6.447/2008, com a Lei nº 11.947/2009 e, com a legislação específica do PNAE: (I) Deve ser diversificada e produzida em âmbito local, regional, territorial, estadual e nacional, nesta ordem; (II) Priorizar os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega do produto à escola; (III) Ser subdividida em tantas parcelas quantas necessárias considerando a sazonalidade e as peculiaridades da produção da agricultura familiar.

Nota-se que tais especificidades não são atendidas no município de Vera Cruz e em especial no Baiacu. Garantir a aquisição do pescado, via Cooperativa não garante a participação dos(as) pescadores(as) no processo produtivo da atividade pesqueira e nem incentiva a cultura, tradição e identidade pesqueira no Baiacu. Primeiro, pelo distanciamento da Cooperativa dos(as) pescadores(as) da comunidade e segundo por conta do pescado não ser oriundo da produção local.



Foto: Taíse Alves

**Figura 25** – Placa da Cooperativa na entrada do Baiacu

Um problema que a Cooperativa destaca, também relatada pelos(as) pescadores(as), é a malha da rede, que é pequena, e por isso pega-se peixe pequeno para vender como isca, o chamando isca de manzuá. Isso vem ocorrendo do mesmo modo com a ostra, contribuindo para a diminuição do marisco e pescado na área. Para isso, uma das ações da Cooperativa é buscar parcerias para o cultivo de ostra na contra-costa e a principal parceria via recurso financeiro são: Bahia Pesca e a Petrobras.

A Cooperativa vende: gelo; peixes em posta/ deserdados/ escamados/ filé inteiro; marisco – quilo; poupa de peixe e seu principal cliente é a Prefeitura Municipal de Vera Cruz;

Por sua vez, a Associação Comunitária e Beneficente das Mariscadeiras e Pescadores de Baiacu tem sua história iniciada à “porta de um bar”, em Baiacu. Inicialmente, seu nome era Associação Beneficente do Baiacu (ABB). Ela foi fundada com o intuito “de ajudar os moradores do Baiacu e ter uma forma de mobilização social e política” (Associação de Pescadores, entrevista em setembro, 2014). O espaço usado para as atividades, inicialmente, era a Colônia de Pescadores Z11, sobretudo no ano de 2000, em meio às eleições para a PMVC, e com o retorno do ex-presidente da Colônia, houve acordos políticos por meio de apoio às candidaturas. O então Prefeito da época, com o aval de alguns vereadores, “mandou” demolir a casa onde funcionava a Colônia, daí nasceram as disputas entre a Colônia e a Associação, já que foi expulso do espaço o atual grupo que estava à frente da Associação.

Entretanto, a Associação buscou outro espaço no Baiacu para sua nova sede. A partir de alianças políticas e apoio de vereadores de Vera Cruz, além da participação no projeto da época, “Sua Nota é um Show”, do governo do Estado, conseguem recursos para compra de um terreno e a construção da nova sede da Associação.

Assim, no ano de 2008, a Associação faz sua extensão para os(as) pescadores(as) artesanais e marisqueiras e constitui uma nova sigla: “Associação Comunitária e Beneficente das Mariscadeiras e Pescadores de Baiacu”. Desta forma, foi perguntado o porquê da preocupação com os pescadores, em específico, e segundo a atual presidente, a Sra. Marilda Menezes, pescadores(as) e marisqueiras sempre sofreram com falta de “verdadeiras informações”, privilégios para alguns grupos e, por isso, surgiu essa preocupação com os(as) pescadores(as), “tanto que hoje já somos 2.000 associados pela transparência de nossas ações. E somos vinculados ao Ministério da Pesca e Aquicultura e a Federação dos Pescadores do Estado da Bahia” (Associação Comunitária e Beneficente das Mariscadeiras e Pescadores de Baiacu, entrevista em setembro de 2014).

Essas vinculações permitem à Associação emitir documentos e encaminhamentos para os(as) pescadores(as) e marisqueiras como: registro geral da pesca (RGP) – uma curiosidade colocada pela presidente é que eles fazem uma prova para verificar se os(as) mesmos(as) são realmente pescadores(as) – seguro defeso, Guia de Previdência Social (GPS) e encaminhamento do INSS e o Visto (revalidação da carteira).

A Associação possui postos avançados e atende aos(às) pescadores(as) e marisqueiras de Barra do Gil, Jiribatuba, Gameleira e Gamboa. Dos dois mil associados, 300 (180 pescadores e 120 marisqueiras) são do Baiacu. Os associados pagam taxa de R\$20,00.

A Associação não faz orientação para venda do pescado, isso se deve, segundo os mesmos, à resistência dos(as) pescadores(as) do Baiacu. Afirmam que as mulheres (vendedoras de peixe) são as responsáveis pelo escoamento da produção pesqueira na comunidade, algumas são especialistas no catado do siri e vendem por até R\$10,00 o quilo. A venda do peixe é por meio de baldes, custam em torno de R\$25,00, os quais variam de acordo com o pescado. E, segundo a própria Presidente, eles preferem essa forma de venda (sem intermediário, segundo ela) para não perderem seu lucro.

As reuniões da Associação ocorrem uma vez a cada mês, em caráter de prestações de conta e repasses de informações do MPA e FEPESBA, como: defeso; atividades da associação; inscrições para cursos, aniversários; prestações de conta das mensalidades pagas; proposta de empréstimos vinculado a Federação/MPA (por meio do PRONAF).

Com relação às suas parcerias entre as entidades de representação da pesca do Baiacu, a mesma possui uma aproximação com a Cooperativa e trabalha diretamente com o Sindicato, pois é através do mesmo que a Associação consegue encaminhar os(as) pescadores(as) e marisqueiras para retirar o INSS/previdência social, uma vez que são apenas os Sindicatos e as

Colônias que podem fazer essas tramitações, por isso, o atual presidente do Sindicato, “Lau”, criou o Sindicato a nível Estadual.

A Associação também possui parceria com a Bahia Pesca e não há envolvimento relação/parceria com a PMVC. A perspectiva da entidade, segundo a atual Presidente, é que a Prefeitura trabalhe em prol, verdadeiramente, dos(as) pescadores(as) e marisqueiras da Ilha, com a criação de uma Secretaria específica da pesca e, para isso, há a proposta de o atual presidente do Sindicato se candidatar à Prefeitura nas eleições de 2016. Visto que o mesmo vem sendo nos últimos anos, aspirante ao cargo de Prefeito do município. Cabe destacar que o mesmo já foi vereador.

A perspectiva da entidade é trabalhar com os filhos dos pescadores para fortalecer a atividade pesqueira no município e principalmente no Baiacu. Trazer projetos como casa de farinha, quadra poliesportiva e reformar o campo de futebol na comunidade.

É perceptível a teia de relações políticas em torno da atividade pesqueira no Baiacu. Por mais que pescadores(as) e marisqueiras possuam baixa escolarização e não tenham muitos conhecimentos sobre seus direitos sociais e políticos, eles percebem o jogo de relações feito pelas entidades e suas disputas silenciosas por território e poder, não só na comunidade, mas em Vera Cruz, já que ambas, a partir de seus relatos, buscam através da pesca ganhar espaço no cenário político sem, de fato, atender aos interesses dos pescadores e as fragilidades em torno da atividade pesqueira artesanal.

Esses “jogos de relações” são percebidos quando se analisa a quantidade de pescadores(as) cadastrados em cada entidade. Por ser a representação mais antiga em Baiacu, a Colônia de Pescadores Z11 possui a maior quantidade de associados com 617 pescadores(as), seguindo por 300 pescadores(as) cadastrados na Associação e 18 marisqueiras na Cooperativa.

Os(As) pescadores(as) afirmam que procuram as entidades para garantir sua previdência e o acesso ao defeso e que confiam mais na Colônia, por isso a procuram. Entretanto, os gestores afirmam que não há sobreposição de pescadores(as) cadastrados em mais de uma entidade, mas não se pode afirmar que essa prática não exista de fato, pois o movimento dos pescadores é pendular, diante dos benefícios que cada entidade pode oferecê-los.

Outro ponto de destaque é a participação feminina. O quantitativo de mulheres cadastradas é superior ao de homens nas três entidades e mostra como as mesmas são protagonista da atividade pesqueira em Baiacu (Tabela 2).

**Tabela 2** – Quantitativo dos(as) pescadores(as) do Baiacu por gênero e representação

<b>Tipo de Representação</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Total</b>
<b>Gênero</b>			
Colônia	253	364	617
Associação	120	180	300
Cooperativa	-	18	18
<b>TOTAL</b>			<b>935</b>

FONTE: Colônia de Pescadores Z11; REPESCAR; Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Baiacu

Quanto à venda do pescado e mariscagem, os pescadores do Baiacu “fecham-se”, tanto que as entidades não conseguem penetrar nestas relações. Algumas mulheres da comunidade compram o pescado em estado bruto, os tratam, catam e os vendem em outros locais da Ilha e cidades. Os relatos da Colônia e da Cooperativa afirmam a “desconfiança” dos(as) pescadores(as) quando tentaram intervir no esquema de pescadores(as) e marisqueiras, mas não obtiveram sucesso.

O forte discurso sobre o fim da pesca e falta de interesse dos jovens usados pelas entidades e a Prefeitura, alimenta a ideia de que os mesmos podem “salvar e tomar conta” da atividade pesqueira e salienta a proposta da pesca industrial. Um ponto de destaque é que todas as entidades do Baiacu possuem parcerias com a Bahia Pesca, a FEPESBA e a Petrobras (Cooperativa), tais instituições têm como medidas favorecer empreendimentos ligados a indústria pesqueira, como parques aquícolas, por isso o uso deste discurso assim como suas práticas não favorecem verdadeiramente a tradição e cultura da pesca artesanal. Outro fato notado até aqui é o distanciamento dos jovens, devido à falta de investimentos na atividade pesqueira, que pode não extinguir a pesca artesanal, mas deixá-la fragilizada mesmo sendo fortemente praticada pelos pescadores mais antigos e em poucas comunidades pesqueiras no município.

Outro ponto que podemos evidenciar nesse “jogo” são as práticas sociais do espaço o qual defende Souza (2013). Para o mesmo, a prática social nos aparece como algo dotado de certa particularidade, em grande parte como uma questão de perspectiva, e as mesmas são diretas, densas ou, complexamente, espaciais ou especializadas, que permeiam tanto por suas práticas quanto dimensão espacial. Nesse sentido, as práticas espaciais são mediadas pelas relações e ações sociais. Ainda sob o ponto de vista de Souza (2013) sobre as ideias de Weber (1995), tais componentes são mediados pelo sentido ou significado das ações dos indivíduos ou grupos sociais, ou seja, são estes agentes que determinam as ações e práticas sociais no espaço, já que,

As práticas espaciais podem ser, logicamente, de vários tipos. Elas têm servido, ao longo da história da humanidade, ora a dominação, à introdução e manutenção das hierarquias, à coesão e à imposição de cima para baixo ou de força para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou de uma sociedade (ou seja, do *nómos* ou dos *nómoi* específicos e concretos) ora à emancipação, à autodeterminação e ao autogoverno, à autodefesa legítima, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio de cidadãos, diretamente (SOUZA, p. 37, 2013).

Evidencia-se sobre o espaço, sobretudo o espaço pesqueiro do Baiacu, que as práticas sobre a pesca artesanal, compõem a produção do espaço dotado de profundas ações, relações e materialidades que ocorrem de modo particular, as quais suas dimensões partem pela tentativa de regular a atividade nos moldes da produção capitalista, mas que, de algum modo, os(as) pescadores(as) e marisqueiras resistem, colocando suas regras e sociabilidades. Cabe ressaltar ainda nessa reflexão, que os modos de produção pesqueira são da pequena produção mercantil.

Nesse sentido, vale retomar neste debate o conceito de espaço geográfico. Primeiro, pela dimensão da organização espacial que, nos escritos de Souza (2013), está sempre em mudança e, constantemente, sendo desafiada em diferentes escalas, pois cada “ordem” sócio-espacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao mesmo tempo, em uma sociedade injusta e heterônoma, um contraprojeto que proporá ou pressuporá, explícita ou implicitamente, novas estruturas sócio-espaciais, para agasalhar novas relações sociais (SOUZA, 2013, p. 38). A segunda, pela produção do espaço, que irá permear tanto pela sua (re)produção nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas sociais.

Assim, notamos que as estruturas da organização-políticas institucionais da gestão pesqueira no país perpassam pelo cruzado das escalas em seus perfis de atuações em nível federal, estadual e municipal que determinam políticas e ações que tentam colocar os(as) pescadores(as) artesanais em situação de subordinação às Colônias de Pescadores, as quais representam as ações de Estado em nível local. Por outro lado, as Associações, Sindicatos e Cooperativas que surgem como entidades paralelas a estas mediações, também acabam sendo “cooptados” pelas políticas de Estado. Nesse caso, evidenciam-se novas relações sociais, as quais predominam a manutenção do modelo social hegemônicos para favorecer e fortalecer as práticas capitalistas e neste sentido estas relações estão fortemente presentes no Baiacu. A organização do espaço pesqueiro perpassa por estas dimensões, mesmo pescadores(as) e marisqueiras, resistindo às imposições impostas por esses grupos a produção pesqueira sofre os arranjos imposto pelas práticas capitalistas e recriam-se.

#### 4 ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO PESQUEIRA NO BAIACU - VERA CRUZ (BA)

Para Corrêa (2002), a reprodução dos grupos sociais se faz através de muitos meios. Seja pela transmissão do saber, relações, culturas e um dos mais importantes: a sua organização espacial. Para o autor, ao fixar no solo os seus objetos, fruto do trabalho social e vinculadas às suas necessidades, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas por este alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas. Nestas condições, o grupo social se reproduz, porque a reprodução das atividades ligadas às suas necessidades viabiliza o próprio grupo. Desta forma, a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e disposto sobre a superfície da Terra, é assim um meio presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução) (CORRÊA, 2002).

Dessa forma, buscar entender qual a organização produtiva da pesca artesanal nas escalas: Bahia – Vera Cruz – Baiacu permite avaliar como ocorre sua articulação em seu interior, em especial no recorte deste estudo, Baiacu, além de colocar em evidência a produção pesqueira na Bahia nos últimos anos, relações comerciais estabelecidas, escoamento da produção e a organização estabelecida nestas escalas, a partir dos dados do MPA.

Kunh (2009) destaca – a partir dos escritos de Santos (2006) – que as variáveis adotadas precisam levar ao entendimento das questões fundamentais que perpassam o fenômeno analisado, neste caso em específico, no circuito produtivo da pesca artesanal. Para isso, as questões fundamentais a serem entendidas em sua perspectiva devem ser: (a) como se dá a organização da produção, (b) como se dá a relação de produção e (c) como se dá a apropriação da renda obtida com a produção. Nota-se que, no Baiacu, há uma organização do circuito da pesca bem particular, já que as mulheres assumem o papel do escoamento da produção local.

Sobre a organização espacial, percebe-se que a mesma é a expressão da produção material do homem. É resultado do trabalho social realizado no espaço, o qual reflete as características de quem o determina. Cabe ainda destacar as relações de classes que refletem a natureza classicista de produção e as relações de poder que prevalecem neste “jogo” (CORRÊA, 2002). Por isso, o circuito produtivo da pesca artesanal possui algumas especificidades que refletem as características deste grupo social, a exemplo da concepção histórica por trás da produção pesqueira,

Nas questões históricas que marcam as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal, é possível afirmar que o Brasil ainda prescinde de uma estrutura espacial mais eficiente para garantir a produção efetiva de pescado. Implantação de pontos de desembarque voltados para a lógica da pesca artesanal, estrutura

de armazenamento e beneficiamento de pescado e capacitação do pescador artesanal nos quesitos produção, beneficiamento, cooperativismo e comercialização dos produtos são os maiores desafios para que os pescadores possam se inserir de forma mais autônoma no circuito produtivo da pesca no Brasil (KUNH, 2009, p. 93).

Ainda sobre estas questões históricas, nota-se que a produção pesqueira artesanal baiana é dotada de raízes e tradições advindas de diferentes culturas. Técnicas e equipamentos usados até a contemporaneidade as quais acabam interferindo na produção, já que são necessárias no ato da pesca, além de entender quais as especificidades dos(as) pescadores(as) e marisqueiras, a exemplo do uso dos anzóis e linhas, jangadas, canoas (índios); currais de pesca em lagunas, cofos e pesca noturna (africana); e redes de pesca (portuguesa), desta forma, percebe-se que “a história da produção de pescado na Bahia sempre esteve relacionada com a influência destes três ramos culturais”: indígena, africana e portuguesa (KUNH, 2009, p.97).

Assim, nota-se, *a priori*, que tanto a organização, quanto o circuito produtivo da pesca artesanal na Bahia devem ser compreendidos em sua perspectiva histórica, cultural e relações políticas institucionais que, acredita-se ser um desafio, uma vez que, para ter acesso a essas informações, foi preciso adentrar na realidade local, devido à falta de informações e dados sobre a produção pesqueira na Bahia, sobretudo, no município de Vera Cruz.

#### 4.1 PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL E NA BAHIA

O MPA destaca que o Brasil ocupava a 17<sup>o</sup> posição na produção pesqueira mundial no ano de 2010. A produção deste ano equivaleu a um total de 785.366 t, enquanto a China – a primeira colocada – produziu no mesmo ano 60.474.939 t. Deste quantitativo, o órgão evidencia que a pesca marinha no país foi a responsável por 68,3% da produção total nacional oriunda da pesca extrativa, em 2010, a qual equivale a 536.455 t. Estes dados revelam que a produção pesqueira no Brasil basicamente é desenvolvida por pescadores(as) artesanais. A base da produção chinesa é de origem industrial e sua estrutura é diferenciada da brasileira, sobretudo pela característica artesanal que possui no nosso país.

O órgão evidencia que a captura de peixes de diferentes espécies destaca-se sobre a produção pesqueira, ou seja, 950.773 kg no ano de 2012. Seguido de mariscagem (148.943 kg), crustáceos (141.299 kg) e algas (4.300 kg) (Gráfico 2). Cabe destacar que estes dados são coletados a partir dos(as) pescadores(as) cadastrados e ativos no MPA, por isso não exprime a totalidade dos pescadores do país.





**Gráfico 2** – Produção pesqueira no Brasil, 2012  
FONTE: MPA, 2012

A modalidade de pesca mais expressiva no País é o emalhe. O mesmo configura-se pela pesca de rede que é praticada em todo litoral brasileiro. A pesca de rede possui características específicas por ser praticada em grupo. Nota-se na Tabela 3, embarcação por modalidade de pesca, que a mesma encontra-se na primeira posição, com 4.012 embarcações e, em segunda colocação, a modalidade de linha, seguida por armadilha (Tabela 3).

**Tabela 3** – Embarcação por modalidade de pesca – 2010

MODALIDADE	QUANTIDADE
Linha	1.377
Emalhe	4.938
Arrasto	4.012
Cerco	437
Armadilha	3.046
Outros	1.560

FONTE: MPA, 2010

Cabe destacar que a produção pesqueira nacional está dividida em duas principais modalidades: continental e marinha. A modalidade extrativista marinha apresenta a maior participação na produção nacional até o ano de 2010, sobretudo sofre um “suave” decréscimo no mesmo ano, mesmo assim sua participação representa 68% da produção nacional. Já a pesca continental faz um movimento contrário, apresenta um aumento 2,3% entre 2009-2010, entretanto, sua participação é inferior à modalidade extrativista marinha (Tabela 4). Se comparados estes dados com os da tabela 3, pode-se notar que isso ocorre devido ao tipo de modalidade de pesca praticado, neste caso, a pesca de rede: o emalhe.

**Tabela 4** – Produção de pescado nacional

<b>PRODUÇÃO DE PESCADO (T) NACIONAL</b>						
<b>TIPO DE PESCA</b>	2008	%	2009	%	2010	%
Continental	261.283	33	239.493	29	248.911	31,7
Marinha	529.774	67	585.671	71	536.455	68,3
<b>TOTAL</b>	<b>791.056</b>	<b>100</b>	<b>825.164</b>	<b>100</b>	<b>785.366</b>	<b>100</b>

FONTE: MPA, 2010.

A região nordeste configura-se como a maior produtora do país no que se refere à pesca extrativista marinha. Tanto o MPA, quanto o IBAMA reconhece e expressa em seus boletins estatísticos a importância da região enquanto sua produção (Tabela 5).

**Tabela 5** – Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha de 2009 e 2010, discriminada por Região e Unidades da Federação

<b>REGIÃO</b>	<b>UF</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
NORTE	Amapá	7.007,7	5.865,2
	Pará	92.047,8	87.585,0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>99.055,6</b>	<b>93.450,2</b>
NORDESTE	Alagoas	8.993,8	9.511,0
	Bahia	83.537,5	74.043,0
	Ceará	23.816,4	21.254,7
	Maranhão	41.380,4	43.780,1
	Paraíba	8.987,1	8.337,3
	Pernambuco	15.019,9	10.918,3
	Piauí	3.019,4	2.994,1
	Rio Grande do Norte	24.888,2	19.962,5
	Sergipe	5.583,2	5.041,1
<b>SUBTOTAL</b>	<b>215.225,9</b>	<b>195.842,1</b>	
SUDESTE	Espírito Santo	13.102,4	14.035,7
	Rio de Janeiro	57.090,1	54.113,0
	São Paulo	27.561,1	22.440,0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>97.753,5</b>	<b>90.588,7</b>
	Paraná	6.093,7	3.141,0
	Rio Grande do Sul	18.636,3	28.455,9

SUL	Santa Catarina	148.906,5	124.977,0
	SUBTOTAL	173.636,5	156.573,9
TOTAL		585.671,5	536.454,9

FONTE: MPA, 2010

Os dados destacam que o estado da Bahia ocupa a terceira colocação em relação ao país, sendo a primeira da região nordeste. Esta produção é, basicamente, desenvolvida sob responsabilidade dos(as) pescadores(as) artesanais, devido a pesca industrial na Bahia ser inexpressiva dada as condições de nossas águas. Segundo a Bahia Pesca, esta especificidade ocorre devido à plataforma continental, pois possui uma faixa de litoral estreita de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água. Por isso, as embarcações e aparelhagens feitas com técnicas simples adaptam a estas condições (BAHIA PESCA, 2003).

Entretanto, a produção baiana é expressiva devido à extensão do seu litoral como destaca Kunh (2009), a autora enfatiza que o Estado possui um litoral com 1.188 km de extensão, 44 cidades litorâneas e 348 localidades pesqueiras, por isso, a maioria do seu pescado advém da pesca extrativa marinha.

Assim, “o litoral baiano está mais voltado para a pesca extrativa, ao passo em que as águas interiores, a destacar o Rio São Francisco e as barragens baianas, têm se destacado na produção aquícola” (KUNH, 2009, p.), fazendo com que estas especificidades garantam que a produção pesqueira baiana se destaque no cenário nacional.

Estes dados permitem refletir que a situação da pesca artesanal na Bahia mesmo apresentando um papel relevante no cenário nacional, “o circuito espacial produtivo da atividade ainda carece de organização e fortalecimento. Embora produzindo 7,5%” do pescado do Brasil, as estruturas de desembarque na Bahia são precárias, especialmente para a pesca artesanal” (KUNH, 2009, p. 96). Outro ponto que se evidencia nestas reflexões é que os dados apresentados – como destacamos no decorrer deste estudo – é também marcado pela falta de informações concretas sobre a produção pesqueira nacional e baiana, evidenciando como ocorrem os circuitos produtivos. Os últimos dados estatísticos do IBAMA referente ao ano de 2007 e do MPA referente ao ano de 2010 na esfera nacional.

Já os dados referentes ao Estado da Bahia são mais limitados devido à falta de um órgão específico no Estado. Quando nos referimos ao município de Vera Cruz (BA), a complexidade de informações torna-se ainda maior, já que o município, mesmo possuindo uma Secretaria com

extensão para a pesca artesanal, não dispõe de informações específicas sobre a produção pesqueira local.

A necessidade de saber destas informações poderia fornecer um maior conhecimento sobre a situação pesqueira no país e contribuir em ações que de fato atendam as reais necessidades dos(as) pescadores(as).

Um ponto em comum, na maioria das comunidades pesqueiras baianas, é sobre o pescado desembarcado na praia. Iniciando-se uma jornada de intermediação até chegar ao mercado local e, às vezes, regional. A intermediação feita por atravessadores (na maioria dos casos) consiste em aproveitar a falta de estrutura de armazenamento e conservação do pescado, as quais não possuem grande parte dos(as) pescadores(as). Assim,

[...] nessas condições, os atravessadores compram os produtos por um valor abaixo do real e revendem esse mesmo produto para grandes redes de comercialização. Resumindo, parte significativa da renda obtida pelos pescadores artesanais é apropriada por estes atravessadores (KUNH, p. 2009, p. 96).

A produção da pesca extrativa brasileira (marinha e continental) está em torno de 1.610.530 t (MPA, 2010). Deste quantitativo, o Estado da Bahia produziu cerca de 192.936 t nas duas modalidades, o colocando em segundo lugar na produção da pesca extrativa no Nordeste. Estima-se que existam mais de 118.223 (MPA, 2014) pescadores(as) artesanais cadastrados no Estado. Quantitativamente, esses dados estimam o papel da pesca artesanal no Estado para seu cultivo e visibilidade econômica, além de apresentar suas diversidades de produção.

Outra especificidade na produção pesqueira que merece nossas considerações são as espécies de peixes mais capturadas no país. O MPA destaca que a sardinha-verdadeira foi a que apresentou o maior volume de captura, com 62.134 t, no ano de 2010, sobretudo o órgão evidencia que houve variações anuais da captura da sardinha-verdadeira, as quais “são decorrentes de alterações da abundância que são relacionadas ao sucesso do recrutamento do estoque, o qual pode ser fortemente afetado por oscilações na estrutura oceanográfica da costa sudeste-sul do Brasil” (MPA, 2010, p. 25). A segunda espécie mais capturada neste ano foi a corvina, com 43.191 t, seguida da pescada-amarela, com 20.879 t. Nota-se, com isso, que há uma redução do pescado e mariscagem em todas as espécies de pescado no ano de 2010 como se pode observar na Tabela 6.

**Tabela 6** – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico<sup>8</sup>

Grupo zoológico	Produção		
	2008	2009	2010
PEIXES	461.641	510.524	465.455
CRUSTÁCEOS	54.830	60.475	57.142
MOLUSCOS	13.303	14.672	13.858
TOTAL	529.774	585.671	536.455

FONTE: MPA, 2010

Estes dados possibilitam reafirmar que a situação pesqueira no Brasil e também no Estado da Bahia, necessita de informações mais específicas, sobretudo os mesmos também expressam que o perfil da produção pesqueira brasileira é, basicamente, de característica artesanal. Destaca-se o papel e atuação dos(as) pescadores(a) artesanais.

Por outro lado, não expressam quem são estes(as) pescadores(as) artesanais, seus anseios e necessidades enquanto categoria, pois as especificidades aqui apresentadas são de um grupo de pescadores(as) que possuem o RGP.

#### 4.2 PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM BAIACU (BA)

A produção da pesca artesanal na Comunidade do Baiacu possui algumas especificidades que vão ganhando diferentes formas com o passar dos anos. Nesse contexto, cabe frisar o papel das mulheres, que tornam o cenário da produção pesqueira dotadas de particularidades os quais ganharam diferentes variações no decorrer de sua produção.

A partir das visitas/atividades de campo notamos que há uma transição entre as relações sociais. Essas nos remetem a permear pelas discussões teóricas sobre a pequena produção mercantil proposta nos estudos de Diegues (1983). Para o autor, as formas de organizações dos(as) pescadores(as) artesanais carregam estas especificidades, já que são modalidade de apropriação material e social determinadas pelos recursos existentes nos ecossistemas marinhos, ou seja, os(as) pescadores(as) são sujeitos que determinam tanto sua produção quanto a reprodução social por possuírem os meios para realização do seu trabalho.

<sup>8</sup>A Tabela 6 pode ser complementada com as informações dos quadros encontradas nos apêndices A, B e C.

Outra questão destacada pelo autor é que este debate não é fácil, devido às dificuldades teóricas expostas, já que “reside no fato de que o estado dos chamados modos pré-capitalistas de produção é relativamente recente estando ainda o próprio conceito em fase de elaboração” (DIEGUES, 1983, p. 203). Nas abordagens de Marx, sua preocupação fundamental era a análise interna do modo de produção capitalista e, de modo superficial, embolsou o debate pré-capitalista de produção.

Dessa forma, a pequena produção mercantil é caracterizada como uma forma que se encontra subordinada e articulada a outras modalidades de produção, a identificação dos elementos da produção mercantil se dá pela articulação de suas características internas, fruto da organização social estabelecida pelo grupo. Assim,

Marx afirma que a pequena produção atinge sua forma mais clássica no momento em que o trabalhador é proprietário dos meios de produção que ele próprio controla. É o caso do camponês que detém a terra que cultiva ou do artesão que maneja suas ferramentas como virtuoso. Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo, a dispersão dos meios de produção. Ele exclui também uma divisão de trabalho acentuada e um livre desenvolvimento das forças produtivas (DIEGUES, 1983, p. 205).

O(A) pescador(a) e a marisqueira da comunidade Baiacu são proprietários dos meios de produção, além de determinarem a organização do seu circuito produtivo. Afirmamos categoricamente que estes sujeitos possuem seus meios de produção, por visualizar em campo que a grande maioria possui suas próprias: redes, canoas motorizadas e não motorizadas, manzoá de ferro, linha, baldes, colheres e etc. Outro ponto importante nestas relações e que parte dos pescadores possuem mais de uma embarcação e alugam para outros pescadores da comunidade, existe também uma terceirização dos serviços entre os(as) pescadores(as), as marisqueiras e as vendedoras. Algumas marisqueiras contratam os serviços de outras mulheres (que também são marisqueiras) para o catado de siri, por exemplo. Nessas mediações, percebem-se as relações capitalistas de produção na comunidade, pois estas nuances irão estabelecer diferentes relações que representam ao mesmo tempo uma dualidade e também divergências, pela possibilidade de diferentes formas exploração entre os(as) próprios(as) pescadores(as), já que as posses dos meios de produção determinam hierarquias e ficam com a maior parte da produção.

Neste sentido, a comunidade adentra na lógica da pequena produção mercantil, mas não significa afirmar que estão à margem do sistema capitalista, ao contrário, transitam entre ambas. Concordamos com Kunh (2009) quando destaca que os(as) pescadores(as) artesanais, ainda que

diferenciados neste processo, inserem-se no mercado capitalista no momento da venda do produto obtido (em suas trocas e valores, tanto de *uso* quanto de *troca*), nas trocas de serviços, aluguel de embarcações, dentre outros. Os próprios agentes do capital, em diferentes escalas, se beneficiarão dessa inserção do grupo da pequena produção mercantil da pesca, assim como se beneficiam da inserção do camponês – neste caso o(a) pescador(a). Assim, notamos que o capital e sua necessidade de “reinventar-se”, cria e recria relações não-capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007, p.11).

No momento da chegada da canoa, são determinados os valores do peixe, formas de pagamento, trocas de informações sobre a vendagem entre as vendedoras e os pescadores (Figura 26).

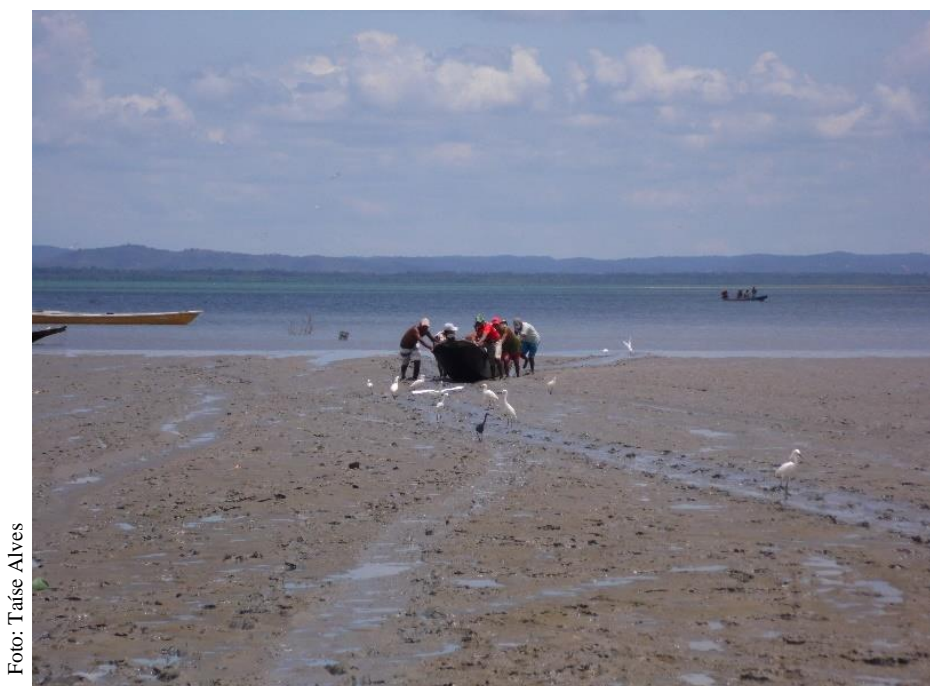


Foto: Taise Alves

**Figura 26** – Momento da chegada dos pescadores

O uso dos baldes é uma peça importante nestas mediações, pois cada balde possui 10kg e é com eles que ocorrem a medição do pescado, as próprias vendedoras levam os baldes na cabeça, os colocam com a ajuda dos pescadores e outras vendedoras. Isso ocorre de forma semelhante com a mariscagem, entretanto, para sua (re)venda (Figura 27). Sobretudo, cabe frisar aqui, que as entidades/representações pesqueiras da comunidade (Colônia de Pescadores, Associação e Cooperativa) não se envolvem nestas relações, ficando completamente à parte nessas negociações, como afirmado no capítulo anterior.



Foto: Taise Alves

**Figura 27** – Vendedoras esperando o pescado no Porto

Essas relações são evidentes na chegada dos pescadores ao porto (Figura 28). Ali, eles determinam e negociam os valores do pescado. Não há a circulação em dinheiro “vivo”, os mesmos usam a ‘camaradagem’ e a confiança no outro. Os valores, no entanto, variam de acordo ao pescado, ou seja, entre R\$5,00 a R\$25,00. O Camarão, por exemplo, é vendido por R\$ 20,00. Este valor é decorrente pela “baixa” captura do camarão nas coroas.

Uma especificidade do resgate histórico da comunidade, a qual na contemporaneidade não se faz presente graças a outras formas de manejo e conservação do pescado, era o processo de “salgar” o peixe. Atualmente, a maioria das mulheres possui, em suas casas, *freezer* para conservação do pescado e marisco, por isso este processo não se faz presente. Entretanto, era uma forma interessante de conservação, feito da seguinte forma,

Chegava no porto pegava o xangó, tirava a barriguinha aí passava sal. Aí no outro dia elas iam com dois pedaços de palito e fazia isso de um a um. Depois tirava o excesso do sal e em consequência as escamazinhas ficavam. Depois pegava aquilo e colocavam no giral para secar. Quando secava pegava e amarrava uma quantidade, 16 de um lado e do outro. Depois passou pra 6 e depois para quatro. Hoje não tem mais o processo do sal, mas sempre foi trabalhando para revender a outra pessoa (Depoimento de uma pescadora da comunidade do Baiacu, em pesquisa de campo, julho de 2014).

Por isso os pescadores destacam que houve algumas transições importantes sobre a atividade pesqueira na comunidade, e que as mulheres sempre possuíram papel central na produção pesqueira, ou seja,





Foto: Taíse Alves

**Figura 28** – Negociação entre vendedores(as) e pescadores(as)

Nosso pescado era salgado, a gente ia pescar pegava o peixe e vendia por sal. Para escamar tinha 3 pessoas que trabalhava comigo aqui. As mulheres trabalhavam comigo, ela vinha pegava o peixe descamava e botava no sol pra depois pegar para vender em Nazaré, ia de barco, as vezes passava três dias viajando [...] Hoje o trabalho tá evoluído, elas mesmo compram e elas mesmas vão vender, não precisa trazer para casa descamar, lavar, botar no sol, chamar o companheiro para amarrar tudo ali [...] (Depoimento de um pescador da comunidade do Baiacu, em pesquisa de campo, julho de 2014).

Mineiro (2010) destaca que o processo de salgar o pescado estava atrelado à sua comercialização, mas que também era uma forma de estocá-lo. A autora ainda afirma que os pescadores precisavam sair da Ilha para vender em Salvador, em Nazaré ou em Santo Antônio de Jesus “[...] e os peixes que eram pescados ou eram levados frescos para serem comercializados nas cidades vizinhas ou eram salgados, secos ao sol e estocados para serem consumidos no inverno” (MINEIRO, 2010, p. 71).

Notamos que a transição do ‘peixe salgado’ está relacionada à evolução das técnicas, meios e formas de produção, caracterizando também uma divisão do trabalho. Pelo depoimento do pescador havia três mulheres que trabalhavam para ele no tratamento do pescado, elas descamavam e salgavam, ou seja, ele enquanto pescador determinava as relações de produção, já que a matéria prima estava ao seu cargo (o peixe/ o marisco) e o mesmo ia vendê-lo. Entretanto, atualmente, as mulheres do Baiacu não trabalham mais para os pescadores, elas compram o pescado deles, mudando também as formas de conservação e manejo do pescado.

Os depoimentos dos pescadores e vendedoras fizeram chegar à seguinte conclusão resumida no Quadro 4, em que destaca-se a evolução das técnicas de produção, diminui o tempo de tratamento e manejo do pescado, assim como a quantidade de mulheres. Por outro lado, nota-se que há uma grande dependência do *freezer* para que o pescado chegue com qualidade até o cliente e a diminuição do tempo de trabalho pode ser um vetor que valoriza a produção.

**Quadro 4** – Evolução das técnicas de conservação da produção pesqueira no Baiacu

ITENS	PRÁTICA ANTIGA	PRÁTICA ATUAL
TIPO	Peixe Salgado	Peixe Fresco-congelado
ENERGIA USADA	Sol	Elétrica
MATERIAIS NECESSÁRIOS	Água Faca Giral Palito Sal	Água Faca <i>Freezer</i> Embalagem
TEMPO USADO	3 dias	3 a 4 horas
PESSOAS ENVOLVIDAS	3 a 4 mulheres	1
VALOR	Menor valorização do pescado	Pescado mais valorizado por ser fresco

FONTE: Pesquisa de Campo, 2014

Os(As) pescadores(as), marisqueiras e vendedoras não sabem responder ao certo quando as mulheres assumem o papel do escoamento da produção local, mas destacam que ocorre há anos e desde crianças estão envolvidas, sendo uma herança que também perpassa para suas filhas/filhos.

Assim, percebe-se que as transições de tempo-espço são características que os homens carregam para se adaptarem às necessidades impostas pela dinâmica da sociedade, as quais evidencia Santos (2006). Para o mesmo, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes ali mesmo onde estão, novas características. Outro ponto destacado por Santos (2006) são as relações de escalas que também interferem nestas transições, já que

[...] temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. Aliás, a palavra escala deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos (SANTOS, 2006, p. 99).

Por consequência, os eventos ganham força pelas relações entre as escalas, ou seja, Baiacu destaca-se no cenário pesqueiro de Vera Cruz no momento em que seu pescado amplia seu circuito, e, sobretudo, quando as mulheres deixam de ser submissas no sentido de não apenas cuidarem do tratamento e limpeza do pescado para serem protagonistas de dominar as

técnicas de produção, não apenas da mariscagem, mas possuem também suas canoas e ao mesmo tempo “governá-las” e por dominarem a vendagem do pescado na comunidade.

Este processo é marcado pelo relato dos pescadores. As mulheres não ficaram responsáveis apenas por mariscar, elas fazem parte de todo o processo da atividade pesqueira, desde o tratamento do pescado após a pescaria; elas são especialistas em catar siri, além de serem (sempre) responsáveis pelo escoamento e circulação do pescado e/ou mariscagem para outros locais da Ilha e municípios,

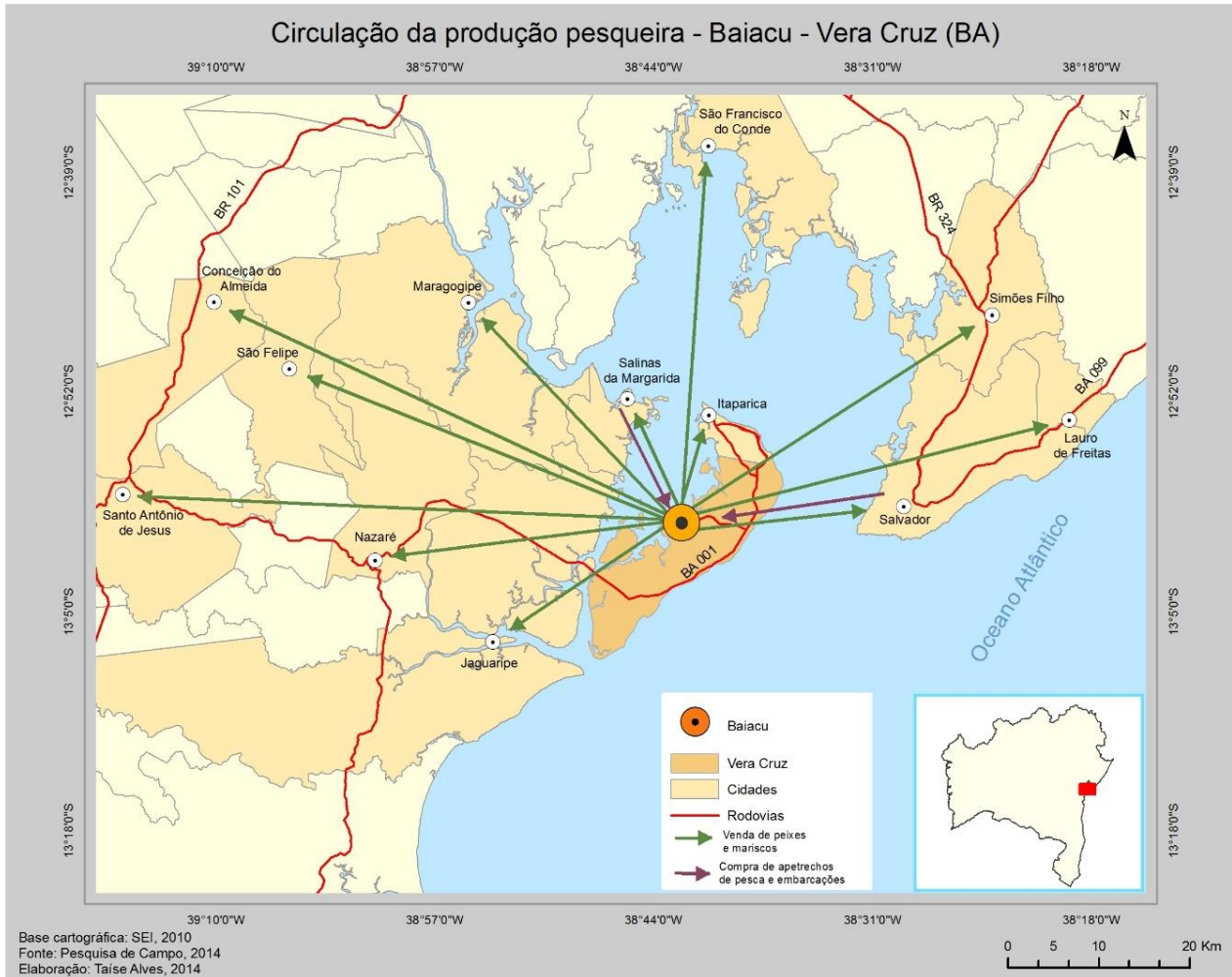
Cada menina dessa vende em um lugar, eu mesmo, saio para vender dia de sexta-feira, os outros dias “tô” na maré. Levanto bem cedo, pego o primeiro *ferry*, levo o pescado todo tratadinho e vou vender na Ribeira [...] e meus clientes são certos, já vendo a anos lá (Depoimento de uma vendedora da comunidade do Baiacu).

Por isso, evidenciamos a complexidade de entender o papel destas mulheres no Baiacu, pois as mesmas têm funções múltiplas na comunidade. Elas fazem o papel dos chamados “atravessadoras”, são marisqueiras, são pescadoras, fazem o tratamento e manejo do pescado, são especialistas no catado do siri e determinam o circuito e escoamento da produção pesqueira da comunidade. Uma única mulher pode assumir todos estes papéis na comunidade. Assim, cada vendedora possui um ponto de venda em específico, possuindo uma lista de clientes fixos. A grande maioria transita em diferentes bairros de Salvador, como Bonfim, Ribeira, São Joaquim, Liberdade além do Mercado do Peixe. Outras ficam em Itaparica, São Francisco do Conde, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, CIA (Simões Filho), Nazaré, São Felipe, Conceição do Almeida e demais locais. Ocorre também a venda em Vera Cruz, mas é um movimento bem específico, pois só ocorre fortemente na época do verão quando a Ilha possui um maior fluxo de turistas. Neste caso, é vendido para bares e restaurantes (Figura, 29).

Outra característica dos(as) pescadores(as) do Baiacu é que eles(as) possuem quintais produtivos em suas casas, e isso configura-se como uma forma alternativa de produção de trabalho, mais uma agricultura de subsistência (Figura 30) para seus próprios consumos. Tem plantações de coco, tomate, pimenta, acerola, banana e até feijão.

Santos (2006) destaca que cada lugar, à sua maneira, é o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. Neste caso, a dimensão do cotidiano se faz presente, já que é esta a dimensão que dará a cada lugar suas características, “pois o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial” (SANTOS, 2006, p. 217). Assim, percebe-se esta dinâmica no Baiacu, pois a

organização dos(as) pescadores(as) demonstra uma apropriação desse espaço e lhe caracteriza como um lugar único, com relações que se fazem fixar na atividade pesqueira.



**Figura 29** – Circulação da produção pesqueira – Baiacu–Vera Cruz-BA

Outra dimensão que merece nossas considerações são os diferentes tempos que se cruzam na comunidade, passado/presente e até mesmo o futuro, mediados pelo cotidiano destes sujeitos, revelando as experiências com a natureza e permitindo evidenciar que os pescadores do Baiacu fazem deste espaço seu recurso. Recurso de trabalho, recurso de sentido, de relações, da própria vida, pois é desse espaço que retiram suas rendas, mas não se configura apenas pela lógica capitalista de produção, mas suas sociabilidades. Neste sentido, atribui-se relevância às ideias de Silva (2014), quando retifica,

[...] para o(a) pescador(a) que vive a experiência de vivenciar a natureza, como recurso, o mar como trajeto de seu corpo no espaço (o vento, as marés, a chuva, o sol), a natureza não é recurso segundo a lógica capitalista, não é metáfora, é a tessitura do seu corpo, é sua condição de existência que envolve elementos de



imanências – necessidades imediatas de acesso à riqueza, trabalho e renda, mas ao mesmo tempo transcendência, sentido do seu fazer, construído pelas relações culturais – de estar mundo, tecer rede, pescar, de navegar, de saber sobre os perigos do mar (SILVA, p. 23, 2014).



Foto: Taíse Alves

**Figura 30** – Plantação de banana nos quintais dos pescadores(as)

Só adentrando na realidade cotidiana dos(as) pescadores(as) e marisqueiras do Baiacu que os percebemos e sabemos de seus dilemas, conflitos e dificuldades acerca da atividade pesqueira exercidas por eles(as). Já que os mesmos por estarem geograficamente na contracosta da Ilha, são esquecidos ou até mesmo (des)conhecidos. Esta afirmação pode parecer pragmática ou até mesmo tendenciosa, por estarem exatamente neste lugar que ocorrem as limitações em relação ao acesso de informações e deslocamento a comunidade. Nas atividades de campo, isto ficou visível, é só destacar-se, como por exemplo, o acesso à comunidade pela BA 001 e por estarem em área de mangue, há um desprestígio turístico por Baiacu, deferente de outros locais da Ilha.

Por isso, destaca-se que somente acompanhando o cotidiano dos(as) pescadores(as) e marisqueiras, é que se percebem os conflitos expostos, não apenas pelos seus relatos, mas observando-os, buscando entender os “jogos” de relações estabelecidas para analisar os elementos que compõem este espaço no cotidiano presente, já que o pescador é ser, é presente, vive e experimenta a modernidade como qualquer pessoa na contemporaneidade (SILVA, 2014). Outra questão que não podemos furtar de evidenciar aqui é que estes(as) pescadores(as)

estão inseridos e experimentam a modernidade do capitalismo, pois querem melhores condições de vida e acessos a outras instâncias sociais. Já que estão em contato com o mundo, se relacionando, vivendo outros espaços, as relações de escalas também dimensionam esta relação e os desejos.

#### 4.3 A PESCA E A MARISCAGEM EM BAIACU

Os equipamentos de pesca, ou seja, as artes de pesca são definidas como uma combinação de equipamento, espécie-alvo e localização geográfica, que perpassa por um conjunto de critérios de tomada de decisões que ligam um dado comportamento de pesca com os objetivos e adversidades a qual influencia comportamentos, sendo um processo de tomada de decisões dos pescadores envolvidos (MINEIRO, 2010).

Para os pescadores, na comunidade do Baiacu, a principal arte de pesca praticada é a pesca de rede. Porém, em atividades de campo, notam-se outras artes presentes na Comunidade.

Alguns petrechos de pesca são comprados em casas especializadas em Salvador e em Salinas das Margaridas, assim como algumas embarcações. As redes são armadilhas feitas com fibras de origem vegetal, a partir de uma planta nativa, a cana-brava (*Gynerium sagittatum*) e também de fibra sintética (náilon).

A pesca de rede é uma prática histórica na Ilha de Itaparica, sempre esteve presente como uma das artes de pesca predominante na área. No entanto, a matéria prima de sua confecção foi mudando ao longo dos anos, decorrente dos problemas sócio-ambientais e práticas sociais próprias da expansão urbana na Ilha, apesar dos pescadores ainda manterem hábitos herdados dos mais antigos e as confeccionarem.

No entanto, Mineiro (2010), em seus estudos sobre a atividade pesqueira na Ilha de Itaparica e na comunidade pesqueira de Aratuba, evidencia que os pescadores locais utilizavam, até meados dos anos de 1970, fibras da palmeira chamada de 'ticum' ou 'tucum' para confecção das redes de pesca. Quando manchas de Mata Atlântica foram derrubadas para a construção de condomínios de veranistas, foi ficando difícil encontrar na região a planta, assim, aos poucos as fibras foram sendo substituídas por outras fibras vegetais e por fim pelo náilon, produto derivado do petróleo, uma poliamida, com maior resistência ao desgaste e ao tracionamento, mas que não está disponível na natureza.

No campo da mariscagem, a jornada de trabalho é em torno de 5 a 6 horas diárias e variam de acordo as condições da maré. Para Freire et al. (2011), as condições da maré alta ou baixa atuam como demarcador do tempo e da jornada de trabalho das marisqueiras o que tem

reflexos sociais e culturais significativos na organização do modo de vida destas mulheres. Outro ponto,

[...] é o trabalho de beneficiamento do marisco, o qual é realizado no espaço doméstico, em áreas anexas à residência, nos quintais, que permita aliar outras atividades como as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, por exemplo. No beneficiamento o processo de tratar o marisco envolve a catagem, lavagem, embalagem, armazenamento para a venda (FREIRE, et al. 2011, p. 2-3).

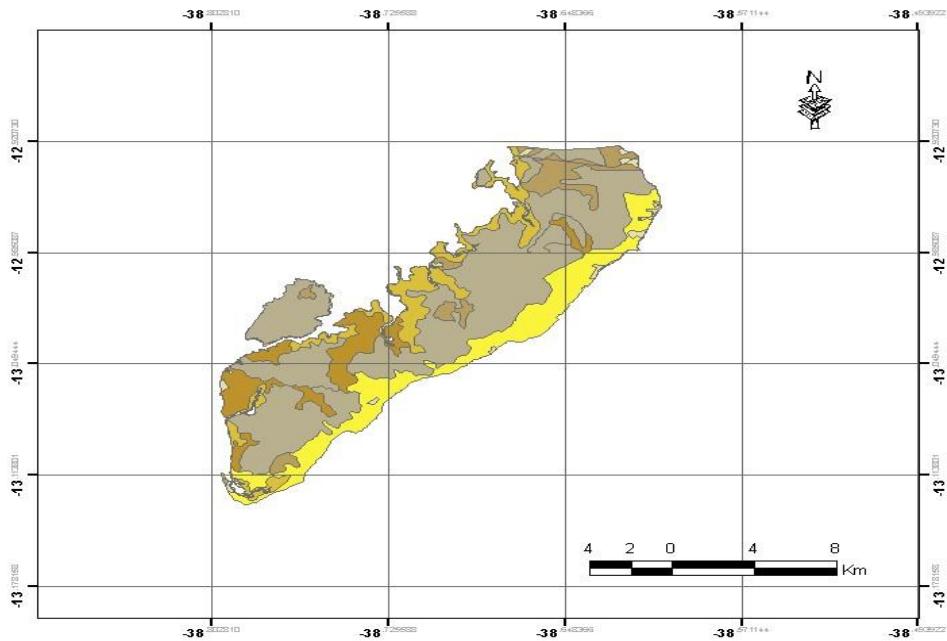
Na mariscagem, os instrumentos utilizados para a captura dos mariscos são artesanais, confeccionados pelas mulheres e variam entre pequenos facões, (retirar ostra), baldes, ganchos (retirar sururu), colher (retirar bebe fumo). Após chegarem em casa, as marisqueiras os lavam cozinham e catam (a exemplo da ostra) para realizar sua comercialização. Uma especificidade dessas marisqueiras é que elas possuem suas próprias canoas e elas mesmas as governam. Geralmente, vão em grupo de três mulheres (Figura 31).

Para Prost (2008), o manguezal representa um ecossistema costeiro extremamente importante para a vida, em razão de suas diversas funções ecológicas. Estão situados em foz de rio, estuário ou até em linha de costa. O mesmo cumpre muitas funções, tais como retenção de sedimentos e matéria orgânica, proteção das margens da baía, berçário e viveiro de diversas espécies da *ictiofauna*, mas também de espécies anfíbias e de aves e ainda é importante para a conservação de recifes de coral localizados a dezenas de quilômetros. Essa riqueza expressa em alta produtividade primária, do ponto de vista biológico, serve de base para as práticas sociais e o sustento consequente de numerosas populações costeiras, no Brasil e no mundo. No município de Vera Cruz, o manguezal possui uma cobertura vegetal expressiva e está presente em toda contra-costa da Ilha (Figura 32).

Em Baiacu, as espécies de mangue identificadas são: mangue vermelho (*Rhizophoramangle*) e o mangue branco (*Laguncularia racemosa*). Estes possuem um importante ecossistema que concentram boa parte da produção pesqueira da comunidade (Figura 32). As espécies de mariscos encontradas são: sururu, aratu, ostras, papa fumo, mapé, lambreta, caranguejo, tesoureiro e siri.



**Figura 31** – Imagens da mariscagem em Baiacu



**Legenda de Vegetação**

**Vegetação**

**N\_CLASSE**

- Agricultura/Pecuária
- Brejo
- Floresta Secundária
- Lago, Açude, Represa
- Mangue
- Restinga
- Área Urbana

**Figura 32** – Mapa de cobertura vegetal do município de Vera Cruz-BA  
(FONTE: Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PERH-BA), CD-ROM.)





**Figura 33** – Imagens de manguezais presentes no Baiacu

Outra importante arte de pesca encontrada em Baiacu é o manzoá. Para Mineiro (2010), configura-se como um tipo de armadilha empregada na captura de peixes e crustáceos. Seus modelos de covos variam de acordo com a forma em outras comunidades pesqueiras da Ilha, assim como tamanho e a matéria-prima utilizada na confecção. Sua estrutura pode ser de madeira ou ferro, revestida por uma tela ou entrançado de cana-brava, bambu, arame ou madeira. De modo geral, é uma armação semi-fechada, apenas com uma pequena abertura, que permite a entrada do pescado, retendo-o depois no interior, até o momento da despesca. Na comunidade do Baiacu é encontrado o manzoá de ferro (Figura 34).

Entretanto, para os pescadores da comunidade a prática da pesca de rede (Figura 35) os diferencia de outros locais da Ilha, já que a mesma é praticada em grupo e constitui uma unidade de trabalho, constituindo uma forma de companheirismo entre os sujeitos da pesca.

Estes peixes também são vendidos para isca de manzoá. A malha e tamanho variam de acordo com o pescado que se pretende capturar e o local de pesca. Para Mineiro (2010), os nomes dados às redes, pelos pescadores(as) da Ilha, estão por vezes, associados ao tipo de pescado capturado.

Segundo a autora, os mais comuns são: Arraieira (arraia), paruzeira (paru), tainheira (tainha), agulheira (peixe agulha). Tais referências também são encontrados em Baiacu como é mostrado no Quadro 05:

**Quadro 05** – Caracterização e possibilidades de usos dos diferentes tipos de rede em Baiacu

TIPO DE REDE	MALHA (mm)	PERÍODO	SÍTIO DE PESCA	PESCADO
Caçoeira	25 - 50	Verão Inverno	Coroas (entrada) Enseada (de mangue)	Bagre Obarana Sardinha

Rede de Arrasto	12	Verão Inverno	Entrada de mangue	Todos os pescados
Tainheira	20	Verão Inverno	Canal de mangue	Tainha
Calão ou Arrastão	25 20	Verão Inverno	Beira de terra	Bicuda Camarão

Fonte: Pesquisa de campo, 2015



Fotos: Taíse Alves

**Figura 34** – Manzoá de Ferro – Baiacu



Fotos: Taíse Alves

**Figura 35** – Rede de náilon – Baiacu

Estas características fazem com o que o território pesqueiro da comunidade do Baiacu seja abrangente, diverso e ao mesmo tempo contraditório. Nota-se que os pescadores têm uma área de pesca abrangente, eles pescam nas águas de Matarandiba (Vera Cruz), Ponta Grossa (Vera Cruz), Itaparica, Salinas das Margaridas, Madre de Deus e em Salvador (Ilha de Maré, Suburbana e Ribeira), evidenciando um território pesqueiro compartilhado com outros pescadores da BTS (Figura 36).

As contradições da produção pesqueira no Baiacu perpassam pelo discurso do declínio do pescado e o fim da pesca. É comum, nas falas dos(as) pescadores(as), evidenciarem que podem sair para a pescaria e ser mal sucedida, devido à diminuição do pescado nos últimos anos, pois “é assim, hoje vamos pescar e nem sabemos se vamos trazer alguma coisa” (Pescador-Baiacu, pesquisa de campo, outubro de 2014). Segundo os dados da Colônia de pescadores Z11, no primeiro semestre deste ano, a produção pesqueira do Baiacu ficou em torno de 36.741kg (Tabela 7).

Por outro lado, entender os fatores desta redução é a uma das principais contradições em torno da produção pesqueira em Baiacu. Primeiro, pelos antecedentes históricos na Ilha de Itaparica. Para Castellucci Junior (2007) e Mineiro (2010), o processo de expansão urbana da Ilha, entre 1950-1980, relacionada à criação da Petrobras, implementação da Refinaria Landolfo Alves, do Centro Industrial de Aratu (CIA), do Pólo Petroquímico de Camaçari, do sistema *Ferry Boat* e lanchas, a construção da Ponte do Funil (que liga a Ilha ao continente, especificamente ao Recôncavo Baiano) e da BA 001, trouxeram,

Intervenções no meio ambiente em diversos povoados após a ampliação do acesso à Ilha e o crescimento urbano e turístico [...] a ocupação desordenada do espaço litorâneo, causada pela expansão urbana leva a inúmeros aterros de mangues, desmatamentos litorâneos, construção de estradas e marinas que interrompem ou destroem os ciclos de energia e nutrientes dos ecossistemas estuarinos, erosão costeira, favelas, lixo e esgoto ao ar livre (MINEIRO, 2010, p. 78).

Tais empreendimentos podem estar relacionados à diminuição da produção pesqueira no Baiacu, já que o relato dos pescadores e marisqueiras evidenciam que a diminuição do pescado vem ocorrendo entre 15 a 20 anos e cruzam-se com a construções dos mesmos.

Segundo, por algumas técnicas de produção usadas pelos(as) pescadores(as) conciliar-se com este fenômeno:

- a. Existe pesca com bomba na comunidade, os(as) pescadores(as) afirmam que quem pratica “são os pescadores de fora”;

- b. São muitos pescadores/marisqueiras que praticam a atividade pesqueira no Baiacu nas 27 coroas presentes durante esses anos, intercalando com o uso da rede de náilon que causam a predação da pesca;
- c. E, por consequência, eles pescam peixes pequenos para vender como isca, assim como camarão, ostras e demais espécies. Não havendo possibilidade dos mesmos se reproduzirem.

Desta forma, cabe fomentar/desenvolver um trabalho de práticas ambientais com os(as) pescadores(as) e marisqueiras na comunidade, reafirmando a importância da reprodução das espécies, respeitando seu período de reprodução, além de estudos mais aprofundados sobre as razões deste fenômeno. Para que os(as) próprios(as) pescadores(as) não desenvolvam e contribuam com práticas que depredem seu território pesqueiro tradicional.

**Tabela 7** – Produção (kg) pesqueira no Baiacu

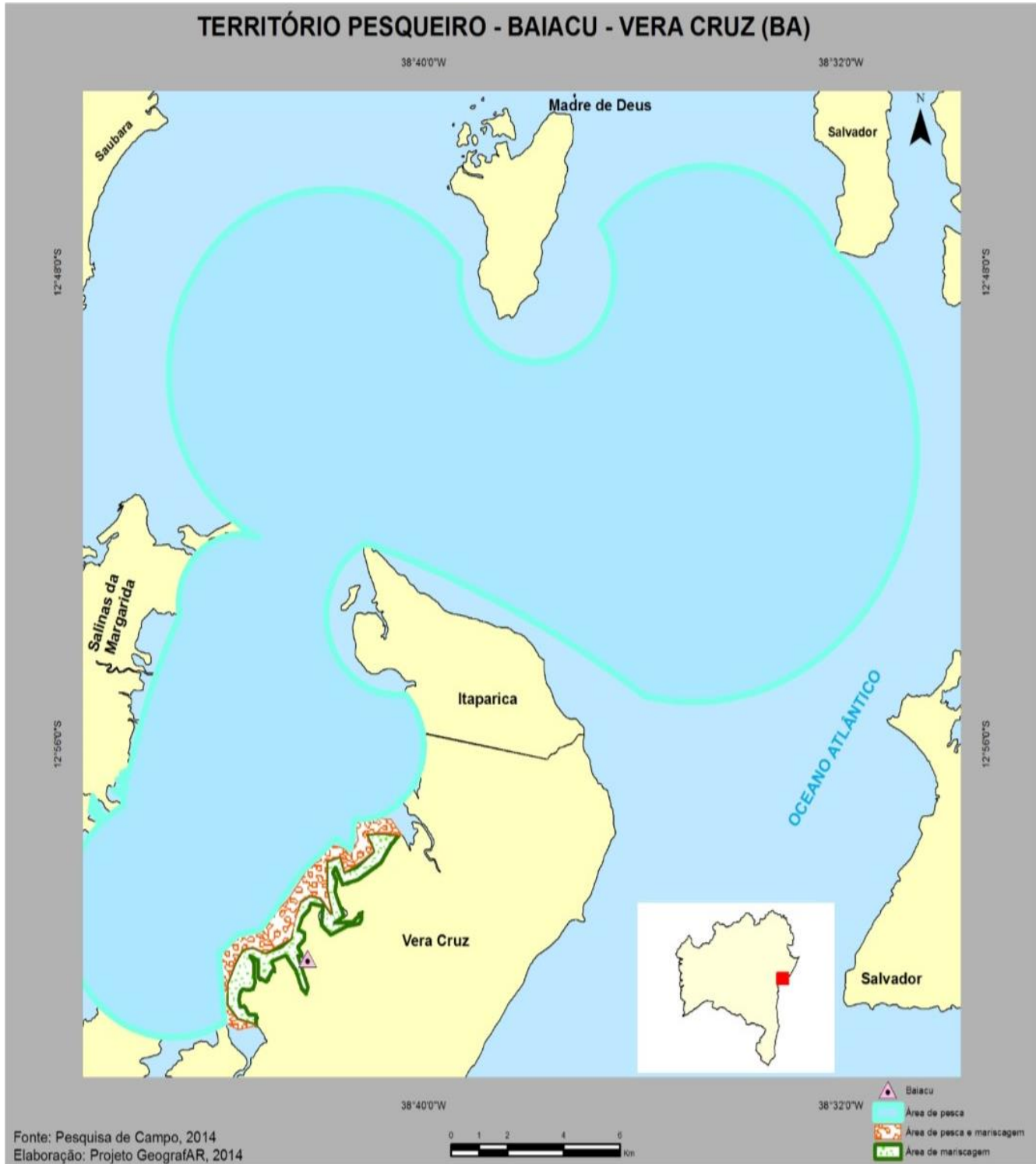
ESPÉCIE	JANEIRO	FEVEREIRO*	MARÇO	ABRIL**	MAIO
Agulha	25		19	16	12
Agulhão	12		5.5	-	-
Arabaiana	36		-	-	-
Ariacó	-		-	-	-
Arráia	473		132	88	110
Atum	18		-	-	-
Aracimbora	-		-	-	-
Aratu	120		28	50	-
Baiacu	-		-	-	-
Bandejo	-		-	-	-
Bagre	480		69	46	32
Beijupirá	26		-	-	-
Bicuda	92		37	33	29
Bonito	26		-	-	-
Cação	20		-	-	-
Camarão G*	46		29	-	-
Camarão M *	4.222		2.614	-	-
Camarão P *	1.133		911	-	-
Caranha	-		-	-	-
Caranguejo	320		180	120	134



Carapeba	96	56	21	30
Cavala	140	172	85	58
Cioba	28	-	-	-
Corvina	46	26	16	19
Dentão	-	-	-	-
Dourado	-	-	-	-
Espada	18	-	-	-
Garoupa	-	-	-	-
Guaiuba	-	-	-	-
Guaricema	117	78	44	35
Lagosta	6	-	-	-
Manjuba	22	28	15	-
Marisco	190	36	-	-
Mero	8	-	-	-
Outros	280	-	-	-
Peroá	-	-	-	-
Pescada	90	66	61	45
Robalo	115	48	22	12
Sardinha Faca	8.200	2.700	920	660
Sardinha Reino	80	-	-	-
Siri	300	420	250	220
Tainha	720	480	210	145
Vermelha	170	93	55	42
Voador	-	-	-	-
Xangó	-	4.150	2100	920
Xaréu	-	28	22	14
Xixarro	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>17650</b>	<b>12400</b>	<b>4174</b>	<b>2517</b>

\* Não houve contagem /\*\* Abril – Maio período de desova

FONTE: Colônia de Pescadores Z 11



**Figura 36** – Território Pesqueiro do Baiacu

Observa-se, na Tabela 7, uma significativa queda na captura do pescado, no primeiro semestre de 2014, mas, ao mesmo tempo, uma variação das espécies de pescado presentes nas áreas de mangue e de pesca, em rica diversidade como: camarão, peixes (pescada, vermelho, sardinha, tainha, robalo, baiacu, lula, carrapato, corvina, cavala, pampo, carapicu, miroró, pititinga, peixe galo, arraia), mariscos (chumbinho, rala-coco, peguari, caraúna, siris, sururu) e dentre outras (Figura 36).



Figura 36 – Espécies pesqueiras presente no Baiacu: da esquerda para direita: cavala, sardinha, carapicu, camarão; ostra; pititinga; peguari, siri

A produção no mês de janeiro é significativa, porém, nos meses seguintes, o quantitativo é bem inferior. Além disso, deste total, retira-se o camarão, pois o mesmo, de abril a maio, encontra-se em período de reprodução/desova, a própria época do defeso, evidenciada pela Colônia de Pescadores Z11. Outra especificidade destes dados é que a contagem é feita pelos baldes, como afirmado anteriormente, devido à falta da balança na Colônia e também por ser próprio da prática cultural dos pescadores do Baiacu. Ao acompanhar algumas vendedoras, percebeu-se que a contagem é feita no “olho”, com o auxílio dos baldes. Cada balde possui 10kg, e assim são feitas as negociações entre vendedoras, pescadores(as) e marisqueiras.

Outro ponto curioso da Tabela 7 é a não captura de Baiacu, peixe que era considerado abundante na comunidade. Nessa ótica, a Tabela 7 reflete os relatos dos pescadores e marisqueira e condiciona nossa reflexão sobre a diminuição do pescado na comunidade.

Ainda sobre os problemas sócio-ambientais da produção pesqueira na comunidade, um ponto mais agravante, para além das práticas desenvolvidas pelos(as) pescadores(as), foi o processo de expansão urbana e “abertura da Ilha”, os quais podem ter sido os principais indícios das intervenções ambientais neste espaço. Por isso, afirmamos que cabe uma abordagem mais aprofundada desse fenômeno, tanto na comunidade, quanto no próprio município de Vera Cruz,

visto que a mesma não vem ocorrendo de forma isolada e não é exclusivamente da comunidade, mas de toda a Ilha de Itaparica.

Por isso, outro empreendimento que acarretará significativas mudanças nas comunidades pesqueiras da Ilha e contribuirá com o cenário das questões ambientais, econômicas e políticas é a construção da ponte Salvador-Itaparica.

A proposta de construção da ponte não é recente. Desde 1980, discute-se a sua implementação, com o objetivo de melhorar o deslocamento para a Ilha e mobilidade urbana. Para o governo do Estado, o empreendimento significa diversos benefícios. O projeto tem como discurso o desenvolvimento – para os municípios, Salvador, além da interligação do projeto ao sistema viário oeste –, entre eles, a “integração entre o Recôncavo e a capital, o desenvolvimento da atividade turística e a solução dos problemas relativos à travessia entre Salvador e a Ilha de Itaparica” (FERREIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p. 2).

O governo do Estado também complementa que o projeto deve impulsionar o crescimento regional e melhorar a qualidade de vida das pessoas pelas dimensões: econômica, social, planejamento urbano e infraestrutura e respeito sócio-ambiental, além da democracia participativa.

Até então, não existe um estudo apontando os problemas sócio-ambientais da construção da ponte, mas podemos alegar que existe sim possibilidade do empreendimento agravar as relações sociais, disputas territoriais, desigualdades econômicas e, principalmente, a manutenção da atividade pesqueira no município.



## 5 ENTRE (IN)CONCLUSÕES

A atividade pesqueira artesanal detém uma importância histórica no cenário brasileiro que transita pelas esferas sociais, culturais, políticas e econômicas. Representa uma herança que carrega tradições, identidades, modos de vida, a qual permite afirmar que os sujeitos que vivem da atividade fazem desta prática a condição de sua existência.

Por isso, ao nosso “olhar”, o(a) pescador(a) artesanal (o sujeito que pratica a atividade) historiciza, socializa e cria condições de sua existência material a partir “dos usos” da natureza. Para realizar seu trabalho, o(a) pescador(a) artesanal depende diretamente da mesma para sua reprodução social. Por esse caráter o sujeito da pesca é um agente que organiza o espaço, pois o mesmo criará formas de relações, trocas, usos a partir de suas experiências e místicas que irão se estabelecer tanto na água quanto na terra.

No decorrer das reflexões deste estudo, percebeu-se que o debate sobre atividade pesqueira, assim como os(as) pescadores(as) artesanais, “carregam” uma dimensão complexa, pois não cabe apenas discorrer sobre ambos em única perspectiva. Entender como estes sujeitos vivem e praticam a pesca numa perspectiva geográfica perpassa pela tríade que nos orientou no decorrer deste estudo, ou seja, a dimensão do espaço geográfico pela sua produção, identidades e contradições, relação que ambos têm com a terra, território e a água. Nestas mediações, cabe analisar a pesca artesanal através destas conexões.

Na comunidade do Baiacu, nota-se que os(as) pescadores(as) criam relações, trocas, mecanismos que estabelecem uma organização específica, que denomina-se, neste trabalho, como espaço pesqueiro. O mesmo pode ser entendido como um espaço articulado e compartilhado que envolve tanto o trabalho realizado pelo(a) pescador(a) e a marisqueira, através dos usos da natureza enquanto seu recurso, ou seja, os mares, rios, mangues, lagoas. Nesse sentido, esse espaço, assim articulado, é também mediado pelas relações sociais que não envolvem apenas o sujeito pescador, mas a atuação de outros agentes sociais, como as entidades ligadas à gestão da atividade, o próprio Estado, os atravessadores e vendedores(as).

Cada sujeito ou agente caracteriza a produção do espaço, são eles(as) que determinam as relações, mediações e ações que garantem sua existência e seus mecanismos de territorializar os fenômenos que ocorrem no mesmo. Cabe ainda frisar a relação terra e água, já que é na água que a realização do trabalho e na terra que ocorre a venda/negociação/troca da produção pesqueira. É na terra também onde se encontram as moradias destes sujeitos, suas sociabilidades, suas vidas.

Neste sentido, o que significa ser pescador(a) artesanal na contemporaneidade? O que fazem estes sujeitos se fixarem nesta atividade? Isto foi algo que motivou a execução da pesquisa, pois as falas iniciais dos(as) pescadores(as) entrevistados(as) era pela sua negação, que é uma profissão difícil, cansativa, trabalhosa... mas, por outro lado, ser pescador(a) “significa ter uma renda certa, todo dia eu tenho um dinheirinho”<sup>9</sup>. Isto também faz parte do componente do espaço pesqueiro, pois mesmo a atividade, possuindo uma ancestralidade, mística, cultura, ser pescador(a) artesanal na sociedade contemporânea significa também uma forma de resistência.

Neste sentido, temos a pesca artesanal em Vera Cruz (Ba), que, no primeiro momento, apresenta um cenário em aparente ordem, entretanto, carrega uma dimensão conflitante. Em vista às relações políticas que se encontram entre os Pescadores x Colônias; Pescadores x Associações; Pescadores x Sindicato; Sindicato x Colônias; Colônias x Associações; e Cooperativa x Pescadores percebeu-se disputas de poder e autonomia sobre a atividade no município. Destacamos como um “conflito silencioso”, pois não há relatos de situações explícitas que envolvam estes sujeitos e grupos. Mas, por outro lado, estas relações permanecem assim para a manutenção do controle da ordem instituída.

Outra questão é sobre o papel do Estado nestas relações, em específico, a PMVC, que em nossas reflexões, encontra-se totalmente à parte destas relações e não conhece quem são os pescadores que compõem seu município. Destaca-se este perfil pelas fragilidades de informações referentes à pesca/pescadores(as) artesanais e por delegarem todas as ações administrativas as Colônias de Pescadores.

Assim, evidencia o despreparo diante das políticas exercidas pela PMVC perante os(as) pescadores(as) artesanais e é legitimada pelos(as) pescadores(as) locais, reafirmando uma condição histórica que circunda a gestão pesqueira no país, que é seu grau de invisibilidade.

Há um forte discurso entre a população local que a pesca artesanal no município pode chegar a sua extinção, que no passado a pesca era mais produtiva que atualmente. Na comunidade do Baiacu, estes discursos também prevalecem. Há, de fato, uma redução da produção pesqueira nos últimos anos. Mesmo os pescadores do Baiacu possuindo um amplo território pesqueiro (estende-se até Salvador) a produção pesqueira encontra-se em declínio. Entretanto, estudos sobre a BTS e em diferentes locais do próprio município Vera Cruz (como Aratuba citadas no decorrer desta dissertação) evidenciam que este fenômeno não se configura

---

<sup>9</sup>Depoimento pescador artesanal – Baiacu – pesquisa de campo. Out. 2014.

como caso isolado da comunidade, mas perpassa como um fenômeno que vem se intensificando fortemente nos últimos anos.

Assim, este fenômeno é um componente da negação de ser pescador(a) na comunidade do Baiacu. Devido à instabilidade pela “procura” do pescado, a própria desvalorização social, as condições de trabalho, as relações estabelecidas pelas entidades ligadas à gestão pesqueira local, a valorização de outros setores pesqueiros ligadas à indústria, vem sendo “instrumentos” carregados de ideologias e condicionam estes sujeitos a descaracterizar a atividade perante a si mesmos e a seus filhos e filhas.

Neste sentido, outro aspecto deste componente é a desvalorização da atividade pesqueira que circunda na comunidade. Entretanto, a sua desvalorização é fruto da uma ação conjunta, a qual envolve os próprios pescadores(as), a gestão pesqueira local, as relações que estão em torno da própria atividade e os jogos políticos das entidades. Com isso existe um simbolismo muito forte no município de Vera Cruz, que também recai na comunidade, que ser pescador(a) é algo sem prestígio, sem valor, uma profissão “sem futuro”.

Nota-se que a história da pesca artesanal na Ilha de Itaparica foi marcada pela presença indígena e depois do negro escravizado, “personagens” que sempre estão à margem do contexto social brasileiro, em diferentes contextos, e relacionados à miséria e aos descasos sociais, além de carregadas ideologias. Percebe-se que a atividade pesqueira na Ilha e, sobretudo, em Baiacu, é resultado de uma atividade delegada aos os pobres, opção reserva aos menos instruídos, suja, coisa de preguiçoso e demais denominações pejorativas. Discursos que buscam legitimar o fim da pesca artesanal. Por outro lado, o pescado é um alimento nobre, consumido em todo o mundo, com altos valores em restaurantes e estabelecimentos comerciais, inclusive em Vera Cruz.

A reafirmação da atividade pesqueira, enquanto algo de menos prestígio econômico e social, leva os próprios pescadores do Baiacu não valorizarem seu pescado, repassando-o por baixos valores.

Estas constatações foram visíveis no grupo de alunos da escola por meio dos discursos que esses carregam. Nota-se que trazem consigo a reprodução do pensamento de seus pais, familiares, mas, por outro lado, esses meninos e meninas experimentam, praticam, vivem a pesca artesanal em seu cotidiano.

Por outro, nota-se em Baiacu o protagonismo das mulheres. Elas são importantes para a dinâmica da atividade pesqueira na comunidade. Percebe-se que as mulheres são “o componente” principal da produção do espaço por determinarem de certo modo a realização da produção pesqueira. Mesmo a cargo da maioria dos homens o ato de pescar, eles não se

responsabilizam pela comercialização da produção. Desta forma, estas mulheres formam os arranjos da estrutura da produção, criam diferentes territorialidades, além de influenciar na geopolítica local, pois qualquer instabilidade nesta organização pode gerar distintos conflitos.

O que se observa perante este grupo social, apesar de a pesca artesanal possuir sua importância na soberania alimentar do país, contribuir com mais de 70% do pescado produzido, além de ser responsável pela renda econômica de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras, é que a pesca artesanal vem sendo colocada em segundo plano pelos órgãos e gestores do setor pesqueiro no Brasil.

É uma condição histórica a invisibilidade que perpassa a atividade pesqueira. A organização institucional da atividade no país foi marcada pela criação de diversos órgãos e instrumentos normativos/leis que regiam/regem a organização da atividade e visa, sobretudo, atender aos interesses do próprio Estado e das classes dominantes, grupos, agentes que estão voltados a fomentar a implementação da pesca industrial.

Outro elemento que leva a comunidade de Baiacu a ser tratada de forma marginalizada diante outras localidades da Ilha é o aterro sanitário localizado próximo à comunidade. Mesmo possuindo um decreto municipal, reconhecendo a área como Parque Florestal e Ecológico, os próprios gestores do município permitem a manutenção do aterro. Dessa forma, qual a funcionalidade do referido decreto? Já que deveria preservar ecologicamente, socialmente, culturalmente a comunidade do Baiacu? São questionamentos que devem ser feitos aos poderes públicos.

Para Rios (2012), tal prática do Estado privilegia os interesses dos empresários, delinea os objetivos das políticas públicas e a destinação dos incentivos fiscais e, assim, os interesses dos(as) pescadores(as) artesanais são esquecidos.

Dessa forma, a comunidade do Baiacu, faz parte deste cenário nacional. É mais uma comunidade pesqueira que passa por essas contradições, mas, ao mesmo tempo, resiste e mantém suas tradições, seu modo de vida, seu “tempo lento”, suas lendas, sua vida. A comunidade deve ser valorizada como tal, pois faz parte da história da Ilha de Itaparica, compõe as raízes culturais, sociais e econômicas do município e, por isso, o Estado deve ter um olhar mais sensível diante das limitações que perpassam a comunidade e a própria atividade pesqueira.

Evidencia-se na presente pesquisa que Baiacu é um espaço que expressa simbolismos, metáforas, é rica em histórias e culturas, dotada de práticas e relações sociais as quais os(as) pescadores(as), marisqueiras, vendedoras(es), crianças, mulheres, homens fazem deste espaço

um lugar único, de um povo singular, que faz do seu cotidiano “simples” a complexidade de entender as formas de resistência e manutenção da prática da vida através da pesca artesanal.

## 6 REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007.
- APARECIDO SOUZA, E.; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas-MG. v. 1, nov. 2007. p. 126-148.
- AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. A política pesqueira atual no Brasil: A escolha pelo crescimento produtivo em detrimento a pesca artesanal. **Samudra Report**, v. 64, 2013. p. 34-41.
- BAHIA PESCA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina**. Salvador: Bahia Pesca, 2003.
- BAHIA. Diário Oficial do Estado. **Decreto nº 7.595**. (DOE). Salvador – BA, 5 jun. 1999.
- BECKER, Bertha, K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 6.040**. (DOU). Brasília – DF, 7 fev. 2007.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto nº 23.672**. (DOU). Brasília – DF, 2 Jan. 1934.
- CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In: **GEOUSP - Espaço e tempo**, n. 14, São Paulo, 2003. p. 119-125.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 54-73.
- CASTELLUCCI JUNIOR, W. **Pescadores da Modernagem: Cultura, Trabalho e Memória em Tairu, BA (1960-1990)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- CNISO. Comissão Nacional Independente sobre os oceanos. **O Brasil e o Mar no século XXI: Relatório aos Tomadores de Decisão do país**. Rio de Janeiro: CNISO, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2002.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores – Nacional. **40 anos de caminhada aos lados dos pescadores e pescadoras artesanais em defesa da vida**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2011.

DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010. 142f.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A.; MOREIRA, A. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NAPAUB/USP. 2001.

FERREIRA, J. G.; OLIVEIRA, I. S.; SANTOS, L. M. Entendendo a possível construção da ponte Salvador-Itaparica através das políticas. In: **Anais do XIII Encontro de Geografia da UESC: Desafios da abordagem geográficas**. Ilhéus – Ba: Eduesc. 2012.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, v. 1, 2008. p. 173-224.

FOX, Veronica; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Estratégias de comunicação do movimento nacional dos pescadores no Brasil. **Razón y Palabra**, v. 84, p. 1-1, 2013.

FREIRE, M. L. C.; Barros, Rubens; ANDRADE, L. Z.; SAAD, Rogério. Projeto casa das Mariscadeiras: transformações em um modelo de trabalho secularmente estabelecido. In: VI Seminário Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos, 2011, Salvador. **Anais do I Seminário Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos**, 2011. p. 1-11.

GEOGRAFAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Mapeamentos temáticos do Estado da Bahia. **Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>> Acesso em: 10 out. 2013.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Estatística da pesca 2005**. Brasil: grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ibama, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

KUHN, Ednizia Ribeiro A. **Terra e água: Territórios dos Pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu – Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador (Ba), 2009. 173f.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace). 4. ed. Paris: ÉditionsAnthropos, 1972.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. v. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MASCARO, Alynson. **O Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MINEIRO, Erika Teles Cordeiro. **Modelagem Etnoecológica da Pesca Artesanal em Recifes de Coral. Aratuba – Ilha de Itaparica – Bahia**. Dissertação (Programa De Pós-Graduação Em Modelagem Em Ciências da Terra e do Ambiente – PPGM) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. 226f.

MOREIRA, Cristiane Fernandes. **As denominações para os pescadores e os apetrechos de pesca na comunidade do Baiacu - Vera Cruz (BA)**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador (Ba), 2009. 376f.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas**. MPA, 2013.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%A4stico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%20C3%A4stico%20MPA%202010.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2013.



MPP. Movimento dos Pescadores Artesanais. **Cartilha Movimento Pescadores e Pescadoras Artesanais**. Bahia, jul. 2012. Disponível em <<http://cppnorte.wordpress.com/documentos/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Carta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais**. 2010. Disponível em: <http://www.saofranciscovivo.com.br/node/499#attachments>. Acesso em: 21 Out. 2011.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. Folder de Divulgação. MPP Olinda. Pernambuco, 2012.

NASCIMENTO, Nara Oliveira do; RAINHA, Felipe Andrade. **A política pública e a invisibilidade**: uma análise do PRONAF e da sua “abrangência” à pesca artesanal. Anais do IIº Seminário Nacional Espaços Costeiros. Salvador – BA, jun. 2013. p. 1-17.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OSÓRIO, Ubaldo. **A ilha de Itaparica: história e tradição**. 7. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira - Estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos**(UFBA), v. 23, 2007. p. 139-169.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RESENDE, Alberto Toledo. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, CatiaAntonia da (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 43-67.

SILVA, Catia Antonia da. Elementos Epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia Antonia da (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 13-26.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros**: pescadores artesanais e carcinicultores no distrito de Acupe – Santo Amaro (BA). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, 2012. 263f.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo. A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso da localidade de Conceição de Vera Cruz – BA. **Revista Cadernos do Logepa**. João Pessoa. v. 6, n.2, jul./dez. 2011, p. 101-114. Disponível em: <[www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa](http://www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa)>. Acesso em: 22 jun. 2012.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo; PINTO, T. C. Impactos Ambientais das atividades humanas na vila de Conceição - Município de Vera Cruz/Ba. **Anais do XII – Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Viçosa – Minas Gerais, jul. 2009. p. 1-19.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Banco de Dados – Baía de Todos os Santos**. Salvador – BA. 2006.

SEAP/PR. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR. **Cartilha do Usuário do Registro Geral da Pesca – RGP**. [s. l], [s.d].

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo, Contexto, 1991.

SILVA, Luis Geraldo Santos da. **Os pescadores na história do Brasil**. Recife, CPP/Vozes, 1988.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma Introdução teórica e conceitual In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 07-72.

## APÊNDICE A

**Quadro 5** – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Peixes)

Grupo zoológico	Espécie	Produção		
		2008	2009	2010
PEIXES	Abrótea	5.312	5.859	5.532
	Agulha	1.093	1.205	1.136
	Agulhão	76	2	11
	Agulhão-branco	47	52	35
	Agulhão-negro	160	149	130
	Agulhão-vela	222	432	71
	Albacora	566	624	590
	Albacora-bandolim	958	1.175	1.151
	Albacora-branca	487	202	271
	Albacora-lage	2.749	3.313	3.669
	Albacorinha	316	348	329
	Arabaiana	670	740	698
	Arenque	42	47	44
	Ariacó	1.855	2.046	1.933
	Arraia	6.784	7.482	7.073
	Atum	85	240	725
	Badejo	1.856	2.047	1.935
	Bagre	9.165	10.109	9.555
	Baiacu	596	657	621
	Bandeirado	3.939	4.344	4.103
	Batata	766	845	798
	Beijupirá	885	976	923
	Bicuda	373	412	389
	Biquara	1.168	1.288	1.216
	Boca-torta	0	0	0
	Bonito	1.835	2.023	1.911
	Bonito-cachorro	149	313	204
Bonito-listrado	20.846	23.307	20.640	

PEIXES	Bonito-pintado	444	490	463
	Budião	254	280	264
	Cabeçudo	307	338	320
	Cabra	5.273	5.816	5.493
	Cação	10.050	12.001	11.909
	Cação-azul	1.986	1.274	1.500
	Cambeua	1.222	1.348	1.271
	Cambuba	51	56	53
	Camurupim	785	865	818
	Cangatá	2.722	3.002	2.833
	Caranha	161	177	167
	Carapeba	1.918	2.115	1.997
	Carapitanga	236	260	245
	Castanha	11.570	12.761	12.052
	Cavala	4.309	4.752	4.492
	Cavalinha	4.862	5.363	5.059
	Cherne	425	468	442
	Cioba	2.866	3.161	2.987
	Congro	83	91	86
	Congro-rosa	583	643	608
	Corcoroca	214	236	222
	Coró	49	54	51
	Corvina	41.480	45.750	43.191
	Dentão	906	999	943
	Dourado	7.786	8.588	7.999
	Enchova	3.585	3.954	3.731
	Enguia	34	37	35
	Peixe-espada	2.424	2.673	2.523
	Espadarte	3.407	3.386	2.926
	Galo-de-profundidade	46	51	48
Garajuba	1.568	1.730	1.634	
Garapau	618	682	646	
Garoupa	1.062	1.171	1.107	
Goete	2.946	3.249	3.068	

PEIXES	Golosa	1	1	1
	Guaiúba	4.745	5.233	4.945
	Guaivira	1.781	1.964	1.856
	Gurijuba	5.912	6.521	6.160
	Jurupiranga	256	282	266
	Linguado	2.550	2.813	2.658
	Manjuba	4.403	4.856	4.583
	Merluza	1.826	2.014	1.901
	Mero	297	327	309
	Mororó	41	46	43
	Namorado	610	673	635
	Olhête	333	367	347
	Olho-de-boi	136	150	141
	Olho-de-cão	190	210	198
	Oveva	221	244	231
	Pacamão	312	344	325
	Palombeta	2.694	2.971	2.806
	Pampo	1.047	1.155	1.094
	Papa-terra	1.934	2.134	2.015
	Pargo	5.943	6.555	6.199
	Pargo-rosa	2.139	2.360	2.229
	Parú	245	271	256
	Peixe-galo	1.965	2.168	2.046
	Peixe-pedra	1.487	1.641	1.548
	Peixe-rei	1	1	1
	Peixe-sapo	2.488	2.744	2.592
	Peixe-voador	1.014	1.119	1.056
	Peroá	5.026	5.543	5.240
	Pescada	6.185	6.822	6.435
	Pescada-amarela	20.039	22.102	20.879
	Pescada-branca	910	1.003	948
Pescada-cambuçu	743	820	778	
Pescada-olhuda	5.747	6.339	6.002	
Pescadinha-real	10.099	11.138	10.507	

PEIXES	Pirajica	51	56	53
	Prejereba	18	20	19
	Robalo	3.499	3.859	3.645
	Roncador	98	108	102
	Sapuruna	294	324	306
	Saramonete	429	473	447
	Sarda	333	367	347
	Sardinha	16.780	18.508	17.477
	Sardinha-cascuda	268	296	280
	Sardinha-lage	8.375	9.237	8.710
	Sardinha-verdadeira	74.631	83.286	62.134
	Savelha	823	908	857
	Serra	9.187	10.133	9.573
	Sororoca	407	449	424
	Tainha	17.153	18.919	17.866
	Tira-vira	741	818	772
	Tortinha	83	91	86
	Trilha	953	1.051	993
	Uricica	1.084	1.196	1.130
	Uritinga	5.774	6.368	6.014
	Vermelho	2.692	2.969	2.803
	Xaréu	2.355	2.597	2.454
	Xarelete	3.361	3.707	3.499
	Xirá	3	4	4
	Xixaro	1.502	1.656	1.563
	Outros	38.196	42.129	39.796
	<b>Total</b>	<b>461.641</b>	<b>510.524</b>	<b>465.455</b>

## APÊNDICE B

**Quadro 6** – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Crustáceos)

Grupo zoológico	Espécie	Produção		
		2008	2009	2010
<b>CRUSTÁCEOS</b>	Aratu	89	99	93
	Camarão	4.488	4.950	4.680
	Camarão-barba-ruça	3.024	3.335	3.149
	Camarão-branco	3.913	4.316	4.077
	Camarão-rosa	9.829	10.841	10.237
	Camarão-santana	917	1.011	954
	Camarão-sete-barbas	14.659	16.168	15.276
	Caranguejo-uçá	8.185	9.027	8.535
	Guaiamum	85	94	89
	Lagosta	6.589	7.268	6.866
	Lagostim	154	170	161
	Siri	2.181	2.405	2.274
	Outros	716	790	749
	Total	<b>54.830</b>	<b>60.475</b>	<b>57.142</b>

## APÊNDICE C

**Quadro 7** – Produção de pescado (t) da pesca extrativa marinha nos anos de 2008, 2009 e 2010, discriminada por grupo zoológico (Moluscos)

Grupo zoológico	Espécie	Produção		
		2008	2009	2010
<b>MOLUSCOS</b>	Berbigão	54	60	57
	Calamar-argentino	356	393	372
	Lula	1.543	1.702	1.608
	Maçunim	1.590	1.754	1.652
	Mexilhão	3.587	3.956	3.730
	Ostra	1.174	1.295	1.223
	Polvo	1.987	2.192	2.069
	Sarnambi	129	142	135
	Sururu	2.029	2.238	2.116
	Vieira	1	1	1
	Outros	852	940	895
<b>Total</b>		<b>13.303</b>	<b>14.672</b>	<b>13.858</b>

Fonte: MPA, 2010



## ANEXO A

**Presidência da República**  
**Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009**Mensagem de veto

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Vigência

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I

NORMAS GERAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA  
AQUICULTURA E DA PESCA

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, formulada, coordenada e executada com o objetivo de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

## CAPÍTULO II

## DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – recursos pesqueiros: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura;

II – aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária e classificada nos termos do art. 20 desta Lei;

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

IV – aquicultor: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, exerce a aquicultura com fins comerciais;

V – armador de pesca: a pessoa física ou jurídica que, registrada e licenciada pelas autoridades competentes, presta, em seu nome ou sob sua responsabilidade, embarcação para ser utilizada na atividade pesqueira pondo-a ou não a operar por sua conta;

VI – empresa pesqueira: a pessoa jurídica que, constituída de acordo com a legislação e devidamente registrada e licenciada pelas autoridades competentes, dedica-se, com fins comerciais, ao exercício da atividade pesqueira prevista nesta Lei;

VII – embarcação brasileira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no Brasil ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, bem como aquela sob contrato de arrendamento por empresa pesqueira brasileira;

VIII – embarcação estrangeira de pesca: a pertencente a pessoa natural residente e domiciliada no exterior ou a pessoa jurídica constituída segundo as leis de outro país, em que tenha sede e administração, ou, ainda, as embarcações brasileiras arrendadas a pessoa física ou jurídica estrangeira;

IX – transbordo do produto da pesca: fase da atividade pesqueira destinada à transferência do pescado e dos seus derivados de embarcação de pesca para outra embarcação;

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário;

XI – processamento: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura;

XII – ordenamento pesqueiro: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais;

XIII – águas interiores: as baías, lagunas, braços de mar, canais, estuários, portos, angras, enseadas, ecossistemas de manguezais, ainda que a comunicação com o mar seja sazonal, e as águas compreendidas entre a costa e a linha de base reta, ressalvado o disposto em acordos e tratados de que o Brasil seja parte;

XIV – águas continentais: os rios, bacias, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água não marinha, naturais ou artificiais, e os canais que não tenham ligação com o mar;

XV – alto-mar: a porção de água do mar não incluída na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores e continentais de outro Estado, nem nas águas arquipelágicas de Estado arquipélago;

XVI – mar territorial: faixa de 12 (doze) milhas marítimas de largura, medida a partir da linha de baixamar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Brasil;

XVII – zona econômica exclusiva: faixa que se estende das 12 (doze) às 200 (duzentas) milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial;

XVIII – plataforma continental: o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do território terrestre, até o bordo exterior da margem

continental, ou até uma distância de 200 (duzentas) milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância;

XIX – defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes;

XX – (VETADO);

XXI – pescador amador: a pessoa física, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos;

XXII – pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica.

### CAPÍTULO III

#### DA SUSTENTABILIDADE DO USO DOS RECURSOS PESQUEIROS E DA ATIVIDADE DE PESCA

##### Seção I

##### Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros

Art. 3º Compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

I – os regimes de acesso;

II – a captura total permissível;

III – o esforço de pesca sustentável;

IV – os períodos de defeso;

V – as temporadas de pesca;

VI – os tamanhos de captura;

VII – as áreas interditadas ou de reservas;

VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo;

IX – a capacidade de suporte dos ambientes;

X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;

XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

## Seção II

### Da Atividade Pesqueira

Art. 4º A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

Art. 5º O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente, asseguradas:

I – a proteção dos ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios de preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais;

II – a busca de mecanismos para a garantia da proteção e da seguridade do trabalhador e das populações com saberes tradicionais;

III – a busca da segurança alimentar e a sanidade dos alimentos produzidos.

Art. 6º O exercício da atividade pesqueira poderá ser proibido transitória, periódica ou permanentemente, nos termos das normas específicas, para proteção:

I – de espécies, áreas ou ecossistemas ameaçados;

II – do processo reprodutivo das espécies e de outros processos vitais para a manutenção e a recuperação dos estoques pesqueiros;

III – da saúde pública;

IV – do trabalhador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o exercício da atividade pesqueira é proibido:

I – em épocas e nos locais definidos pelo órgão competente;

II – em relação às espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos não permitidos pelo órgão competente;

III – sem licença, permissão, concessão, autorização ou registro expedido pelo órgão competente;

IV – em quantidade superior à permitida pelo órgão competente;

V – em locais próximos às áreas de lançamento de esgoto nas águas, com distância estabelecida em norma específica;

VI – em locais que causem embaraço à navegação;

VII – mediante a utilização de:

a) explosivos;

b) processos, técnicas ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante ao de explosivos;

- c) substâncias tóxicas ou químicas que alterem as condições naturais da água;
- d) petrechos, técnicas e métodos não permitidos ou predatórios.

§ 2º São vedados o transporte, a comercialização, o processamento e a industrialização de espécimes provenientes da atividade pesqueira proibida.

Art. 7º O desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira dar-se-á mediante:

- I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- II – a determinação de áreas especialmente protegidas;
- III – a participação social;
- IV – a capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;
- V – a educação ambiental;
- VI – a construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;
- X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro.

## CAPÍTULO IV

### DA PESCA

#### Seção I

##### Da Natureza da Pesca

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

- I – comercial:
  - a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
  - b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

## Seção II

### Das Embarcações de Pesca

Art. 9º Podem exercer a atividade pesqueira em áreas sob jurisdição brasileira:

I – as embarcações brasileiras de pesca;

II – as embarcações estrangeiras de pesca cobertas por acordos ou tratados internacionais firmados pelo Brasil, nas condições neles estabelecidas e na legislação específica;

III – as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por empresas, armadores e cooperativas brasileiras de produção de pesca, nos termos e condições estabelecidos em legislação específica.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se equiparadas às embarcações brasileiras de pesca as embarcações estrangeiras de pesca arrendadas por pessoa física ou jurídica brasileira.

§ 2º A pesca amadora ou esportiva somente poderá utilizar embarcações classificadas pela autoridade marítima na categoria de esporte e recreio.

Art. 10. Embarcação de pesca, para os fins desta Lei, é aquela que, permissionada e registrada perante as autoridades competentes, na forma da legislação específica, opera, com exclusividade, em uma ou mais das seguintes atividades:

I – na pesca;

II – na aquicultura;

III – na conservação do pescado;

IV – no processamento do pescado;

V – no transporte do pescado;

VI – na pesquisa de recursos pesqueiros.

§ 1º As embarcações que operam na pesca comercial se classificam em:

I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 (vinte);

II – de médio porte: quando possui arqueação bruta - AB maior que 20 (vinte) e menor que 100 (cem);

III – de grande porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou maior que 100 (cem).

§ 2º Para fins creditícios, são considerados bens de produção as embarcações, as redes e os demais petrechos utilizados na pesca ou na aquicultura comercial.

§ 3º Para fins creditícios, são considerados instrumentos de trabalho as embarcações, as redes e os demais petrechos e equipamentos utilizados na pesca artesanal.

§ 4º A embarcação utilizada na pesca artesanal, quando não estiver envolvida na atividade pesqueira, poderá transportar as famílias dos pescadores, os produtos da pequena lavoura e da indústria doméstica, observadas as normas da autoridade marítima aplicáveis ao tipo de embarcação.

§ 5º É permitida a admissão, em embarcações pesqueiras, de menores a partir de 14 (catorze) anos de idade, na condição de aprendizes de pesca, observadas as legislações trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, bem como as normas da autoridade marítima.

Art. 11. As embarcações brasileiras de pesca terão, no curso normal de suas atividades, prioridades no acesso aos portos e aos terminais pesqueiros nacionais, sem prejuízo da exigência de prévia autorização, podendo a descarga de pescado ser feita pela tripulação da embarcação de pesca.

Parágrafo único. Não se aplicam à embarcação brasileira de pesca ou estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira as normas reguladoras do tráfego de cabotagem e as referentes à praticagem.

Art. 12. O transbordo do produto da pesca, desde que previamente autorizado, poderá ser feito nos termos da regulamentação específica.

§ 1º O transbordo será permitido, independentemente de autorização, em caso de acidente ou defeito mecânico que implique o risco de perda do produto da pesca ou seu derivado.

§ 2º O transbordo de pescado em área portuária, para embarcação de transporte, poderá ser realizado mediante autorização da autoridade competente, nas condições nela estabelecidas.

§ 3º As embarcações pesqueiras brasileiras poderão desembarcar o produto da pesca em portos de países que mantenham acordo com o Brasil e que permitam tais operações na forma do regulamento desta Lei.

§ 4º O produto pesqueiro ou seu derivado oriundo de embarcação brasileira ou de embarcação estrangeira de pesca arrendada à pessoa jurídica brasileira é considerado produto brasileiro.

Art. 13. A construção e a transformação de embarcação brasileira de pesca, assim como a importação ou arrendamento de embarcação estrangeira de pesca, dependem de autorização prévia das autoridades competentes, observados os critérios definidos na regulamentação pertinente.

§ 1º A autoridade competente poderá dispensar, nos termos da legislação específica, a exigência de que trata o caput deste artigo para a construção e transformação de embarcação utilizada nas pescas artesanal e de subsistência, atendidas as diretrizes relativas à gestão dos recursos pesqueiros.

§ 2º A licença de construção, de alteração ou de reclassificação da embarcação de pesca expedida pela autoridade marítima está condicionada à apresentação da Permissão Prévia de Pesca expedida pelo órgão federal competente, conforme parâmetros mínimos definidos em regulamento conjunto desses órgãos.

### Seção III

#### Dos Pescadores

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. [\(VETADO\)](#)

Art. 16. [\(VETADO\)](#)

Art. 17. [\(VETADO\)](#)

## CAPÍTULO V

### Da Aquicultura

Art. 18. O aquicultor poderá coletar, capturar e transportar organismos aquáticos silvestres, com finalidade técnico-científica ou comercial, desde que previamente autorizado pelo órgão competente, nos seguintes casos:

I – reposição de plantel de reprodutores;

II – cultivo de moluscos aquáticos e de macroalgas disciplinado em legislação específica.

Art. 19. A aquicultura é classificada como:

I – comercial: quando praticada com finalidade econômica, por pessoa física ou jurídica;

II – científica ou demonstrativa: quando praticada unicamente com fins de pesquisa, estudos ou demonstração por pessoa jurídica legalmente habilitada para essas finalidades;

III – recomposição ambiental: quando praticada sem finalidade econômica, com o objetivo de repovoamento, por pessoa física ou jurídica legalmente habilitada;

IV – familiar: quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#);

V – ornamental: quando praticada para fins de aquarofilia ou de exposição pública, com fins comerciais ou não.

Art. 20. O regulamento desta Lei disporá sobre a classificação das modalidades de aquicultura a que se refere o art. 19, consideradas:

I – a forma do cultivo;

II – a dimensão da área explorada;

III – a prática de manejo;

IV – a finalidade do empreendimento.

Parágrafo único. As empresas de aquicultura são consideradas empresas pesqueiras.

Art. 21. O Estado concederá o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aquicultura.

Art. 22. Na criação de espécies exóticas, é responsabilidade do aquicultor assegurar a contenção dos espécimes no âmbito do cativeiro, impedindo seu acesso às águas de drenagem de bacia hidrográfica brasileira.

Parágrafo único. Fica proibida a soltura, no ambiente natural, de organismos geneticamente modificados, cuja caracterização esteja em conformidade com os termos da legislação específica.



Art. 23. São instrumentos de ordenamento da aquicultura os planos de desenvolvimento da aquicultura, os parques e áreas aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura, conforme definidos em regulamentação específica.

Parágrafo único. A implantação de empreendimentos aquícolas em áreas de salinas, salgados, apicuns, restingas, bem como em todas e quaisquer áreas adjacentes a rios, lagoas, lagos, açudes, deverá observar o contido na [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#) – Código Florestal, na [Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001](#), e nas demais legislações pertinentes que dispõem sobre as Áreas de Preservação Permanente – APP.

## CAPÍTULO VI

### DO ACESSO AOS RECURSOS PESQUEIROS

Art. 24. Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica.

Parágrafo único. Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta Lei.

Art. 25. A autoridade competente adotará, para o exercício da atividade pesqueira, os seguintes atos administrativos:

I – concessão: para exploração por particular de infraestrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros;

II – permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União;

III – autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio, quando utilizada na pesca esportiva; e para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora;

IV – licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aquicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira;

V – cessão: para uso de espaços físicos em corpos d'água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.

§ 1º Os critérios para a efetivação do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão estabelecidos no regulamento desta Lei.

§ 2º A inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira.

Art. 26. Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências da autoridade marítima, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput deste artigo implicará a interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

## CAPÍTULO VII

## DO ESTÍMULO À ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 27. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o [art. 187 da Constituição Federal](#) as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura e criação de pescado nos termos desta Lei.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização os agentes que desenvolvem atividades de transformação, processamento e industrialização de pescado, desde que atendido o disposto no [§ 1º do art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991](#).

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura, com o objetivo de coletar, agregar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro e aquícola nacional.

Art. 28. As colônias de pescadores poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, diretamente ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim.

Art. 29. A capacitação da mão de obra será orientada para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

Parágrafo único. Cabe ao poder público e à iniciativa privada a promoção e o incentivo da pesquisa e capacitação da mão de obra pesqueira.

Art. 30. A pesquisa pesqueira será destinada a obter e proporcionar, de forma permanente, informações e bases científicas que permitam o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

§ 1º Não se aplicam à pesquisa científica as proibições estabelecidas para a atividade pesqueira comercial.

§ 2º A coleta e o cultivo de recursos pesqueiros com finalidade científica deverão ser autorizados pelo órgão ambiental competente.

§ 3º O resultado das pesquisas deve ser difundido para todo o setor pesqueiro.

## CAPÍTULO VIII

### DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 31. A fiscalização da atividade pesqueira abrangerá as fases de pesca, cultivo, desembarque, conservação, transporte, processamento, armazenamento e comercialização dos recursos pesqueiros, bem como o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no caput deste artigo é de competência do poder público federal, observadas as competências estadual, distrital e municipal pertinentes.

Art. 32. A autoridade competente poderá determinar a utilização de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite, bem como de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento a distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação, nos termos de regulamento específico.

Art. 33. As condutas e atividades lesivas aos recursos pesqueiros e ao meio ambiente serão punidas na forma da [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), e de seu regulamento.

## CAPÍTULO IX

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. O órgão responsável pela gestão do uso dos recursos pesqueiros poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para o solicitante, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material a instituições de pesquisa.

Art. 35. A autoridade competente, nos termos da legislação específica e sem comprometer os aspectos relacionados à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e às condições de habitabilidade da embarcação, poderá determinar que os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras mantenham a bordo da embarcação, sem ônus para a referida autoridade, acomodações e alimentação para servir a:

I – observador de bordo, que procederá à coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro, assim como ao monitoramento ambiental;

II – cientista brasileiro que esteja realizando pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura.

Art. 36. A atividade de processamento do produto resultante da pesca e da aquicultura será exercida de acordo com as normas de sanidade, higiene e segurança, qualidade e preservação do meio ambiente e estará sujeita à observância da legislação específica e à fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo único. [\(VETADO\)](#)

Art. 37. Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Art. 38. Ficam revogados a [Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988](#), e os [arts. 1º a 5º, 7º a 18, 20 a 28, 30 a 50, 53 a 92 e 94 a 99 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967](#).

Brasília, 29 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Tarso Genro*

*Guido Mantega*

*Reinhold Stephanes*

*Carlos Lupi*

*Izabela Mônica Vieira Teixeira*

*Altemir Gregolin.*

**ANEXO B**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 23 DE JULHO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovado pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando as disposições do Decreto-lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando, ainda, o que consta do processo IBAMA nº02001.001935/2003-80;

RESOLVE:

Art. 1º - Proibir, no exercício da pesca em águas continentais, o uso dos seguintes aparelhos e métodos:

I- redes de arrasto e de lance, de qualquer natureza;

II- redes de espera com malhas inferiores a 70 mm, entre ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático, colocadas a menos de 200m das zonas de confluência de rios, lagoas e corredeiras a uma distância inferior a 100 metros uma da outra;

III- tarrafas de qualquer tipo com malhas inferiores a 50 mm, medidas esticadas entre ângulos opostos;

IV- covos com malhas inferiores a 50 mm colocados a distância inferior a 200 metros, das cachoeiras, corredeiras, confluência de rios e lagoas;

V- fisga e garatêia, pelo processo de lambada;

VI- espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas;

VII- rede eletrônica ou quaisquer aparelhos que, através de impulsos elétricos, possam impedir a livre movimentação dos peixes, possibilitando sua captura;

VIII- explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes;

IX- substâncias tóxicas;

X- aparelho de mergulho com respirador artificial na pesca subaquática, exceto para pesquisa autorizada pelo Ibama;

XI- sonoro;

XII- luminoso.

§ 1º Para efeito desta Instrução Normativa entende-se por águas continentais os rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água doce, naturais ou artificiais e os canais que não tenham ligação com o mar.

§ 2º Esta Instrução Normativa não substitui as normatizações das bacias que possuem instrumentos específicos restringindo o uso de aparelhos e métodos de pesca

Art. 2º Fica proibido qualquer tipo de pesca praticada a menos de 200 metros à jusante e a montante das barragens, cachoeiras, corredeiras e escadas de peixe.

Art. 3º Aos infratores da presente Instrução Normativa serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 466, de 8 de novembro de 1972.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

DOU de 26/7/2004